



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

KARLA KATHERINE ARISMENDI OLIVA

**ONGS BRASILEIRAS: PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS OU DE DEFESA DOS
DIREITOS DAS CRIANÇAS?**

**RONDONÓPOLIS, MT
2020**

KARLA KATHERINE ARISMENDI OLIVA

ONGS BRASILEIRAS: PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS OU DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário Rondonópolis, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Educação na Linha de Pesquisa: Infância, juventude e cultura contemporânea: Direitos, políticas e diversidade.

Orientadora: Prof Dr Aginaldo Rodrigues Gomes

**RONDONÓPOLIS, MT
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A714o Arismendi Oliva, Karla Katherine.
ONGS BRASILEIRAS: PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS
OU DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS / Karla
Katherine Arismendi Oliva. -- 2020
132 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Aguinaldo Rodrigues Gomes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Rondonópolis, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Assistencialismo. 2. Terceiro Setor. 3. ONGS. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

TÍTULO: ONGS BRASILEIRAS: PRÁTICAS ASSISTENCIALISTAS OU DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS?

AUTOR: KARLA KATHERINE ARISMENDI OLIVA

Dissertação defendida e aprovada em 30 de Março de 2020.

Presidente da Banca / Orientador: Doutor Aguinaldo Rodrigues Gomes.
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Examinadora Interna: Doutora Carmen Lucia Sussel Mariano
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Externo: Doutor Edvaldo Correa Sotana
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Cuiabá, 30 de Março de 2020.

Dedicado a duas mulheres vivazes e fortes, Elvira e Luisa.

RESUMO

Este estudo tem como temática central as práticas assistenciais da organização não governamental sócio-educativa “Associação Amor e Vida”, a fim de compreender as metodologias utilizadas para as crianças e jovens que frequentam o projeto. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, sob uma observação participante. Pelo qual se tem como objetivo a análise da visão/missão do projeto em contraposição das necessidades das crianças e jovens frequentadores do centro, assim examinar as dinâmicas e / ou valores que os jovens e crianças que frequentam a ONG destacam como fundamentais, pretendendo-se também analisar a eficácia das práticas metodológicas, a partir da missão – visão da ONG, compreendendo a influência que os educadores sob a visão que as crianças têm de si mesmo e de seu entorno. Neste sentido, visa atingir práticas novas, advindas tanto da sociedade civil como da sociedade política. Para atingir os objetivos, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas para cinco crianças e cinco funcionários do projeto. A pesquisa foi executada com base na concepção de educação popular de Paulo Freire, a partir da proposta que a educação tem que ser com o educando e não para eles, que é o eixo central do projeto trabalhado. Por se tratar de uma ONG sócioeducativa que atende crianças e adolescentes, no decorrer da investigação, foram abordados temas como infância, criança e juventude e as mudanças que tiveram ao longo dos anos em relação a direitos, cuidados e políticas estaduais, transferência de responsabilidades do Estado e seu impacto na terceirização da sociedade e como este último tem um papel de liderança na criação de ONGs, como é o estudo de caso apresentado. Os resultados obtidos tiveram ênfase a conferir respostas à questão norteadora desta pesquisa e foram organizadas a partir de considerações finais as quais são argumentadas a partir dos testemunhos coletados, nesse sentido pese à proposta original e missionária religiosa da ONG que preconiza uma formação educacional cidadã, trata-se de medidas socioeducativas assistencialistas.

Palavras Chave: Assistencialismo. Terceiro setor. ONGs

ABSTRACT

This study has as central theme the assistance practices of the socio-educational non-governmental organization “Associação Amor e Vida”, in order to understand the methodologies used for the children and young people who attend to the project. It is a case study, with a qualitative approach, under a participant observation. Therefore, the objective is to analyze the project's vision / mission in opposition to the needs of the children and young people attending to the center, thus examining the dynamics and / or values that the young people and children who attend the NGO highlight as fundamental, intending to the effectiveness of methodological practices, based on the mission - vision of the NGO, understanding the influence of the educators have on the view that children have of themselves and their surroundings. In this sense, it aims to achieve new practices, coming from to the civil society and political society. To achieve the objectives, semi-structured individual interviews were conducted with five children and five project employees. The research will be carried out based on the concept of popular education by Paulo Freire, based on the proposal that education has to be with the student and not for them, which is the central axis of the project worked on. As it is a socio-educational NGO that serves children and adolescents, during the investigation, topics such as childhood, children and youth, and the changes they have had over the years in relation to state rights, care and state policies, transfer of responsibilities of the State and its impact on the outsourcing of society, and how the latter has a leading role in the creation of NGOs. The results obtained had an emphasis on providing answers to the guiding question of this research and were organized based on final considerations which are argued based on the testimonies collected in the interviews, in this sense, in spite of the NGO's original and religious missionary proposal that advocates a citizen's educational formation, these are social assistance educational measures.

Keywords: Assistentialism. Third sector. NGOs

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Quadro de atividades de bom comportamento.

Figura 2– Lojinha.

Figura 3 – Aula capoeira/ quadra Unidade I

Figura 4 – Aula Esporte/ quadra Unidade II

Figura 5 – Recreação no parquinho, Unidade II.

Figura 6 – Aula Meio Ambiente.

Figura 7– Organograma.

Figura 8– Organização do terceiro setor a partir da década de 1990.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Planejamento de atividades abril ao junho

Quadro 2– Planejamento de atividades julho até setembro

Quadro 3 – Planejamento de atividades outubro até dezembro

LISTA DE ABREVIATURAS

AP- Ação pedagógica

ECA- Estatuto da criança e adolescente

EJA-Educação de jovens e adultos

CEASA- Centrais Estaduais de Abastecimento

CEBS- Comunidades Eclesiais de Base

CUT-Central Única dos Trabalhadores

CW- Consenso de Washington

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

MARE – Ministério da Administração Federal e reforma do Estado

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNBEM- Política Nacional do Bem-Estar do Menor

UFES- Universidade Federal de Espírito Santo

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

SESI- Serviço Social da Indústria

ONG-Organização não governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2. CRIANÇAS POBRES COMO PONTO DE CONFLITO SOCIAL.....	27
2.1 Entendimentos sobre a criança a família pobre no Brasil.....	27
2.2 Criança pobre, problema social.....	33
2.3 ONG Amor e Vida no discurso disciplinar das crianças	41
3. ESTADO E O TERCEIRO SETOR: RESPONSABILIDADES PARECRIAS E LUTAS.....	47
3.1 Movimentos sociais e organizações não governamentais no Brasil e.....	47
3.2 Os anos 1990: transferência de responsabilidades para quem?	58
3.3 A mudança de ênfase para as ONGs e os projetos socio-educativos na década de 1990.....	62
4. O PROJETO SOCIOEDUCATIVO ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA.....	70
4.1 Contextualização da ONG Associação Amor e Vida.....	70
4.2 Práticas socioeducativas: abrem ou se fecham as portas para as crianças?.....	85
4.3 Formação filosófico-religiosa: discurso dos educadores afetam ou não o desenvolvimento das crianças do projeto.....	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERENCIAS.....	104

ANEXO A – Estatuto social Associação Amor e Vida.....	111
ANEXO B– Termos de fomento Associação Amor e Vida	120
ANEXO C – Declaração de registro Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente De Cariacica.....	126
ANEXO D – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	127
ANEXO E – Termo de assentimento livre e esclarecido.....	129
ANEXO F – Roteiro entrevistas.....	131

1 INTRODUÇÃO

Escolher um tema de pesquisa, não é assunto que se caracterize a simplicidade. Trata-se de um processo que envolve a predileção, no qual se regem gostos, inquietudes e afinidades acadêmicas, entre outros aspetos. Mas, na maioria dos casos, o interesse possui relação direta com a pesquisadora, relaciona-se a um tema de sua afeição, o qual pode ser motivado pela experiência de vida em relação a um assunto ou ao desejo, e este caso não é a exceção.

Política, assistencialismo e educação são os conceitos que definem esta pesquisa, na qual se apresentará um estudo de campo de uma ONG socioeducativa, localizada na cidade de Cariacica, Espírito Santo, a qual funciona no contra turno escolar atendendo a crianças e adolescentes entre 5-14 anos de idade. A escolha desse tema se deu a partir da minha experiência no projeto, que começou em meados do ano de 2016, quando decidi vir para o Brasil fazer um trabalho de voluntariado. A ONG era totalmente desconhecida para mim, soube apenas o dia da designação dos projetos socioeducativos dos quais os voluntários fariam parte – essa foi a minha primeira aproximação. Naquele momento atuei como apoio das educadoras fixas, fazendo principalmente brincadeiras para as crianças e atividades criativas acerca de meu país, Chile, como comidas, brincadeiras típicas e danças. Logo depois, no começo do ano 2017, deixei meu papel de voluntária para ser educadora social, cuja função era planejamento de aulas, cuidado e vigilância das crianças e jovens. Nesse cargo desempenhei atividades de fotografia, línguas e meio ambiente, de acordo com o que o corpo diretivo pedia.

Deixando de lado o romantismo e a novidade dos primeiros dias, de conhecer um novo país e ter uma nova experiência profissional; desde o começo da minha participação na ONG uma série de dúvidas e interrogações se tornaram cada vez mais constantes na minha cabeça. Tinha dificuldade de entender algumas práticas socioeducativas que não faziam sentido com aquilo que a ONG expressava no seu discurso nem em seus princípios norteadores: crianças sem vontade de participar nas atividades, sendo que o funcionamento da instituição é para elas, reunião de equipe sem os voluntários os quais são fundamentais para o projeto, foram os motivos que levaram a me interessar por esta pesquisa e a guiar meu estudo nessa instituição em particular. É a partir da diferença de percepções entre as crianças e adolescentes frequentadoras da instituição e o corpo diretivo que se cimenta esta pesquisa, na qual se pretende estudar as práticas socioeducativas ali desenvolvidas, tendo como objetivo a análise da visão/missão do

projeto social, assim como examinar as dinâmicas e valores repassados aos jovens e crianças que frequentam a ONG, com vistas a perceber se tais valores são capazes de proporcionar uma formação crítica, ou se, por outro lado, reforçam os valores tradicionais religiosos, cerceando o desenvolvimento pleno das crianças. Ao lado disso busca-se também analisar a eficácia das práticas metodológicas a partir da sua missão/visão. Aqui se apresenta um dos problemas da investigação, uma vez que existe uma missão institucional baseada em um discurso específico sob a utilização de práticas assistencialistas para melhorar a vida das crianças (como aparece em sua missão). Porém, na prática, a falta de metodologias que atinjam tais objetivos é recorrente – esse é o dilema a ser analisado.

Conforme o argumento anterior, foi muito importante a proximidade já obtida pela pesquisadora com o projeto, porque facilitou a obtenção da documentação e de dados desde um ponto de vista estratégico de acessibilidade. Por outro lado, ao existir uma proximidade com os adolescentes entrevistados, houve maior confiança em relação à condução das perguntas, pois eles puderam falar de nomes (os quais para maior privacidade foram utilizados pseudônimos), ou acontecimentos dos quais a pesquisadora já estava ciente a partir das experiências obtidas, o que facilitou as análises.

Teve uma real relevância este último ponto, no sentido de que a escolha da ONG se deve à minha experiência, que não deve ser ignorada – ao contrário, é a partir dela que nasceram as provocações e perguntas para, conforme nosso referencial teórico, calcado em Paulo Freire (2005, p. 64), “expor que a experiência provoca mudanças nas relações do homem com o meio”. Nesse sentido, foi muito enriquecedor para o processo de investigação ter essas experiências prévias no projeto para ter uma maior contextualização.

Ao trabalhar com ONGS no contexto socioeducativo, é impossível não cair em debates e perguntas feitas em inúmeras ocasiões por uma série de teóricos: o que é educar? Qual é a melhor estratégia de ensino – isso existe? Qual é a educação além da escola – isso é possível? pode-se falar que a compreensão do que é educação não é uma questão nova; o que ela representa é muitas vezes atemporal e contextual. Um exemplo do exposto é que, por muito tempo, ela foi confundida e vista como sinônimo de escola, ou seja, a educação foi considerada sinônimo de uma instituição, como se só pudesse ser eficaz ou avaliada se acontecesse na escola. Sob essa perspectiva, o que acontece com o ensino doméstico? É uma educação ou não? É necessário haver um cartaz escrito "escola" para avaliar o que é ensinado?

A compreensão do que é a educação mudou ao longo dos anos. Atualmente existem muitas categorizações e divisões de diferentes tipos de educação. Assim, existem atualmente três tipos, principalmente: formal, não formal e informal, cada qual com características próprias e agentes de ação.

Deve-se entender que o agente do processo de construção do conhecimento é variável e mutável. Comumente, ao se considerar a educação formal como universal, o professor assume-se como o único construtor do conhecimento, mas não necessariamente se age sempre sob esses eixos. Assim, na educação não formal, por exemplo, quem ensina não é necessariamente o professor de profissão, pelo contrário, a maioria deles é de voluntários que não têm muito relacionamento com o mundo educacional, mas têm a vontade de ensinar por meio de sua experiência a partir das ferramentas adquiridas ao longo da vida, ou pelo simples fato da aprendizagem filantropa. Isso também é representado na educação informal, em que o educador pode ser qualquer pessoa que esteja próxima ao aluno e que possa contribuir com algum conhecimento, que pode estar relacionado a emoções, ações ou comportamentos; nesse sentido, pode ser a família, amigos ou o senhor da loja – o importante aqui não é *quem*, e sim *o quê*.

Pelo exposto, pode-se falar que o sistema de educação formal, sendo institucionalizada na figura da escola, deixou de ser um patrimônio cultural intangível para se tornar objeto de consumo no mundo ocidental. Assim, por um lado, a educação privada possui um benefício constante e verificável; por outro, a educação pública tenta sobreviver com os escassos recursos do Estado. A educação se transformou em um negócio para o qual é pertinente perguntar: qual é o papel efetivo que ela desempenha para os alunos? Existe uma preocupação real com a aprendizagem? Ou, como Paulo Freire aponta (1967), trata-se de educação para o homem-objeto ou para o homem-sujeito?

A educação não formal, por sua parte, “vem sendo usualmente definida por uma ausência, em comparação ao que há na escola, tendo como único parâmetro a educação formal (escolar)” (DIAS, 2007, p. 4). Ela é concebida sob a ideia de um processo de aprendizagem que não é gerada em estruturas formais de ensino escolar, mas sim no campo da educação ligado à experiência, na reflexão sobre a produção onde a transmissão da educação é priorizada, ou, pelo menos, é o ideal que eles apostam para cumprir. Assim, trata-se de conhecimentos adquiridos fora dos contextos institucionais. Nesse sentido, se o indivíduo for afetado, terá maior participação no processo educacional. Sobre isso, Maria da Glória Gonh (2006b, p.33) afirma que “[...] quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação

formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal”.

A educação formal por sua parte pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente e legalizados governamentalmente nos currículos escolares; já na educação não-formal existe uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes entre o educador e o educando. Ou seja, na teoria pretende-se um aprender bilateral em uma horizontalidade de relações. Por isso a educação não-formal se apresenta no campo da Pedagogia Social, como é o caso da ONG estudada, da mesma maneira que na maioria dos projetos socioeducativos da linha da educação não-formal, existe a intencionalidade de não perder os aspectos culturais característicos das crianças e jovens que frequentam o projeto – ao contrário, visa-se construir conhecimentos a partir da experiência deles.

Por tudo o exposto anteriormente, esta pesquisa se apoia na concepção de educação popular, assim como na noção da educação como um ato político, segundo Paulo Freire, cujos métodos indicam a utilização de conceitos como educação não formal e educação popular, juntamente com noções de educação moral. A eleição dessa base teórica ocorre partir de três eixos fundamentais: o primeiro se encontra relacionado à visão-missão da ONG, a qual se guia pelas concepções de educação popular freiriana; o segundo está relacionado ao fato de que, ao trabalhar com um projeto social educativo, é difícil não se basear no referencial teórico de Freire de educação popular e pedagogia do amor, visto que a maioria desses projetos têm noções cientes e inconscientes da linha de agir da *Pedagogia do Oprimido*, que postula:

Uma pedagogia que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação em que essa pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1987, p. 41).

Mais especificamente, a descrição institucional da ONG estudada indica a intenção de realizar uma educação de crianças e jovens baseada em atividades que lhes dão ferramentas para o desenvolvimento enquanto seres humanos. Finalmente, o terceiro eixo está no entendimento histórico do surgimento das ONGs no Brasil, as quais se tornaram visíveis quando desempenharam um papel político nos movimentos sociais do século XX. Como não estudar a

educação como um ato político em associações que precisam de políticas para seu funcionamento, por meio de políticas públicas de apoio econômico e, por outro lado, da politização educacional que está presente em toda ação pedagógica?

A presente pesquisa foi realizada sob a perspectiva metodológica qualitativa baseada em uma observação participante, trabalhada por meio de três estratégias em conjunto: em primeiro lugar utilizamos a entrevista semiestruturada. Isso significa que sua conformação vale-se tanto de perguntas já elaboradas com antecedência, a partir de um roteiro, mas também da existência de perguntas que surgem no decorrer da conversação, as quais variam de pessoa para pessoa de acordo com o diálogo que se desenvolve. Ou seja, uma pergunta pode levar a outras interrogações, fazendo com que cada entrevista seja diferente, mas sempre dentro de um mesmo eixo. Essa entrevista foi dividida em três eixos fundamentais: perguntas feitas para crianças e jovens que frequentam e frequentaram a ONG em relação às suas experiências vivenciais, examinando as dinâmicas e/ou valores que destacam como fundamentais para sua continuidade no projeto, assim como também as atividades de que menos gostam, quais são os aspectos que eles mudariam, o que o levou a se inscrever no projeto etc., finalizando com questões relacionadas aos discursos que executam os educadores em relação a temas de orientação sexual, discriminação e tolerância.

Pretendia-se conhecer, por meio das entrevistas, quais são os discursos dos educadores que mais afetam as crianças. Nessa linha, é de suma importância pensar o poder das apropriações dos discursos em relação a temas de conformação de identidade, principalmente pelas pessoas mais próximas às crianças – nesse caso, os educadores.

O ensino ministrado tanto na educação formal como na não-formal faz parte da construção de um sujeito através de várias formas, uma delas é a construção da identidade sexual e de gênero que uma criança desenvolve em uma fase de crescimento. Dado o contexto em que esta pesquisa é conduzida, é importante estabelecer se existe conhecimento sobre sexualidade e gênero e se existem práticas sócio educativas que facilitem a discussão desses temas, seja rodas de conversas, atividades educativas ou rodas de prevenção, entre outras. A importância de estudar esses aspectos é que as crianças e jovens que frequentam o projeto não falam desses temas com seus pais ou com algum adulto responsável. Nesse sentido, vale a pena perguntar: existe assistência em todos os aspectos da vida das crianças? Ou algumas precauções prevalecem e outras não? A religiosidade da ONG incide no sentido de não investir em atividades que informem sobre sexualidade?

Sob esse ponto reside umas das problemáticas da pesquisa, a saber: a relação da construção da identidade pessoal e como compreender as perspectivas de gênero, ou seja, percepções, preconceitos e conhecimentos sobre termos como feminino, masculino, homossexual, entre outros. A esse respeito, vale a pena perguntar: como abordar questões de gênero em instituições educacionais não formais? Como tem sido proposto, os estabelecimentos de educação não formal não estão submetidos a um currículo nacional, portanto não fazem parte da educação geral ofertada pelo governo. Dessa forma, as diretrizes que compõem o modelo de ensino são distintas em relação às organizações que oferecem educação não formal.

Logo, se o proprietário ou responsável da ONG vem de uma cultura em que ideias como liberdade, igualdade, respeito e tolerância são propagadas para as pessoas, independentemente de sua identidade ou orientação sexual, ela oferta um modelo educacional que reflete esses valores. Por outro lado, se o gestor vem de uma ala conservadora e religiosa, o modelo educacional se dará sob um contexto em que a diferença nem sempre é boa, pois há valores que são quebrados por indivíduos que não seguem as regras de moralidade que perseguem. Portanto, haverá dificuldade de abordar as questões de gênero e sexualidade de maneira objetiva e sem limitações em um contexto no qual os valores estão baseados nos indivíduos que financiam as instituições.

Metodologicamente, por meio das entrevistas realizadas com alunos e educadores, refletiu-se que a religião se apresenta como uma estrutura simbólica, um modelo que tem significado, molda o mundo por meio de uma visão, segundo o pensamento de Geertz, onde se legitima certos preconceitos como nestes casos, porém, a partir do contexto estudado dá para compreender esses discursos a partir da linha católica da ONG. Dessa forma, a construção da identidade dos estudantes é baseada na informação ensinada no modelo educacional católico. E, por sua vez, a própria identidade fornece uma posição na sociedade que se reflete no papel que devem cumprir e no comportamento que devem assumir. Assim, pode-se ver como os papéis de gênero são influenciados pela cultura em que está inserida e como se reproduzem por falta de conhecimento ao abordar determinadas questões. A “falta de clareza e as particularidades de cada conceito fazem com que o conhecimento incompleto seja reproduzido. Portanto, a informação é uma fonte de poder simbólico cheio de significados na cultura” (PEIRANO, 2013, sp.).

Além das entrevistas efetuadas com as crianças e jovens que frequentam o projeto, foram feitas entrevistas com o corpo diretivo e docente em relação à participação, decisões e

planejamento das aulas, às metodologias aplicadas, aos objetivos transversais e aos *feedbacks*, se tiveram. Por último, buscaram-se os voluntários presentes no projeto, com questões destinadas a compreender as motivações de seu trabalho e a participação no projeto. Desse modo, pretendeu-se ter uma noção mais completa do contexto e das apreciações do funcionamento do projeto com todos os sujeitos envolvidos, com o intuito de trabalhar desde uma maneira micro até uma comparação de todos os agentes.

A escolha por uma entrevista semiestruturada em comparação a uma entrevista aberta se define a partir do fato de que nesta última pode-se rondar livremente a área delimitada pelas questões gerais de pesquisa, sendo possível perder a linha geral dos objetivos. Já a entrevista semiestruturada “segue de perto o tópico escolhido de antemão e apresenta questões destinadas a extrair informações específicas sobre aquele tópico” (ANGROSINO, 2009, p. 67). Nesse sentido é que se aponta para a necessidade de não perder a linha dos objetivos e eixos centrais da pesquisa, porque se entende que, no momento de trabalhar com pessoas, ao não se deixarem claros os limites, desvia-se do tema principal. Por esse motivo pretende-se ter uma linha clara de entrevista, mas, ao mesmo tempo, ter a liberdade de criar novas reflexões e diálogos, o que dificilmente acontece numa entrevista totalmente fechada e delimitada, em que a participação do entrevistado em relação a suas intencionalidades é muito limitada, deixando o entrevistado sem muita opção de respostas reflexivas, que é o que se pretende com esta pesquisa. Logo, a entrevista semiestruturada se adequa de melhor maneira à nossa metodologia.

O segundo mecanismo adotado foi um trabalho de observação participante não estruturado, que se apresenta como uma prática que consiste em conviver com as pessoas estudadas, conhecê-los, conhecer sua linguagem e sua forma de viver através de uma contínua interação. Isso quer dizer que a observação é feita *in loco* pelo pesquisador, na medida do possível: “[...] alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim como um observador objetivo daquelas vidas” (ANGROSINO, 2009, p. 31). A escolha desse tipo de metodologia em relação à observação não participante é que:

Na observação não participante, a única coisa que realmente importa é que os possíveis participantes reconheçam o pesquisador como um legítimo estudioso que tomou as necessárias precauções éticas ao estruturar a sua pesquisa (...). Mas na observação participante os membros da comunidade estudada concordam com a presença do pesquisador entre eles como um vizinho e um amigo que também é, casualmente, um pesquisador. (...) com tal o observador participante não pode esperar ter controle de todos os elementos da pesquisa (ANGROSINO, 2009, p. 33).

A partir disso compreendemos que uma observação participante faz sentido tanto para os objetivos da pesquisa, tanto em relação à linha metodológica quanto à minha participação anterior ao projeto, pela qual não posso me situar como pesquisadora distante e desconhecida, já que existe um conhecimento sobre a maioria das crianças e jovens que participam do projeto.

Para tanto, foi preciso organizar previamente os materiais, como foi o caso da elaboração de um guia de observação, de maneira a ter noção do que poderia ser observado. Também foi preciso um registro, em que se anotou o que foi observado, seguindo a lógica de data, hora, situação, contexto, descrição e interpretação. Por último, foi realizado um estudo de todos os arquivos disponibilizados, em relação a aspetos legais, de saúde, planejamentos, tanto das aulas como de atividades ao longo do ano, fichas das crianças, calendários, horários etc.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa, os primeiros contatos com o projeto se deram em julho do ano 2019. Sendo assim, é impossível não fazer a ligação com a experiência prévia da pesquisadora junto ao projeto. Divididos nas três fases da minha participação na associação: voluntária, funcionária e pesquisadora.

Como foi exposto acima, meu primeiro contato com a instituição ocorreu em meados do ano 2016, quando cheguei ao projeto na figura de voluntária pelo AIESEC¹, junto a mais quatro voluntários estrangeiros permanecendo por seis semanas. Nesse momento, me foi apresentada a instituição de maneira superficial, pelo qual não percebi um interesse real por parte do corpo diretivo de apresentar todo funcionamento do projeto em si, por vários motivos. A partir da curta estadia é a língua: explicar o funcionamento institucional a profundidade para pessoas que vão ficar só seis semanas, além da dificuldade linguística, pode ser visto como um trabalho gratuito sem um objetivo claro. Além de que o papel que cumprem os voluntários do AIESEC no projeto está determinado pelo projeto específico de intercâmbio, por exemplo no meu caso o projeto era “Gira Mundo” tendo como objetivo realizar atividades para as crianças

¹ Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales (AIESEC) É uma organização internacional gerida por jovens a qual possibilita o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens estudantes através de programas de trabalho em equipe, liderança e intercâmbio.

e jovens no projeto em específico, ou o projeto “Smarketing” o qual estava encarregado na promoção da ONG para obter novas doações.

O segundo encontro foi no ano de 2017, quando atuei como educadora social no projeto. Nesse momento meu papel mudou, no sentido de entender o funcionamento real do projeto, de onde provêm os alimentos servidos às crianças, de onde sai o salário dos professores, as planificações semanais e mensais, as regras para o pessoal da cozinha, o papel dos trabalhadores sociais, entre outros aspetos. O entendimento que tivera meses antes, na figura de voluntária, mudou, e foi nesse momento que as dúvidas se incrementaram. Pode-se dizer que a primeira aproximação dos questionamentos desta pesquisa se deu nesse momento, quando comecei a me questionar sobre as práticas educativas que se planejavam nas reuniões dos educadores com o corpo diretivo, das quais participavam somente os educadores assalariados e os gestores dos planejamento. Assim, indaguei: por que, em um projeto em que a maioria do pessoal trabalha de forma voluntária, as reuniões são a portas fechadas? Comecei a olhar como as crianças não gostavam da maioria das aulas ministradas, aulas que são feitas paradoxalmente para o agrado delas em relação à visão/missão do projeto. Como, em um projeto social educativo cujo objetivo principal é estimular e motivar as crianças, querendo explorar novas atitudes, é possível fazer isso sem que as crianças gostem das ações?

O terceiro encontro, o mais importante para esta pesquisa, foi no mês de julho de 2019, quando realizei o trabalho de campo. Passei um mês inteiro indo todos os dias para o projeto. Dessa vez havia certa contextualização e aspetos já conhecidos por minhas experiências dos anos anteriores. Ao ter objetivos claros em relação à pesquisa, a observação e a compreensão foram distintas, no sentido de cumprir outra função, a de observadora e pesquisadora, de prestar atenção às falas, à linguagem corporal, às problemáticas. A percepção muda quando há disposição e tempo só para observar, sem distrações ou outras funções. Assim, as experiências anteriores foram utilizadas somente para contextualizar o objeto de pesquisa e pode-se lançar um olhar crítico sobre a instituição.

A coleta de dados foi feita a partir de uma entrevista sob a forma semiestruturada², tendo três perguntas gerais para todos os entrevistados tendo depois uma divisão das perguntas, dependendo dos entrevistados: alunos frequentadores do projeto; ex-alunos (subdividindo-os entre aqueles que alcançaram o limite de idade para a permanência na ONG e os que apresentam evasão voluntária); e educadores e voluntários (fazendo também a subdivisão entre voluntários permanentes e voluntários estrangeiros vindos de AIESEC). Por último se situam as perguntas destinadas para o corpo diretivo. Vale ressaltar que todas as entrevistas foram gravadas em áudio, não havendo limitação de tempo – ao contrário, tive relação com a explanação do entrevistado.

A coleta da documentação da instituição aconteceu por meio de vários os mecanismos disponíveis: foi realizado um trabalho de busca nas redes sociais da ONG (*Facebook* e *Instagram*), no *site* e também em documentos físicos disponibilizados, como foi o caso do organograma, certificados, calendários de planejamentos, cronogramas, estatuto social, e os editais públicos que foram ganhos em relação às finanças do projeto.

A partir do exposto nas linhas anteriores e a fim de contextualizar o perfil do público atendido no projeto, primeiramente é preciso esclarecer sobre as diferenças das crianças das duas sedes : Unidade I, e Unidade II. A unidade II, está situada num bairro totalmente rural e periférico da cidade de Cariacica. Para exemplificar o quão distante fica da zona urbana, o terminal de ônibus mais próximo dali fica a quarenta minutos de distância. É comum ouvir as crianças falarem “amanhã estou indo para a cidade”, fazendo referência a Cariacica. É a partir dessas distinções que é necessário fazer a diferenciação em relação às crianças que frequentam a Unidade I. Primeiramente, frisa-se que as crianças da Unidade II crescem e quase “moram” no projeto, pois trata-se de um espaço aberto para a comunidade. Logo, os limites em relação ao horário de funcionamento da ONG são difíceis de definir e, por esse motivo, é comum encontrar crianças utilizando os espaços da ONG fora de horário.

² Estratégia mista, alternando perguntas estruturadas com perguntas espontâneas, com aquilo a parte preparada permite comparar entre os diferentes entrevistados, e a parte livre permite aprofundar as particularidades do entrevistado, permitindo maior liberdade e flexibilidade na obtenção de informações.

Dentro dos percursos metodológicos da pesquisa e da compreensão da educação não formal da qual o projeto social trabalhado faz parte, como Gohn expõe em seu texto *Educação não formal na pedagogia social* (2006b), existem certas lacunas que dificultam a análise desse tipo de educação, como, por exemplo a falta de “construção de metodologias que possam ser realizadas ou acompanhadas de trabalho” (GOHN, 2006b, sp). Nesse sentido, é difícil realizar uma análise crítica das metodologias trabalhadas, porque não há indicadores. Porém, ao carecer de certos modelos metodológicos que facilitem uma análise mais profunda, infelizmente estes se baseiam na comparação, seja com a educação formal ou a informal.

Outro aspecto e voltando ao tema anterior da caracterização e análise dos educadores do projeto em questão, é que Gohn aponta que, uma vez que não há “treinamento específico para educadores com base na definição de seu papel e atividades a serem realizadas” (2006b), é difícil caracterizá-los sob uma visão profissional ou acadêmica, mas meramente pessoal. Por isso é confuso conduzir análises discursivas críticas, porque entidades participativas desiguais são comparadas e caracterizadas. Acrescenta-se ao exposto o fato de que a educação não formal se caracteriza por ser dialógica, um processo de mão dupla.

O tema central da pesquisa é conhecer as práticas educativas desenvolvidas na ONG em relação às aprendizagens e discursos reproduzidos. Assim, é preciso observar as múltiplas perspectivas no tema e, dessa maneira, a escolha dos entrevistados é a partir das suas diferenças quer dizer, colher as diferentes opiniões de todas as pessoas com participação no projeto. Portanto, a escolha dos entrevistados foi dividida em quatro segmentos.

Crianças e adolescentes. Estes foram divididos em relação à sua participação no projeto. Foram entrevistadas as crianças que já não participam no projeto, seja por limite de idade de catorze anos ou por decisão própria; em seguida, as atualmente participantes no projeto. Foram convidados a participar das entrevistas quatro jovens de treze anos, um de doze anos e uma de dezesseis, sendo quatro homens, um deles bissexual, e duas mulheres, uma delas abertamente lésbica.

A idade varia dos 11 aos 14 anos, ou seja, privilegiou-se convidar adolescentes e não crianças para a execução da entrevista, uma vez que as perguntas formuladas requeriam em primeiro lugar um léxico e uma argumentação mais desenvolvidos. É a partir dessa linha que se aponta para as questões colocadas na entrevista. Foi necessária uma maior capacidade de diálogo, assim como alguns pontos de reflexão e análise. Vale ressaltar que questões como

orientação sexual e discriminação em geral foram abordadas, assim como temas como a homossexualidade, racismo e entendimentos de condutas de professores com um olhar mais crítico. Também cabe ressaltar que os adolescentes entrevistados permaneceram mais de cinco anos no projeto, o que possibilitou apreender um contexto maior em relação a possíveis mudanças nas práticas ou discursos utilizados.

Em segundo lugar estão os voluntários, que foram categorizados em a) voluntários brasileiros: uma pessoa interessada no projeto porque ali possuem sobrinhos, netos, ou por ligação com a igreja³ - b) voluntários estrangeiros relacionados à AIESEC, que têm um papel a partir do projeto de intercâmbio específico chegando à instituição sem conhecê-la anteriormente. São jovens que não passam dos 25 anos de idade e que só ficam seis semanas, cuja percepção é muito importante por ter um olhar crítico, externo e superficial. Em terceiro lugar foram entrevistados os educadores assalariados e, por último, o corpo diretivo da instituição.

Em relação ao tratamento dos dados, seguiu-se a lógica de primeiramente fazer a preparação das informações, num processo de classificação dos dados. Ou seja, criaram-se categorias que possibilitassem identificar com maior facilidade os elementos a serem analisados e, com isso, fazer a releitura dos dados e entrevistas, categorizando as informações. Em segundo lugar foi feita uma modificação dos conteúdos em diferentes unidades a partir das respostas dos entrevistados, para, dessa maneira, conseguir juntar e criar categorias de análise. Cada unidade de análise, necessita estar isolada, para entender o caráter próprio de cada um. Logo depois vem a classificação das unidades em categorias; nesse momento foi feita a divisão entre alunos e educadores, educadores e corpo diretivo, voluntários etc. Logo depois, passou-se a trabalhar num aprofundamento dos dados contidos na estrutura das perguntas, sendo elas iguais para todos, guiada pelo tema e por questões centrais – sua maior ou menor abrangência e importância. A isso seguiu-se a divisão das respostas em relação às perguntas gerais. Dessa divisão começou a descrição, que é, sem dúvida, de extrema importância na análise de

³ Igreja Santa Maria Goretti, localizada no mesmo bairro, tendo ligações com a ONG.

conteúdo, ou seja, a análise das respostas, finalizando com a interpretação dos dados, levando às conclusões.

A estrutura da investigação de todos os temas expostos anteriormente será distribuída em três capítulos e considerações finais; no primeiro, são apresentados e analisados os conceitos-chave para a execução da pesquisa, como família, infâncias e concepções sobre o que é ser criança e como as representações sobre a infância vêm mudando ao longo do tempo, utilizando para essas análises textos icônicos do tema, como *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès (1986), iniciando também diálogos com Sylvio Gadelha e Fúlvia Rosemberg em relação aos diferentes tipos de infância. Abordam-se ainda os problemas que causam a figura de famílias e crianças pobres no Brasil, e como existe uma marginalização social em relação a eles. Sob essas perspectivas, os jovens a serem estudados estão submetidos a uma série de categorizações, sendo considerados marginais, em categorias culturais constantemente vistas sob sistemas de opressão e discriminação. Nesse sentido, serão abordadas as políticas públicas e assistenciais prestadas pelo Estado desde meados do século XX em relação às crianças pobres e de rua. Para tanto, será analisado o percurso histórico das legislações e políticas públicas para crianças. Encerra-se com uma contextualização da ONG Amor e Vida à luz dessas políticas públicas.

A compreensão das noções descritas de crianças e adolescentes pobres no Brasil dará de lugar ao estudo do curso histórico dos movimentos sociais da segunda década do século XX, no qual foi baseado o segundo capítulo, analisando quais são os atores políticos envolvidos, o impacto da religião e as correntes pedagógicas e como esses movimentos foram perdendo força à medida que a democracia brasileira retorna, entrando com força a imagem das Organizações Não- governamentais (ONGs). Com isso, estudar-se-á a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil – o chamado terceiro setor –, aprofundando na crescente força com que se apresentam na atualidade e seu trabalho muitas vezes em conjunto com o Estado, assistindo-o nas responsabilidades que ele não cumpre.

No último capítulo, à luz dos debates realizados sobre conceitos como pobreza infantil, vulnerabilidade, risco social, juntamente com ECA, foi realizada uma descrição geral da ONG, como sua configuração, suas parcerias, suas metodologias, e, em seguida, se contrastou o que está escrito em suas bases legais e missões estaduais com a percepção de crianças e jovens que frequentam o projeto, analisando os discursos proferidos por educadores, as entrevistas realizadas ao corpo diretivo e funcionários com as mesmas perguntas feitas a crianças e jovens.

As pesquisas educacionais não podem ser realizadas a partir da homogeneização e objetividade apenas; ao contrário, entende-se que o mundo é complexo, subjetivo e mutável, portanto, deve ser estudado a partir das diferenças e particularidades do assunto em questão, sem pretensão de universalização.

2 CRIANCAS POBRES COMO PONTO DE CONFLITO SOCIAL

2.1 Entendimentos sobre a criança e a família pobre no Brasil.

A definição do que é criança ou a representação dela começa a partir de um raciocínio que, desde o começo, tem base no binarismo adulto-criança. Segundo Chris Jenks (2002), em seu texto *Constituindo a criança*, ela não é imaginada senão em relação a uma concepção do adulto, ou seja, sua definição se baseia nas características ou aptidões que os adultos consideram adequadas para esse período da vida. Mas, ao mesmo tempo, é impossível criar uma noção precisa da adulez e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança. Nesse sentido, o que é a criança é realizado sob o mundo adulto, que muda de acordo com o contexto social, país ou época. Em algumas culturas há inclusive ritos de passagem de crianças para adultos, ou seja, sua imagem está diretamente relacionada a um conjunto de expectativas sociais e culturais sobre o que elas teriam que viver em determinado momento da vida, o que é conhecido comumente como infância.

Segundo Philippe Ariès (1986), em sua obra *História social da criança e da família*, a concepção e o imaginário ocidental que se cria em torno da figura da criança evoluiu com o passar do tempo, principalmente em razão dos parâmetros ideológicos e culturais, aspectos que mudam até o presente, indo desde a ideia de um adulto pequeno que copia os comportamentos dos adultos, até ser muitas vezes o centro da vida destes, cujas rotinas giram em torno dos filhos. É nesse sentido que Ariès baseia seu estudo, fazendo uma descrição e uma contextualização histórica da figura da criança europeia ao longo do tempo, realizando comparações entre os diferentes tempos históricos e culturas, tomando como ponto de partida o período medieval.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia [...] (ARIÈS, 1981, p. 156).

Portanto, se nos basearmos na citação anterior, o que finalmente mudou a percepção da figura da criança, abandonando a da imagem de um adulto pequeno ou sua imitação, foi o

nascimento do conceito de infância, o qual, no mundo ocidental, foi caracterizado por uma consciência gradual das diferenças e necessidades que as crianças têm em relação ao mundo adulto, em que certas características começaram a se naturalizar como aspectos “comportamentais e emocionais que passaram, então, a ser consideradas como inerentes ou até mesmo naturais às crianças” (COSTA, 2010, p. 7).

[...] Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p. 11).

Portanto passou-se a ser reconhecida a particularidade da criança entretanto, entendida como incompleta (em relação às capacidades esperadas para a vida adulta), que precisa ser aperfeiçoada para enfrentar a vida, para a qual ainda não está preparada. Para isso, justificou-se submetê-la a um regime especial: educação padronizada, sendo este um aspecto crucial na conformação social da época, devido ao fato de que a educação será gradualmente inserida no núcleo da sociedade, transformando-a; nesse sentido também mudará a concepção de família, “a qual deixa de ser apenas uma instituição de direito privado e assume uma função moral e espiritual, passando a formar crianças” (METZNER, 2018, p. 67), ou seja, a unidade familiar é mais privada, cumprindo agora um papel mais moralizante, enfatizando principalmente o ensino, aspecto que anteriormente era responsabilidade da comunidade. Todos esses cuidados levaram, segundo Metzner, a inspirar um novo sentimento de família, assim como também levou à compreensão da diferença de necessidades entre crianças e adultos. Isso inspirou novos sentimentos, um novo afeto que a iconografia do século XVII expressou com insistência e sucesso: o sentimento moderno da família.

Conforme exposto, o nascimento do sentimento de infância desde uma perspectiva social foi o ponto preponderante para a conscientização das diferenças entre crianças e adultos. Em relação a esse conceito, de acordo com Heywood (2004, p. 21), a infância “é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e que varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade”. Exatamente por isso não é possível pensar em uma criança natural ou universal, já que, segundo essa definição, a infância é resultado das expectativas dos adultos.

Segundo Kramer (2003, p. 19), “o conceito de infância é determinado historicamente, pela modificação as formas de organização da sociedade”. Em suma, as autoras concebem que o conceito de infância é uma construção social modificada em função da cultura na qual está inserida. Ou seja, em certa medida todos os aspectos que compõem uma sociedade têm impacto na construção da concepção de infância, na definição de quais são as características esperada das crianças numa cultura e sociedade determinada. É nesse contexto que o fator econômico cumpre um papel fundamental, pois, com o passar dos anos o entendimento do que é a infância foi mudando, como é o caso do período medieval, por exemplo, até o presente, no qual existe uma capitalização da infância. É neste último argumento que vamos focalizar.

Com a ascensão do capitalismo e dos ideais da burguesia, os valores individuais ganham cada vez mais importância. A criança transforma-se num investimento lucrativo para o Estado, ela é vista como uma força de produção que traria lucros a longo prazo (COSTA, 2010, p.12).

Quando a criança se torna sujeito com características lucrativas, passa a haver uma maior preocupação social e governamental com as características que elas deveriam ter, pois, como foi exposto por Costa, elas seriam uma força produtiva de longo prazo, pelo qual foram transformando-se em um problema econômico e político, o que levou à conformação de políticas públicas que tinham por objetivo recuperar e conservar a imagem da infância – recuperar no sentido de não perderem o eixo central das futuras forças de produção: a otimização para a vida adulta.

No entanto, como a infância é uma construção social e cultural, deve-se entender que na sociedade existem grandes diferenças na conformação da população; nesse sentido, embora em uma mesma cultura sejam compartilhadas a definição de infância e o tratamento destinado às crianças, existem diferenças. Logo, a concepção de infância não será a mesma para a família burguesa que para a família pobre.

A modernidade deu ensejo à construção mais o menos simultânea de duas distintas concepções de infância: de um lado, uma infância “pequeno-burguesa”, por assim dizer, que evoca pureza, fragilidade, inocência e que demanda cuidados especiais, na medida em que remete a um ser em condições peculiares de desenvolvimento (...) de outro, uma infância que elege como o negativo dessa primeira, infância proveniente das famílias pobres e operárias, e que evoca, por seu turno, “carência” “deficiência” “diferença”, ao mesmo tempo em que é caracterizada pelos signos de abandono, do desvio, da patologia social, do risco (GADELHA, 2013, p. 346).

Porém, nas classes populares, houve uma demora maior para se fazer essa distinção de necessidades únicas para crianças, pelo fato de que as famílias pobres não tinham o privilégio de escolher por tratá-las como crianças; ao contrário; elas eram vistas como pequenos adultos com as aptidões necessárias para trabalhar, o que levou, em certo momento, a haver apenas uma diferenciação entre jogos para nobres e para plebeus. Pode-se falar então que não se tratava de uma diferenciação cultural das noções de infância, pois nela havia mais de um tipo de infância – por uma parte existia o ideal de infância cumprido por crianças burguesas, mas também a infância, carente de todos os tipos de privilégios e diferenciações do mundo adulto. Por isso é mais realista falar de “infâncias”, no plural.

Exemplo disso é o que Ariès aponta como um claro exemplo de que existiu uma relação forte entre sentimento de infância e sentimento de classe. “A criança não pode ser vista apenas como um ser em desenvolvimento e dependente do adulto. Não podemos reduzir toda e qualquer criança a uma unidade universal, ideal e imutável” (METZNER, 2018, p. 68). Além disso, nem se pode falar de infância seguindo a abordagem de Gadelha, porque existem claras diferenciações, preconceitos e divisões, desde uma imagem utópica do que se espera das crianças a preconceitos e marginalização – as crianças que não estão dentro desse ideal concebido.

No contexto brasileiro, a criança naturalizada como ideal é a considerada pequeno-burguesa, muito distante da realidade do país. Nesse sentido, entender a infância a partir de certos protótipos ideais é um erro social sério e perigoso, porque, se houver um exemplo do que deveria ser a infância, todas as outras infâncias que não cumprem nem atendem a esse ideal são preenchidas com preconceitos, problema que não recai apenas sobre as crianças pobres, pois há uma culpabilização da família pobre, que não atenderia ao ideal da família. Como aponta Rosemberg (1994, p. 2), “os adolescentes pobres da América Latina têm sido sistematicamente associados ao abandono ou patologia familiar”. O Brasil é um dos países latino-americanos com a maior quantidade de população infantil pobre, devido à sua ampla geografia e densidade de população. “A história da criança no Brasil carrega, ainda hoje, fardos visíveis do desenvolvimento profundamente desigual entre as classes no país, evidenciando-se na criança brasileira periférica: pobre e negra” (CORREA, 2019 p. 7).

A compreensão de qual é a família ideal está fortemente relacionada à composição pai-mãe-filhos, conhecida constitucionalmente como família natural⁴, que, com o passar dos anos, tornou-se cada vez mais distante da realidade do Brasil – ou talvez sempre tenha sido distante.

Como observado no último censo realizado em nível nacional (2010), metade das famílias brasileiras não estão na conformação pai-mãe; diferentemente disso, o percentual de famílias com conformações alternativas ao modelo usual apresenta um grande incremento, mudando cada vez mais as noções. Portanto, o ideal da criança inserida em um ideal de família natural é uma imagem distante da realidade do país. Deve-se mencionar novamente que o ideal de infância também é um aspecto cultural e temporal, tendo relação com uma opressão de classes, porque o ideal esperado é cumprido apenas pelas conformações familiares mais ricas, como mostram os dados a seguir:

A distribuição dos tipos de família por classes de rendimento familiar mostra que o tipo “casal com filhos” é mais comum nas famílias com maiores rendimentos (chega a 35% dos arranjos em famílias com mais de cinco salários mínimos per capita. Para as famílias com até ¼ de salário mínimo per capita, esse percentual é de 4,5%.) (COBO; GONÇALVES, 2012, p. 15)

Diante do exposto, reafirma-se que haver um protótipo ideal de performance de infância é um problema sociológico perigoso, pois ele está comprometido com uma conformação utópica presente na maioria das famílias mais ricas. Em contrapartida, a maioria das crianças pobres não possui essa conformação “ideal”, acrescentando-se a série de preconceitos para esse tipo de população, que as define como socialmente vulnerável ou em “situação de risco”. O uso desses conceitos, aliás, representa uma “faca de dois gumes” altamente estigmatizante, sendo observado como sinônimo de crime, incluindo o abandono, entre outros.

Embora, na época de sua criação, eles visassem reunir determinados grupos com problemas socioeconômicos semelhantes a fim de estudá-los e criar políticas de proteção e prevenção, passaram para um maior alcance social, o que levou a preconceitos em seu uso:

⁴ Art. 25, da Constituição Federal do Brasil. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

O conceito de vulnerabilidade social na América Latina é recente. Ele foi criado com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando o identificador renda ou a posse de bens materiais da população em geral. O conceito está vinculado às concepções do Estado de Bem-Estar Social. (FAGUNDES, 2013, s/p).

Por sua parte o conceito de “situação de risco”, que, o uso desse conceito acaba por definir certas pessoas com características socioeconômicas teoricamente mais propensas a desenvolver uma conduta indevida – ou seja, existe um preconceito no seu uso.

A condição de risco tem sido atribuída a “grupos sociais desvalorizados com o que isto pode comportar de culpabilização, de estigmatização, de efeito de rotulação” e também com o extremo perigo de “normatividade cultural”, assimilando risco à diferença, desigualdade à diferença, atribuindo um estatuto científico à exclusão provocada pelo olhar dos outros (ROSEMBERG, 1994, p. 9).

Esse problema de estigmatização social são os marginalizados da sociedade: pobres, periféricos, negros, todos aqueles que, como Rosemberg aponta, põem em risco a “normatividade cultural”, o que leva à utilização de conceitos como “população em risco”. Essa estigmatização é o resultado, infelizmente, de uma herança colonial já inserida na sociedade, como aponta Gadelha no livro *O governo da infância* :

A história da família, da infância e da adolescência pobres, no Brasil, antes e no decorrer de todo o longo século XX, foi marcada pela estigmatização, marginalização, exclusão e criminalização (- implicando, de acordo com os discursos que então dominavam o campo “do social”, particularmente no que respeita as crianças e aos adolescentes, uma série que ia do ócio à delinquência passando pela viagem e pela libertinagem) (GADELHA, 2013, p. 355)

Destaca-se que a família pobre no Brasil tem sido vista historicamente como um problema, o que induz a um círculo vicioso, no sentido de que o problema não é apenas pelo fato da sua existência, mas sim pelo que representa socialmente, representação essa repleta de preconceitos.

2.2 Criança pobre, problema social.

A imagem das crianças pobres no Brasil é marcada por estereótipos que as colocam como um problema social e estatal, pois sua configuração é cheia de preconceitos reproduzidos por muitos anos, que vêm desde o processo escravista, conduzido pelos colonizadores, até o presente. Contextualizando o “61% das meninas e dos meninos brasileiros vivem na pobreza – sendo monetariamente pobres e/ou estando privados de um ou mais direitos” (UNICEF, 2018, p. 5), índice que aumenta ainda mais se fizermos uma divisão a partir de um discurso racial, em que as diferenças entre crianças negras e brancas são, por assim dizer, alarmantes.

Enquanto meninas e meninos negros registram uma taxa de privação de 58,3%, entre crianças e adolescentes brancos, ela não passa de 40%. O mesmo vale para a privação extrema, que afeta 23,6% dos negros e 12,8% dos brancos (UNICEF, 2018, p. 5).

Com isso, pretende-se dizer que mais da metade das crianças negras no Brasil tem algum grau de privação em algum aspecto da sua vida, que não precisa necessariamente ser uma privação total, mas sim algum grau de afetação, como o direito à informação, residência, educação ou acesso à água. Privação que é 11 pontos percentuais acima das crianças brancas, demonstrando assim que os problemas relacionados à pobreza infantil estão diretamente relacionados a uma questão racial.

É evidente que as políticas públicas adotadas para a diminuição da população pobre não foram pensadas em sua plenitude, sendo esse um dos fatores pelos quais “as políticas sociais para crianças e famílias pobres são chamadas políticas de emergência e a baixo custo, evitando-se que ocorra o pior a morte, a criminalidade e a prostituição” (ROSEMBERG, 1994, p. 6). Isso leva também a diferentes tipos de soluções alternativas por parte da população, em que a criatividade local é necessária para manter a população ocupada, sendo esse tipo de programa de baixo custo e assistencial.

A família pobre, então, é considerada um ninho para a reprodução da pobreza e, portanto, existe um tipo de aceitação social aos preconceitos a ela associados, como crime, abandono, prostituição, dependência de drogas, entre outros aspectos, É nesse sentido que as políticas se baseiam na normalização da família a partir de um padrão familiar ideal, o qual, como foi exposto nas linhas anteriores, está muito longe da realidade:

Todos os processos de normalização da família que responderam a projetos sociais, políticos e econômicos mais amplos. Processos que, ao visarem a normalização das famílias em acordo com padrão único – considerando o normal, o adequado, o justo – estigmatizaram, violentaram o diferente (ROSEMBERG, 1994, p. 6).

A intervenção que o Estado deveria operar com as famílias pobres e com as crianças, entendendo-as como sujeitos de direito, visa na verdade a normalização das famílias de acordo com o padrão único, como foi exposto por Rosemberg.

1º A intervenção estatal, em observância ao disposto no caput do art. 226 da Constituição Federal⁵, será prioritariamente voltada à orientação, apoio e promoção social da família natural-, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer, ressalvada absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada (BRASIL, 2009).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) , é dever, tanto da família quanto do poder público, garantir as necessidades básicas das crianças, como alimentação, saúde e educação, assim como aspetos que fazem parte da vida social, como aqueles relacionados ao esporte e ao lazer. Colocando ênfase na lei mencionada, em que se fala da preferência que terão as crianças no plano de melhorias públicas, no qual se privilegiam a formulação e execução de políticas sociais públicas destinadas às crianças, percebe-se, na verdade, que elas estão longe de incentivar outras aptidões fora do contexto assistencialista. Nesse contexto “em linhas gerais, as famílias pobres e suas crianças foram assistidas por

⁵ **Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. **1º** O casamento é civil e gratuita a celebração. **2º** O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.**3º** Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. **4º** Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. **5º** Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. **6º** O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. **7º** Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. **8º** O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações

políticas assistenciais compensatórias que seguiam remotamente, bem ou mal, o espírito do pacto keynesiano entre capital e trabalho” (GADELHA, 2013, p. 355).

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

Crianças e adolescentes são sujeitos de direito e cabe ao Estado garantir a provisão de todos, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social. A ideia da criança como sujeito de direitos é um assunto relativamente novo, que vem acompanhado das mudanças da ideia de família e infância, conforme discutido anteriormente.

Legislar para crianças, ou seja, considerá-las um sujeito de direito na sociedade, é uma característica nova. Nesse sentido, apenas em 1927 surge o primeiro documento legal para a população de 18 anos ou menos, o chamado Código Mello Mattos. Isso ocorre a partir do contexto brasileiro da época, caracterizado pela industrialização acentuada nos grandes centros urbanos, o que iniciou um crescimento descontrolado da população e um aumento da população desocupada, refletida na ocupação das ruas, com uma grande porcentagem de crianças. Assim, o Estado tomaria a responsabilidade pelos menores de 18 anos em estado de abandono, como está escrito em seu artigo 1º do denominado “código Mello Mattos” de 1927: “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” (BRASIL, 1927).

Este código destinava-se a legislar sobre as crianças de 0 a 18 anos, em estado de abandono, quando não possuíssem moradia certa, tivessem os pais falecidos, fossem ignorados ou desaparecidos, tivessem sido declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem qualificados como vagabundos, mendigos, de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole (SILVA, 2002, s/p, in PONTES, 2012).

No âmbito das mudanças efetuadas pelo novo código, pode ser mencionada a proibição da antiga prática de deixar crianças em centros de caridade, conhecidas como "roda dos expostos"⁶, assim como também determinação de que jovens são inimputáveis até os 18 anos. Nos centros de atendimento criados, por um lado, havia a "escola de preservação para delinquentes", para a qual eram levados os jovens entre 14 e 17 anos – o destino seria um reformatório, onde receberiam educação e aprenderiam um trabalho – e a "escola de reforma para o abandonado", feita para os menores de 14 anos que não tivessem família ou que, mesmo as tendo, eram consideradas não aptas. “Assim, as famílias que não seguiam o modelo da burguesia (classe em ascensão e dominante da época) tinham seus filhos classificados como crianças em “situação irregular” (PONTES, 2012, s/p). Com essa justificativa inicia-se a intervenção estatal – embora a criança não tenha cometido atos criminosos ou esteja morando na rua, a pobreza certamente é uma justificativa para a intervenção. Essa lógica se dá “seguindo as orientações internacionais, a partir de então, tornou-se desnecessário que crianças e adolescentes cometessem atos ilícitos para serem recolhidos em instituições” (BARROS; ZAENA, 2015, p. 116).

O mito criado em torno da família das classes empobrecidas serviu de justificativa para a violenta intervenção do Estado neste século. Com o consentimento das elites políticas da época, juristas delegaram a si próprios o direito de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 25).

Em outras palavras, o mito era sobre a família pobre, caracterizada aos olhos do Estado como inabilitada para o cuidado das crianças, sendo representada de uma maneira socialmente negativa, o que demandaria, portanto, a construção dessas instituições assistencialistas, tendo por prática a desqualificação pessoal e familiar. Foi com esse mesmo papel assistencialista, e com o discurso de “menores abandonados” e “desvalidos” que, em 1942, foi criado o Serviço

⁶ Mecanismo para deixar os bebês em anonimato, caracterizado por ser um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança. Ao girar o artefato, a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo.

de Assistência ao Menor (SAM), que abrigava, em regime disciplinar, menores considerados em conflitos com a lei. Esse modelo, no entanto, foi criticado tanto pelos atos repressivos quanto pelo método adotado, pois, mais do que corrigir (usando o mesmo discurso usado por eles), a realização efetiva que se fazia era mantê-los marginalizados em relação à sociedade, o que deixou uma péssima reputação ao SAM:

A instituição desenvolveu péssima reputação à vista do público e da imprensa, que passou a chamá-la de “universidade do crime” e “sucursal do inferno”, com verdadeiras prisões onde imperavam torturas, drogas, violência, abuso sexual e corrupção administrativa (GOMES DA COSTA, 1991, apud OLIVEIRA, 2007, p. 138).

Embora a implantação do SAM tivesse um caráter assistencialista, como foi observado na citação anterior, e, como Faleiros expõe, tratava-se de uma questão mais da ordem social do que de assistência, pois, ao invés oferecer algum acompanhamento ou promover algum tipo de iniciativa para as crianças e adolescentes, os que saíam do padrão ideal foram marginalizadas institucionalmente. Nesse sentido, pode-se destacar que havia uma preocupação com o conflito instalado e não com uma prevenção, no sentido de que os jovens, mais do que serem olhados como sujeitos de direitos, foram objeto de medidas judiciais, agindo sob o raciocínio de que, se havia problemas para a sociedade, melhor seria removê-los dela.

A implantação do SAM tem mais a ver com a questão da ordem social que da assistência propriamente dita. [...] Vinculada ao Ministério da justiça e do juizado de menores, tem como competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação dos menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono (FALEIROS, 2009, p. 55).

Durante a ditadura militar foram implementados outros tipos de políticas de proteção a crianças e adolescentes, principalmente os marginalizados. Foi assim que na segunda metade dos anos 1960 ocorreu a extinção do SAM, sendo implantada a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM).

Criava uma instituição normativa central Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) com objetivo de elaborar e implementar políticas de bem-estar para crianças e adolescentes, distribuir recursos e financiar as executoras de programas em nível estadual – as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) (OLIVEIRA, 2007, s/p).

Com base na necessidade de novas estratégias para lidar com o fenômeno do aumento do número de crianças nas ruas, e na tentativa de dar mais opções e menos centralidade às políticas públicas de proteção de adolescentes e crianças, foram criadas a FUNABEM e as FEBEMs. Porém, o sistema “não tinha competência estrutural ou operacional, continuando a priorizar a institucionalização e o estilo correcional. Continuava-se a associar ‘assistência ao menor’ com ‘punição à delinquência’ e a representação social de ‘menor’ a ‘delinquente’” (OLIVEIRA, 2007, s/p). A partir dessa lógica, ao associar “assistência ao menor” à punição, reproduz-se o preconceito de que todo jovem ou criança que passa por privações de direitos (como é o caso da educação por exemplo) é sinônimo de delinquente, só pelo fato de precisar de algum tipo de ajuda, estigmatizando, assim, sua família e entorno. Legitimam-se os preconceitos em relação à infância e pobreza, assim como Oliveira expõe, transformando-se então num problema para o estado e a sociedade civil em geral, pois também representa uma ameaça para os cidadãos "decentes", que, paradoxalmente, são das classes mais abastadas. Pode-se falar, portanto, que “o PNBEM resultou, paradoxalmente, na radicalização da institucionalização, do encarceramento e das medidas 'disciplinares', e na exacerbação do corporativismo funcional/institucional” (OLIVEIRA, 2007, s/p).

Com o fim da ditadura, os movimentos sociais, mais especificamente a conformação das ONGs, assumiram um papel cada vez mais importante na sociedade organizada, além de ter sido realizada a dissolução do PNBEM, decorrente do acompanhamento do país às normas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, Declaração Universal de Direitos Humanos e Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, para o desenvolvimento de uma legislação que efetivamente salvaguardasse direitos para crianças e jovens. Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigente até o presente, cujos princípios foram inspirados na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança(ONU/1989), trazendo, por sua vez, o caminho para que se concretizasse o artigo 227 da Constituição Federal, que assegurava às crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direitos. O artigo 3^a do ECA prevê que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Portanto, tem-se no plano legislativo uma mudança nos paradigmas de compreensão da infância. Nesse sentido, troca-se o método correccional utilizado pelo SAM e FUNABEM por uma nova maneira de lidar com a adolescência e infância. O ECA por sua parte novou ao trazer a proteção integral, onde crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direito. Nesse mesmo sentido, e como se indica, “o Brasil tem muitos desafios, como garantir o pleno efeito do ECA, permitindo que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados, protegidos e estabelecidos” (ECA, 2019, p. 11).

O Brasil ainda apresenta altos índices de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, embora os números indiquem tendência de queda. As principais formas de violação identificadas contra esse vulnerável grupo são o abandono, o trabalho precoce e a exploração sexual. Para ampliar o combate a essas formas de violação é necessário maior esforço do poder público, tanto na repressão desses atos, quanto nas campanhas de conscientização da sociedade para a gravidade da questão. Um mecanismo eficiente que tem dado resultados é a implantação de central de denúncias (BAARS, 2009, p. 15).

No entanto, somando-se aos problemas reais e verificáveis das crianças com violações de direitos, também há o fator do estigma e o preconceito já naturalizados em relação à população infantil pobre, como foi apontado, ou seja, a legitimação dos preconceitos. Há uma privação de direitos e, além disso, o preconceito social por ter essa privação, o que afeta as políticas adotadas, já que “este discurso sobre famílias e crianças em risco tem sido associado às políticas sociais preventivas e de emergência, em detrimento de políticas sociais para todos como resposta ao reconhecimento da cidadania” (ROSEMBERG, 1994, p. 9), o que leva a programas focados nesses preconceitos com base em políticas de controle.

O funcionamento cotidiano de programas para crianças de família “em risco” evidencia a tradução deste discurso em práticas discriminatórias. Ao estigma de que a família pobre é descontrolada contrapõem-se práticas de controle da sexualidade, do ócio e da violência (ROSEMBERG, 1994, p. 9).

Outro aspecto a ser destacado está relacionado à transferência de responsabilidades por parte do Estado para determinados grupos de pessoas de caráter privado para a realização de programas de assistência, como é o caso de ONGs de assistência ou educação.

Trata-se de seguir e explorar a ideia de que, no caso da infância pobre (excluída), seu governo e seu controle se exercitam primordialmente por meio de políticas, programas e/ou projetos assistenciais, socioeducativos e culturais de orientação eminentemente biopolítica, os quais funcionam em estreita sintonia com essa tendência a um empresariamento generalizado da sociedade e da educação (GADELHA, 2013, p. 347).

Desse modo, a pobreza é um problema social, no sentido de que não se enquadra no estabelecido e esperado para o bom funcionamento da sociedade, o que atrapalha o bem-viver dos cidadãos "honrados". No caso das crianças pobres é pior ainda, em razão de que deve ser investido dinheiro em programas e políticas para uma população que ainda não produz capital. Gadelha explica quando existe um empresariamento generalizado da sociedade; o que é valorizado é a produção de capital. Sob essa dualidade de produção-exclusão é que o método usado para tratar as crianças e adolescentes pobres era correccional e marginalizador:

Um aparato correccional-repressivo destinado a atender aos menores abandonados e aqueles que cometeram atos infracionais (...) essa concepção de atendimento é encarna pelo Serviço de Assistência ao menor (SAM), ao passo que, logo após a instauração da ditadura militar, tal aparato se mantém vivo nos quadros do sistema FUNABEM-FEBEM, em que segregação, autoritarismo e assistencialismo se mesclam de forma impressionante (GADELHA, 2013, p. 355).

Embora que as práticas institucionais de tipo correccional tenham mudado para a lógica de preocupação e precaução, de acordo com os objetivos do ECA, o discurso marginalizante e pré-concebido é latente através de práticas assistencialistas e de controle, como a sexualidade, que incorre no preconceito de que todo adolescente ou criança, pelo fato de ser pobre, é lançado na situação de rua, de abandono ou de prostituição. É esse o discurso que afeta a prática: a estigmatização, simplesmente pelo o fato de ser.

2.3 ONG Amor e Vida no discurso disciplinar das crianças

Nesse contexto de transferência de responsabilidades do Estado para entidades privadas que podem operar de modo assistencialistas, em conjunto com práticas de caráter correccional, é que se encontram as organizações educacionais ou assistenciais de caráter não governamental. Na maioria de seus discursos e missões institucionais encontra-se a proposta de assistir à população “vulnerável” e em “risco social”, como elas expressam.

Para entender melhor o exposto, analisaremos a missão da ONG, cujo objetivo principal é “contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças, adolescentes, seus grupos familiares e comunidades em situação de vulnerabilidade do município de Cariacica e, se possível, no entorno” (Amor e Vida)⁷. Em primeiro lugar, dentro da missão da ONG é claro o caráter assistencial quando se expressa que se pretende contribuir para melhorar, mas vale ressaltar que essa contribuição é prevista para crianças, familiares e o entorno, considerando essas pessoas como vulneráveis, isto é, com certas violações de direitos ou carência de necessidades básicas.

A associação Amor e Vida foi oficializada em sonho de um grupo de pessoas sensibilizadas com a vulnerabilidade sócio econômica das famílias, crianças adolescentes, do Município de Cariacica. Sempre buscando desenvolver um Projeto Sócio, político ambiental que pudesse resgatar a cidadania, de forma a promover a integridade das crianças e adolescentes e seus grupos familiares (ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA, 2017).

Dentro do estatuto social da Associação Amor e Vida, em seus princípios norteadores, citam-se em primeiro lugar a promoção da dignidade humana e a inclusão social. No ponto IV, sobre suas ações, afirma-se: “oportunizar de desenvolvimento sócio, cultural e econômico [sic] das comunidades, com vistas a auto sustentabilidade, a partir de programas de geração de renda com a venda de produtos de fabricação caseira reciclagem e artesanato”. Ou seja, a ONG está comprometida com a criatividade local como alternativa à pobreza, para ter algum tipo de

⁷ Estatuto institucional.

ocupação. Isso pode ser analisado principalmente sob duas perspectivas: a primeira é a natureza da política de assistência, apostando que as pessoas se apoiam como ferramentas criativas, fabricando tecidos ou sabão a partir de óleo de cozinha reciclado, entre outros – um senso de valorização de si mesmo a partir da realização de trabalhos com seu próprio potencial. No entanto, esse tipo de programa também tem um lado comum, uma vantagem dupla, uma vez que possui um sentido político marcado. No momento da realização de pesquisas com a população desocupada do país (ligada ao desempenho), as pessoas que participam desses programas são consideradas como ocupadas, mesmo que não tenham emprego, o que diminui a taxa de desemprego no país.

Ao falar sobre a disciplina que essa ONG em particular possui, ela não está relacionada a características repressivas ou a um disciplinamento por meio da força, mas sim por meio de atividades de incentivo ao bom comportamento. Um exemplo disso é um painel localizado em ambas as unidades com todos os nomes das crianças, divididas entre manhã e tarde; quando elas apresentam bom desempenho (compreendem, têm bom desempenho em ajudar os educadores, não incomodam nas salas de aula, entre outros aspectos) ganham estrelas, representadas por um tipo de colchete afixado ao lado do nome, sendo que aquelas com mais colchetes podem ir para a lojinha⁸ e pegar o presente que alcance com a quantidade de estrelinhas, desde brinquedos, roupas ou material escolar. Dessa maneira, recompensa-se o bom comportamento, mas também a competição. O anterior é apresentado nas seguintes fotografias, mostrando-se na primeira fotografia o zoom do painel com os nomes das crianças e em segundo lugar se apresenta a lojinha, a qual é um espaço condicionado para deixar as doações de presentes para as crianças:

⁸ Loja existente dentro da ONG, que possui brinquedos, roupas, material escolar, todos doados para as crianças do projeto.



Figura 1 – Quadro de atividades de bom comportamento.
Fonte- Arquivo da pesquisadora.



Figura 2 – Lojinha
Fonte- Arquivo da pesquisadora.

Embora o bom comportamento seja recompensado, as crianças que não cumprem todas as atividades realizadas na ONG são punidas, ficando sem intervalo. Nesses casos, não há diálogo, nem pré nem pós-punição, contradizendo a missão da ONG e também os discursos da pedagogia do amor que apoiam. Freire (2008, p. 88) expõe as bases desse tipo de pedagogia: “a educação é um ato de amor e, portanto, um ato de coragem. Ele não pode temer o debate. Você não pode evitar a discussão criativa, sob pena de ser uma farsa. Como você aprende a discutir e debater com uma educação que impõe?” Nesta mesma linha que o presidente da ONG aponta o amor como o motor central do funcionamento da associação “a comunidade não tem interesse porque não ganha nada, e voluntario, é só pelo amor, a pedagogia do amor” (informação verbal)⁹

⁹ Entrevista concedida por Bruno, Presidente da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (25min)

As palavras do presidente da Unidade I implicam que o amor é escolhido como uma prática pedagógica dentro da ONG, mas essa escolha é baseada muitas vezes numa visão preconcebida das famílias das crianças. Nesta linha, a assistente social, descreve a importância da ONG para as crianças a partir de seu contexto social, caracteriza: “são crianças que geralmente estão separadas, baixa renda, crianças que o país está preso, moram com avós (...) (informação verbal)¹⁰sugere pelo qual que a escolha desse tipo de pedagogia do amor é pela falta ou ausência dele. Portanto, pode-se apontar que as crianças são julgadas com base em seu contexto familiar e social, entrando em uma espécie de compaixão por um outro.

O exposto acima é categorizado como violência simbólica, a partir das abordagens de Bourdieu, que descreve o mundo social, a partir de variadas linguagens simbólicas, repletas de códigos onde essas violências simbólicas vivem e interagem, fazendo parte da dominação das relações sociais, ou seja da violência que ocorre a partir da não-mediação, aceitação e adição dos dominados, os quais não podem evitar o mundo social em que está localizado que é pródimensional, ou seja, é composto por muitos espaços força e domínio entre eles a educação, caracterizada por educador e educando em que estão localizadas as práticas educacionais da Associação Amor e Vida.

Como violência simbólica, a AF só pode produzir seu próprio efeito, ou seja, propriamente pedagógico, quando existem as condições sociais de imposição e inculcação, ou seja, as relações de força que não estão envolvidas em uma definição formal de violência. comunicação.¹¹ (BOURDIEU; PASSERON, 1996, p. 47)¹².

Dessa forma, o professor passa uma impressão confusa, que dá margens para julgamentos e que faz um veredito de forma indulgente, por meio das relações pedagógicas em sala. Em relação à missão da instituição, uma vez que, embora se definam a partir de uma pedagogia do amor e que se pretenda criar uma pedagogia com eles e não para eles. Onde

¹⁰ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

¹¹ Tradução própria do espanhol ao português.

¹² Tradução própria do espanhol ao português.

deveria transmitir concomitantemente instrumentos de construção da realidade para o desenvolvimento essencial da atitude crítica de seu contexto, porém os mecanismos e práticas metodológicas utilizadas na ONG tem um tipo de violência simbólica a qual ocorre de forma inconsciente por parte do educador e autoridade para as crianças, impondo um tipo de metodologia, que a partir de seu pensamento é a mais adequada.

Embora esteja comprometida com uma educação baseada no amor, isso não significa que não exista violência simbólica no sentido da imposição cultural e dos sentidos expressos nas decisões que consideram alguns comportamentos corretos em relação aos outros, sem realizar algum tipo de estudo no campo das crianças para agir de acordo com suas necessidades.

3 ESTADO E O TERCEIRO SETOR: RESPONSABILIDADES, PARCERIAS E LUTAS

3.1 Movimentos sociais e educação popular no Brasil

Para elaborar uma análise das metodologias realizadas no projeto educativo Associação Amor e Vida é necessário compreender o surgimento e a natureza dos movimentos sociais que deram origem às organizações não governamentais. Para isso, é necessário compreender primeiramente o surgimento e as características dessas manifestações sociais, assim como o contexto mundial e do Brasil nesses anos.

O final da segunda guerra mundial foi o ponto de início para as mudanças no paradigma mundial. Os códigos e métodos usados até esse momento foram trocados por um novo e nascente regime mundial. Em razão disso, “o cenário contemporâneo tem incitado a sociedade civil a se organizar politicamente, reivindicando melhores condições de vida” (RANCIERE, 1996, p. 42). Assim, começaram a aparecer novas formas de participação política e social da população, caracterizadas pela organização coletiva em massas.

Agora, questionando as motivações desses grupos civis, o que mobiliza as pessoas para irem às ruas? Qual é a motivação para se organizar coletivamente? Qual é a finalidade? Nesse sentido, e com objetivo de exemplificar a questão anterior, é que se propõe aqui a pensar: numa manifestação de rua de estudantes, por exemplo, qual são as características mais visíveis? Paixão, exaltação, sensibilidade podem ser algumas das percepções que vêm às nossas cabeças, o que se vê representado pelos cantos e cartazes. No entanto, isso representa

[...] uma postura mais estética dos movimentos os quais tem constituído a ação política da população mais especificamente das juventudes nas esferas coletivas do contemporâneo como será analisado nas próximas linhas[sic]. A estética, aqui é tomada a partir das relações com o sensível, remontando o eu sentido original no grego *aisthetiké*, que significa conhecimento sensorial, experiência sensível, sensibilidade (RANCIERE, 1996, p. 44).

Nessa lógica, e voltando às primeiras linhas, a natureza dos movimentos sociais é a sensibilidade. Isso quer dizer que, para haver uma mobilização, a população tem que se sentir

afetada; se não tiver afetação, dificilmente será possível agir numa determinada situação e, menos ainda, ser parte de movimentos sociais, os quais, pela sua natureza, criam tensões e discrepâncias na sociedade, ou seja, uma afrontação.

[...] caracterizam todo e qualquer processo de constituição do sujeito e de coletivos, porque as relações dialógicas são relações de sentido travadas entre sujeitos socialmente organizados, ou seja, sujeitos posicionados em meio aos índices sociais de valor (RANCIERE, 1996, p. 42).

Dessa maneira, o primeiro aspecto a ser levado em consideração é que os movimentos sociais têm um caráter estético, no sentido da sensibilidade. É a partir disso que se começa a estudar o surgimento e amadurecimentos dos movimentos sociais no Brasil, que começaram a ter mais força na segunda metade do século XX. Nessa mesma linha, é importante reconhecer o sentido político dos movimentos sociais:

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIERE, 1996, p. 42).

Com isso, volta-se à natureza estética dos movimentos sociais, que gera sensibilização por uma razão ou outra. O que antes podia ser observado de fora, agora faz sentido ao ser tema de importância pessoal. Por exemplo: um adulto de classe média, pai de uma criança de cinco anos de idade, provavelmente não terá uma visão aprofundada sobre os problemas do ensino superior; é possível até ter uma atitude relutante e indiferente à solicitação dos acadêmicos. Mas, à medida que seu filho crescer e tiver a chance de ir para a faculdade, o mais provável é que ele mude sua postura – já não terá uma atitude afastada, vai se aproximar e ficar mais bem informado, porque será uma problemática pela qual ele se sentirá afetado. O mais importante é fazer parte de algo, e é precisamente isso o que expõe Rancière, quando afirma que se “[...] faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho” – o que antes era só ruído agora tem sentido a partir da realidade do ser sensibilizado.

Agora, qual é a relação entre os movimentos sociais e a educação, tema que nos interessa no presente texto? Gohn estabelece que essa relação “[...] existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter

educativo de suas ações” (2011b, p. 334). Essas ações ocorrem de variadas formas, como, por exemplo, a associação entre movimentos sociais e instituições educacionais, como é o caso da UNE¹³. Mas isso também está também no movimento social propriamente dito, já que possui um caráter educativo, seja pelas aprendizagens adquiridas, pelos participantes ou pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos no interior do movimento, assim como na essência do ato educativo em si, que, para Freire, é um ato político. Portanto,

Não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação(...) Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem prático (FREIRE, 2001, p. 25).

Isso se explica por meio de uma contextualização histórica sobre movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1950, sobre a participação da população em temas sociais e sobre a forma como esses movimentos se relacionam diretamente com o nascimento e o avanço da educação popular no Brasil, incrementada a partir dos anos 1960 com a pedagogia progressista e intensificada pelos movimentos sociais de resistência durante a ditadura. Tudo isso foi o fundamento para que os anos 1990, juntamente com o contexto político, existisse uma abertura educacional a partir da transferência de responsabilidades educativas do setor público ao privado, o que resultou na criação de centros socioeducativos assistenciais não governamentais, como no caso da ONG Associação Amor e Vida.

Destarte, em relação ao contexto sociocultural da época, e como é exposto no texto *Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico bibliográfico preliminar*, a década pré-ditadura

[...] foi o tempo da arte na rua, dos Centros Populares de Cultura da UNE de novos métodos de alfabetização de adultos associados à leitura da realidade, do movimento das Ligas Camponesas, da crescente sindicalização e organização da classe operária, do CGT (LOVATTO, 2011 p. 1).

¹³ União nacional dos estudantes.

Não é por acaso que todas essas formações da população organizada foram apagadas com a ditadura, já que representavam um perigo para o regime autoritário, no qual qualquer demonstração de alteração da ordem pública ou qualquer opção alternativa ao que está estabelecido é um perigo, uma vez que, de uma maneira ou de outra, representam uma organização da população.

tornaram-se mais frequentes os debates educativos, o que gerou, em 1958, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, quando a pedagogia de Paulo Freire ganha destaque¹⁴. Recordemos que Brasil tinha um sistema capitalista em desenvolvimento, em que 56,1% da população era analfabeta¹⁵ e a maior parte da força de trabalho era rural. Entendendo isso e as proporções geográficas do país, entende-se que sem programas de alfabetização dificilmente essas pessoas teriam a opção de aprender a ler. Nesse contexto,

Programas e projetos foram surgindo, no qual podemos considerar como o primeiro grande movimento a CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, coordenada por Lourenço Filho de 1947 a 1963. Após este movimento, várias outras campanhas foram surgindo, onde podemos destacar e as esmiuçaremos adiante as maiores e/ou mais importantes campanhas, como o Movimento de Cultura Popular – MCP (1960), o Movimento de Educação de Base – MEB (1961), a Campanha de Educação Popular – CEPLAR (1961), o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF (1967) (BRAGA, 2014, p. 61).

Ao mesmo tempo em que as ideias de Paulo Freire estavam sendo levadas em consideração no âmbito educativo da alfabetização, no setor rural “[...] a questão agrária estava em ebulição através, principalmente das Ligas Camponesas” (STEDILE, 2012, p. 87). Nesse sentido é importante enfatizar o fortalecimento das lutas sociais e a importância desse duplo

¹⁴ Educação de Jovens e Adultos.

¹⁵ O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa: Brasil Alfabetizado no município de Araraquara/SP.

efeito no setor rural: por um lado, existem programas de alfabetização para a sociedade rural; por outro, há um empoderamento social.

O fortalecimento das lutas populares que foram se desenvolvendo e crescendo no pré-1964, particularmente a eclosão dos movimentos no campo brasileiro e o crescimento dos sindicatos operários, bem como o conjunto de partidos políticos progressistas já existentes ou que surgiram justamente no período em questão (LOVATTO, 2011, p. 3).

É preciso indicar a importância da movimentação da população pré-1964, tanto nos movimentos relacionados à educação como também nos movimentos rurais, como já foi exposto. Isso possibilitou um crescimento da conscientização social, o que será de muita relevância para os movimentos gestados no momento pós-ditadura. Pode-se falar que não se trata de uma simples movimentação de massa guiadas por objetivos específicos, mas sim de uma movimentação das camadas trabalhadoras do pré-1964 que possibilitou um real crescimento da consciência de classe no período, e não apenas um conjunto de movimentações de massa guiadas por objetivos distantes.

As comunidades formadas pela população politicamente ativa começaram a ter um “jogo” político muito interessante na sociedade brasileira, já que surgiu uma consciência de classe. Isso é representado principalmente pelos trabalhadores rurais, que, junto com o trabalho de alfabetização que se fazia com eles, obtêm com isso mais ferramentas, por meio das quais suas perspectivas de vida mudam – o que é justo ou não, o que é abuso, quais são seus direitos como trabalhador etc. São concepções novas a partir do entendimento da linguagem. Assim, muda radicalmente sua posição na sociedade, tornando-se atores sociais de importância, o que levou à rejeição por parte das classes mais ricas. Como menciona Kreutz,

O jogo político-social na fase de industrialização substitutiva consistirá nos acordos e alianças. Que as forças sociais passam a constituir e que expressem o novo equilíbrio de poder; nele participam e disputam sua hegemonia tanto os setores agro-exportadores e financeiros, quanto os setores médios e industriais urbanos. E, por outro lado, a parecem como objeto de dominação em alguns casos, ou como base de sustentação em outros, os chamados setores populares, integrados por seus três componentes típicos: a classe operária, a massa popular urbana e a massa agrária (KREUTZ, 1979, p. 49).

O que foi exposto é a verdadeira relevância dos movimentos sociais pré-ditatoriais e o porquê de eles serem tão perigosos aos olhos do governo militar, tendo que se reformular e, principalmente, agir às escondidas (parte deles foi extinta no período) por causa de seu papel crítico e de ruptura em relação ao sistema sociopolítico, tendo em alguns casos independência política. Ou seja, não estavam ligados a nenhuma tendência ou partido político, o que os deixava em total liberdade. Essa configuração exerceu influência político-social na sociedade brasileira

Nos anos que antecedem a ditadura, a Igreja Católica foi uma das instituições que tiveram papel fundamental nos movimentos sociais. Houve uma reconfiguração de suas bases, com maior incidência nos problemas sociais, fato extremamente importante, devido ao grande poder que ela tinha sobre a população.

[...] de uma possibilidade uma posição de poder para exercer influência religiosa, que tinha o efeito de manter o 'status quo', a Igreja intencionalmente tentou mudar a natureza de seu poder, de modo a apoiar a mudança social a fim de então exercer influência religiosa (KREUTZ, 1979, p. 45).

Essa reformulação do catolicismo a nível mundial começou com o Concílio do Vaticano dos anos 1962-1965, proporcionando um diálogo de abertura com o mundo moderno, com uma nova linguagem conciliatória diante dos problemas.

Entendeu-se que a igreja deveria estar inserida em todos os grupos humanos, respeitando suas condições sociais e culturais. Assim, o Concílio chegou a mudar o entendimento e o ensinamento da fé, para torná-los mais compreensíveis para os homens modernos. Assim, modificou-se a liturgia, modernizando-a e usando as línguas de cada cidade. Mas o aspecto mais importante é que a Igreja se proclama defensora dos direitos do homem e chama a denunciar atos impróprios. “Que o povo veja com os próprios olhos, pense com a própria cabeça, fale com a própria boca, ande com os próprios pés” (CEBS, 1978, p. 6).

Isso repercutiu na América Latina, mais diretamente depois da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em 1968, em Medellín, Colômbia, cujo maior objetivo era instruir os ensinamentos do Concílio Vaticano II. Isso reflete na homilia do Papa Paulo VI, em Bogotá, nesse mesmo ano, em que se observa claramente a intenção da Igreja de se aproximar do povo: “¡Salve, campesinos colombianos! ¡Salve, trabajadores de la tierra en

América Latina! ¡Paz y bendición a todos, en el nombre de Jesucristo, nuestro Señor y Salvador!”¹⁶

No Brasil, essas ideias foram representadas pela Teologia da Libertação, que se origina depois desses eventos já mencionados. Seus princípios radicam fundamentalmente na consideração aos pobres e às suas lutas, mas em conjunto com o estudo e entendimento das ciências humanas. Ou seja, a religião deixa de ser somente para o corpo clerical e precisa de se nutrir de conhecimentos acadêmicos para assim ter maior ação. A diferença principal entre a teologia da Libertação e a tradicional é que a primeira “[...] se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional para quem os pobres deviam ser objeto da caridade e não agentes de sua própria libertação” (TEIXEIRA, 2006, p. 48). O objetivo é transformar a visão de objeto que recai sobre as classes mais vulneráveis e transformá-las em sujeitos ativos da suas próprias vidas. Como afirma Paulo Freire, a mudança tem que ser fazer com eles, e não para eles.

Essa teologia constitui-se como a primeira dos tempos modernos produzida na periferia da Igreja e comprometida de forma radical com os pobres e excluídos. Foram de grande importância para a sua gênese eventos gerais da Igreja Católica como o Concílio Vaticano II (1962-1965) e, na América Latina, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), que apontaram para uma modernização da Igreja, uma abertura sua para o social e, no nosso continente e país, a “opção preferencial pelos pobres” (TEIXEIRA, 2006, p. 65).

Como consequência dessa mudança na Igreja é que, no início dos anos 1970, já sob a ditadura, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base. Em um primeiro momento elas funcionaram simplesmente como reuniões relacionadas ao catolicismo, mas a grande diferença é que essas reuniões se faziam no meio popular, nas periferias, favelas e zonas rurais, onde dificilmente chegavam programas educativos, de saúde etc. Assim, foram se configurando como lugares de reflexão, com o objetivo de aumentar e aproximar a igreja do povo e abrir as portas de maneira simbólica. A Igreja, como instituição, já não era o único lugar onde professar a fé, agora isso também era feito nas comunidades. Isso tem um simbolismo muito importante.

¹⁶ Peregrinação apostólica a Bogotá, Santa missa aos campesinos colombianos. Homilia do Santo Padre Paulo VI, 23 de agosto de 1968.

Ela saiu a campo, deixando a velha visão da institucionalização do catolicismo, e dizendo “agora vamos até onde você está”. Isso tornou a procissão da fé muito mais acessível e próxima. Nesse sentido, a opção empregada pelo CEBS é criar uma opção de libertação dos oprimidos, guiados claramente pelas ideias da teologia da libertação, que estava em seu apogeu nesses anos.

A orientação que regeu as CEBS foi marcada pelas ideias de Paulo Freire e do Movimento de Educação de Base (MEB) de setores "progressistas" da Igreja Católica nos anos 1960, da participação das camadas populares no processo de sua própria educação (política), através da discussão de seus problemas imediatos, seguida da decisão e mobilização para defesa de seus direitos (LESBAUPIN, 1997, p. 47).

Há uma conscientização e sensibilização por parte da igreja para as populações vulneráveis que vai muito além da pregação do catolicismo. Nesse sentido, “atuam no apoio aos ‘movimentos populares’: luta contra expulsão de terra, por melhores salários, por moradia, contra a violência. Seus membros participam dos sindicatos, associações de moradores, movimentos de mulheres, de negros, de meninos de rua” (TEIXEIRA, 2006, p. 48). Ou seja, existe uma ação social e política, longe do seu papel passivo em relação aos problemas sociais, como havia sido nas décadas anteriores.

Tudo que abordamos anteriormente muda radicalmente em 1964, ano em que se inicia a ditadura no país. Todos os movimentos sociais entendidos como organização da população por um bem comum e/ou interesse passaram a ser ameaçados pela restrição do pensamento livre: “[...] em seguida àqueles atos repressivos, a reação do governo se deu com a Reforma Universitária de 1968, a emissão do Decreto no 477, proibindo as manifestações estudantis, e do Ato Institucional n. 5 (AI-5) em dezembro de 1968” (GOHN, 2012, p. 3).

Os novos paradigmas da Igreja Católica têm um grande freio nesse governo autoritário, e é nesses anos que os movimentos sociais passam de legítimos a clandestinos. Houve violência e violação de direitos pelos militares, como observado em 1970, momento em que a Igreja se declara abertamente contra, como faz referência o pesquisador Scott Mainbbaring (1989) no livro “Igreja católica e política no Brasil (1919-1985)” em relação ao documento da décima primeira Assembleia Geral da CNBB de 1970. Mainbbaring cita textualmente:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzida nas formas de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades

de terror. Pensamos primeiramente no exercício da JUSTIÇA, que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa. Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura (MAINBBARING, 1989, p. 130).

Como foi observado, nas últimas décadas o Brasil teve uma explosão de movimentos sociais. Na época do golpe militar já havia certas noções de organização popular, o que claramente não poderia ser eliminado, já que era um comportamento “adquirido” pelas pessoas; ao mesmo tempo, havia instituições e organizações diversas dentro destas mobilizações e grupos sociais, como é o caso da Igreja, educação popular, ligas camponesas, UNE, entre outras. Por isso havia uma interdisciplinaridade em sua organização, o que, para um Estado militarizado, era um problema em relação a possíveis revoltas da população.

Considerando a educação como forma de transformação social, e com base na tese de Paulo Freire de que a educação é um ato político, não podemos ignorar o impacto dos processos educacionais e das linhas pedagógicas nos movimentos sociais dessa época. Nesse sentido é importante mencionar que as correntes progressistas têm relação direta com esses movimentos, já que tinham em comum a luta pelo desenvolvimento de uma consciência crítica, concebendo a escola como uma oportunidade de mudança e ruptura dos modelos liberais vigentes. Essa corrente, que teve seu apogeu na metade do período da ditadura, coincide com o início da abertura política decorrente da crise do regime. Assim, a escola passa a ser vista não mais como libertadora, senão como reprodutora da classe dominante, o que levou à intensa mobilização dos educadores para buscar uma educação crítica, além daquela aplicada nas escolas.

Nos últimos anos da ditadura houve um avanço progressivo. A perspectiva oficial na qual se apostou era a corrente funcionalista do ponto de vista educacional, que se baseava principalmente na disciplina. Nela, considerava-se o poder governamental voltado para o bem da população e o desenvolvimento do país. O governo se adotou um posicionamento estrutural-funcionalista, típico dos regimes autoritários do século XX, caracterizando-se por levar uma diretriz educativa-profissional tecnicista, a qual seria útil para a sociedade.

Embora a perspectiva progressista tenha se agitado no fim dos anos 1970 e no início dos anos 1980, anteriormente a essa época já havia políticas de silenciamento por parte do governo

militar. Foi assim que começou-se a silenciar movimentos, por meio de programas estatais que “ajudavam” as pessoas, porém, com uma perspectiva e objetivos claros: a quietude da população. É nesse contexto que

Com objetivos políticos de silenciamento dos movimentos de Educação popular, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral fazia restrições claras à concepção político-filosófica de Paulo Freire. Esse movimento estimulava o individualismo e a adaptação à vida moderna, enfatizando a responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso e tentando afastar a possibilidade de resistência ao modelo instalado (FERREIRA, 2010, p. 22).

Levando essas questões em consideração, o governo ditatorial estava apostando em fornecer ferramentas para as pessoas através de programas estatais que, à primeira vista, eram vistos como uma ajuda para a população com privações. Mas seu pano de fundo era evitar que as teorias ou perspectivas que vinham tomando força, como a crítica e o libertarianismo, se espalhassem, tentando “conter o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base (LARA; SILVA, 2015, p. 277). Nesse sentido, pode-se falar que “o golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais” (LARA; SILVA, 2015, p. 275) através da gestão desses problemas e da criação do MOBREAL por exemplo, o qual tinha uma linha clara linha contrafreiriana.

Quando há regimes autoritários militarizados ou golpes de Estado, fala-se de um apagão cultural e social, ou seja, tudo o que existia antes dessa data é suprimido ou marginalizado para não haver grandes problemas – e, claro, o Brasil não foi exceção. Por isso se fala que o Brasil viveu uma década perdida após o golpe militar, mais especificamente entre o final dos anos 1970 até o início dos anos 1990. Apesar disso, nos anos 1980 o sindicalismo vive um momento de ascensão nas lutas sociais pelo trabalho, com o avanço das greves: “o avanço do sindicalismo rural e do sindicais no setor público, o aumento da sindicalização em contratendência ao movimento de sindicalização que vinha ocorrendo em nível internacional” (ANTUNES, 1991, in LARA; SILVA, 2015 p. 285). Ou seja, há um cenário de ressurgimento dos movimentos sindicais e populares:

[...] foi justamente nessa década perdida, período histórico que compreende dos anos de 1978 a 1992, que vimos nascer o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985 (FERREIRA, 2010, p. 8).

Com isso se demonstra a importância dos movimentos sociais pré-ditadura, os quais lançaram as bases para que esse ressurgimento acontecesse, chegando à fundação de partidos políticos de trabalhadores e organizações pelos seus direitos, como foi o caso da CUT.

É importante revisar, portanto, o conceito de época sombria ou perda do Brasil na década dos 1970, pois, ao dar importância a essa definição de época, suprime-se qualquer tipo de avaliação e reconhecimento aos movimentos sociais que estavam presentes muitas vezes na clandestinidade, construindo as bases para a criação dos sindicatos de trabalhadores. Embora não houvesse visibilidade, isso não significava ausência.

Segundo Saviani (1995), podemos afirmar que sob o ponto de vista da organização do campo educacional, a década de 80 é uma das mais fecundas de nossa história, pois a mobilização desses anos orientou-se pela bandeira de transformar a Educação e a escola em instrumentos de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores; saber este que viria, mais tarde, a contribuir para uma maior participação na sociedade (FERREIRA, 2010, p. 8).

É interessante essa organização social da população, ainda mais num contexto de regime autoritário. As lutas sociais foram de caráter interdisciplinar – havia estudantes e ativistas sociais alfabetizados por teorias sociais e humanistas, como foi o caso da teoria progressista, unindo-se também a abertura da Igreja Católica. Isto é, “a população, para além de seus eventuais vínculos partidários e/ou sindical formava parte de movimentos sociais, constituídos para dar resposta necessidades específicas, ou para lutar por/contra situações mais estruturais” (MONTAÑO, 2005, p. 271).

Portanto, era um contexto, em termos gerais, de atores políticos mais relevantes no Brasil, o que afeta até nossos dias.

Nessa mudança de regime político, que culminou com a Carta Constitucional de 1988, os movimentos sociais foram, sem dúvida, os grandes atores desse processo que se caracterizou simultaneamente como resistência e negação à ordem autoritária e como proposição e instituição de uma ordem democrática fundada no reconhecimento dos direitos de cidadania (SILVEIRA, 2000, p. 79).

Em suma, os movimentos sociais do século passado foram os responsáveis por lançar as bases para a compreensão e configuração dos movimentos sociais atuais, bem como sua importância principal na educação popular ou o entendimento da educação além da escola.

3.2 Os anos 1990: Transferência de responsabilidades para quem?

É sabido que a segunda metade do século passado se baseou numa divisão econômica fundamentada e marcada pela polaridade comunismo-capitalismo, duas ordens econômicas opostas, sendo o capitalismo liderado pelo Estados Unidos, o vencedor. A finalização deste conflito trouxe consequências para América Latina, e, por conseguinte, para o Brasil, considerando-se o Consenso de Washington, baseado principalmente na criação de políticas voltadas para países em desenvolvimento que passavam por crises financeiras, como foi o caso em toda a América Latina.

América Latina precisava (de acordo com as resoluções da CW) um modelo econômico aberto e estável. Por um lado, a abertura econômica consistia principalmente em uma série de medidas que permitiriam e facilitariam o comércio internacional entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico na região (MARTINEZ, SOTO, 2012, p. 63).

No Brasil, depois de finalizada a ditadura, a redemocratização coincidiu com a crescente expansão do neoliberalismo a partir das resoluções do CW. Vale ressaltar que, embora este fosse um acordo para ajudar os países latino-americanos a sair da crise econômica, tratava-se realmente de uma desculpa para estabelecer um regime neoliberal no continente. Logo, mudou-se a forma de relacionamento e ação social do Estado em relação ao exercício da cidadania. A discussão das funções do Estado foi mais forte após da crise vivida nos anos 1980 em relação a quanto o Estado deve interferir ou não na esfera produtiva. Em face disso, começou-se uma crise de representação e manejo do Estado em relação à diminuição de suas funções. Teve início um questionamento sobre o papel que o Estado deve desempenhar na esfera pública. Tais questionamentos foram apresentados e definidos no “Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado” realizado no ano 1995, o qual determina:

Sobre o papel que o Estado deve desempenhar na vida contemporânea e o grau de intervenção que deve ter na economia. No Brasil, o tema adquire relevância particular, tendo em vista que o Estado, em razão do modelo de desenvolvimento adotado, desviou-se de suas funções precípua para atuar com grande ênfase na esfera produtiva. (BRASIL, 1995, p. 1)

A ideia de Estado mínimo começa a ser considerada uma saída e uma luz de esperança, com o objetivo de parar a intervenção protagonista do Estado na economia e delegar suas funções sociais não cumpridas. Ou seja, age-se no sentido de que, se o Estado não está cumprindo suas funções, como é o caso da educação, por exemplo, a população tem que se organizar e procurar uma maneira de atender a essas demandas. Um dos eixos fundamentais da reforma para um Estado mínimo foi a “publicitação”, por meio da qual transfere-se para o poder público não-estatal ou ao chamado terceiro setor os serviços não exclusivos do Estado – não exclusivos no sentido de suas funções, por exemplo, a segurança pública, a justiça e a criação de legislações para o cumprimento destas. “Os processos de terceirização, flexibilização, cooperativização, informalização, entre outras estratégias de precarização das relações de trabalho, encontraram eco na política governamental” (LARA; SILVA, 2015, p. 284). Ou seja, a reforma é vista como uma redefinição do papel do Estado, que deixa de ser responsável pela economia e a sociedade para ser um regulador daquilo que antes era de sua responsabilidade.

Entretanto, quando, nos anos 90, se verificou a inviabilidade da proposta conservadora de Estado mínimo, estas reformas revelaram sua verdadeira natureza: uma condição necessária da reconstrução do Estado – para que este pudesse realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país (BRESSER, 1998, s/p).

Em outras palavras, a crise do Estado na década de 1980 foi o que levou correntes liberais e também conservadoras a propor a ideia do Estado mínimo no Brasil, com base em críticas profundas às formas de intervenção ou regulação. Porém, como expressa Bresser, foi uma ideia inviável para o contexto brasileiro, o que acarretou no seu abandono nos anos 1990. Em vez disso, focou-se na reformulação do Estado a partir de suas responsabilidades: reconstruí-lo ao invés de destruí-lo.

Ao se reformular, o Estado torna-se responsável por garantir não apenas as necessidades básicas, mas também por assumir responsabilidades em diferentes áreas, como a educação. A partir do momento em que o Estado não consegue cumprir suas funções produtivo-sociais, começa a delega-las para entidades privadas, com recursos estatais. Nos Cadernos MARE¹⁷ da Reforma do Estado explica-se essa situação:

Se por um lado, o Estado já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas sobretudo na área social, por outro, já dispõe de um segmento da sociedade, o terceiro setor, fortalecendo-se institucionalmente para colaborar de forma cada vez mais ativa na produção de bens públicos (BRASIL, 1998, p. 8)

Neste sentido é que o surgimento das organizações sociais toma relevância, já que o Estado assume um papel de moderador das iniciativas privadas, delegando as responsabilidades para o setor privado, comandado muitas vezes por alguns segmentos sociais ligados ao capital. É a partir disso que começam a ter cada vez mais relevância as organizações sociais, as quais quebram o padrão público-privado. Cria-se, então, a figura das associações civis com fins sociais e não lucrativos – com recursos públicos, mas com a particularidade de agir em consonância com os direitos privados. Essa situação aparece nos Cadernos MARE:

Trata-se de um movimento que é portador de um novo modelo de administração pública, baseado no estabelecimento de alianças estratégicas entre Estado e sociedade, quer para atenuar disfunções operacionais daquele, quer para maximizar os resultados da ação social em geral. Assim, o propósito central do Projeto Organizações Sociais é proporcionar um marco institucional de transição de atividades estatais para o terceiro setor e, com isso, contribuir para o aprimoramento da gestão pública estatal e não-estatal (BRASIL, 1998, p. 9).

Assim, é necessário ter em consideração que essas organizações possuem uma autonomia administrativa, dada a sua natureza de instituição privada, inclusive muito maior que

¹⁷ Feitos pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

que suas congêneres, que realizam serviços exclusivos do Estado. Nessa lógica, essa instituição tem o poder e o dever de controlar os recursos. No caso das entidades privadas, pode existir essa abertura da designação das funções, havendo uma liberdade maior no jogo entre público e privado, tendo em consideração que essa abertura é vista como uma estratégia:

A implementação de Organizações Sociais é uma estratégia central do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Seu propósito mais genérico é permitir e incentivar a publicização, ou seja, a produção não-lucrativa pela sociedade de bens ou serviços públicos não-exclusivos de Estado (BRASIL, 1998, p. 9).

Esse tipo de entidade foi mencionada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em reunião de 21/09/1995, o que mostra que o apogeu desses projetos se deu na metade dos anos 1990.

Se um dos principais problemas do Estado é a falta de governança para dotar de maior eficiência o aparelho estatal, deve-se seguir o caminho da chamada “publicização” – conforme define Bresser, “a transformação dos serviços não exclusivos de Estado em propriedade pública não estatal e sua declaração como organização especial (BRESSER, 1998, p. 246, in MONTAÑO, 2005 p. 45). Ou seja, uma transferência de responsabilidades do poder estatal para a sociedade civil, mais conhecida como terceiro setor.

A expressão terceiro setor tem sido amplamente questionada e analisada porque “é construída a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil (“terceiro setor”)” (MONTAÑO, 2005, p. 53). Montañó afirma que o termo é reducionista, entendendo como se a responsabilidade das questões sociais recaísse apenas sobre a sociedade civil. Nessa lógica, quando dividimos, é como se não existisse um elo entre esses três setores, o que é incompreensível quando se estuda uma sociedade, cujas características são dinâmicas e interligadas. Isso resulta contraditório, já que certas responsabilidades recaem numa divisão de entidades, como é o caso de primeiro, segundo e terceiro setores, divididos de acordo com uma única naturalização (Estado-mercado-sociedade).

Como o terceiro setor é o que está relacionado aos assuntos sociais, ele é composto pela conformação das ONGs, fundações, associações comunitárias e movimentos sociais, entre outros. A característica mais paradoxal é que “se coloca como diferente do Estado e da empresa privada, porém dentro (e sem questionar os fundamentos) do sistema capitalista” (MONTAÑO, 2005, p. 156). São precisamente essas as maiores características das ONGs que não pertencem ao governo, mas que, no entanto, dependem em grande parte das políticas de orçamento. “Porém esta parceria entre o Estado e as “organizações sociais”, mais que um estímulo estatal para ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à ‘questão social’ e sua transferência para o setor privado (privatização)” (MONTAÑO, 2005, p. 47).

Ou seja, o objetivo do Estado passa a ser entregar responsabilidades à sociedade civil, organizada sob a figura de ONGs e associações, a fim de executar determinadas tarefas que pertencem a ele, sob uma lógica de mercado. Isso porque, embora essas organizações não façam parte do próprio mercado, mas sim do terceiro setor, as doações e fundos destinados a elas são majoritariamente privadas, ou seja, empresas que, por meio de doações a essas entidades, reduzem seus impostos, tendo um impacto indireto no mercado – outro motivo que indica o quão pretenciosa é a denominação de terceiro setor.

3.3A mudança de ênfase para as ONGs e os projetos socioeducativos na década dos 1990

O contexto de transferência de funções por parte do Estado nos anos 1990 inclui o período de reformas do Estado brasileiro

Aos ditames da “nova ordem mundial” no governo de Collor de Melo o mercado passou a regular as relações humanas e, assim, todos os direitos dos cidadãos (tais como a saúde, a educação, a cultura, etc.). Foram marcadas por forte clientelismo, privatização e enfoques fragmentados (YANAGUITA, 2011, p. 29).

Nesse contexto marcado por mudanças, a educação também teve replanejamentos. Como foi exposto por Adriana Yanaguita, “[...] a tendência observada no Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995) e no projeto Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991) é a de compartilhar responsabilidades iguais entre governo, sociedade e iniciativas privadas” (2011, p. 31).

Assim, cada vez mais se observa a presença de instituições não governamentais de caráter educativo. Seu surgimento pode ser estudado e visto por uma série de expressões criadas ao mesmo tempo. Esse processo é marcado pelas reformas educacionais da época, em geral na América Latina, cujo objetivo era a descentralização da administração e da gestão de aspectos educacionais, apostando numa autonomização das instituições educativas. Tudo isto levou à divisão de responsabilidades, incentivando instituições não governamentais, empresas privadas e comunidade (YANAGUITA, 2011, p. 34-35). É necessário mencionar que essas associações educativas ou socioeducacionais, como são chamadas, prestam um serviço assistencial mais que de educacional, como é o caso da ONG Amor e Vida, onde, mais que práticas educativas, há um planejamento de características assistenciais, como é o caso do fornecimento de alimentos para crianças, oficinas esportivas, atividades recreativas etc.

Embora o auge da ONG tenha ocorrido na década de 1990, vale ressaltar que essas entidades tiveram uma atividade de participação social na década de 1970, mas com um desempenho diferente do atual. Nesse sentido “as ongs que surgiram aqui tinham como ‘missão’ tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros” (MONTAÑO, 2005, p. 47).

Voltando ao tema anterior, em relação aos aspectos que facilitaram o incremento das organizações não governamentais educativas no começo dos anos 1990, é preciso falar da crise do estado de bem-estar social, categorizado como o ente principal da promoção social e organizador da economia do país.

As reformas no âmbito educacional ganharam força a partir da crise do Estado de Bem-estar, quando, em todo o mundo, ocorreu um reordenamento das políticas sociais, calcadas no contexto de descentralização do Estado e nos critérios de eficiência e qualidade, complementadas com uma paulatina 'transferência' das responsabilidades estatais para a comunidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2001, p. 28).

É preciso compreender que a crise do estado de bem-estar está diretamente ligada à expansão do sistema capitalista neoliberal, no qual o rol do Estado passa paulatinamente a ter menor poder do que nas décadas anteriores, quando se caracterizava por uma forte presença na América Latina, seja pelos regimes ditatoriais ou pelas práticas estatais.

Foi neste contexto de (des)regulação neoliberal que a educação ganhou centralidade. Tanto pela base que representava para o desenvolvimento científico e tecnológico – ambos que se transformavam em forças produtivas, quanto pelas repercussões no setor que a regulação de mercado vinha provocando, na medida em que forjava uma nova ortodoxia nas relações entre a política, o governo e a educação (AZEVEDO, 2004, p. 10).

Seguindo essa lógica, a educação passa a ser um direito universal regido pelo Estado com a finalidade de criar cidadãos no momento em que o sistema capitalista toma protagonismo econômico. Logo, o objetivo da educação também vai mudar, o que pode ser visto nos documentos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dos anos de 1990: “[...] recomendavam para os países da região o investimento em reformas do sistema educativo visando o sistema produtivo” (DAMBROS, 2014, p. 6). É nesse sentido que, por orientação dos organismos internacionais, foram propostas políticas educacionais centradas em prol da produção, decorrente dos processos de reestruturação e manutenção do sistema capitalista mundial. Assim, a importância da CEPAL foi fundamental para cimentar a criação de ONGs socioeducativas, no sentido de que se trata de um documento internacional, no qual se podem avaliar os novos métodos de ensino, seja pelo aumento do número de ONGs socioeducativas, seja na adequação do ensino em concordância com o sistema econômico mundial.

Em síntese, o documento entendia que a reforma do sistema produtivo e a difusão de conhecimento eram instrumentos cruciais para enfrentar o desafio

da construção de uma cidadania moderna e da competitividade. Para tanto, via-se como necessário o acesso universal à escola, com iguais condições de oportunidade e de qualidade para todos, a fim de que a população aprendesse os códigos da modernidade e que resultasse em iguais condições sociais, como a conquista de um emprego [...] Neste intuito, recomendava a descentralização e integração, o que pode ser traduzido na desconcentração de tarefas e concentração de decisões estratégicas (DAMBROS, 2014, p. 7).

Uma ONG pode ser definida coloquialmente como uma entidade privada sem fins lucrativos, tendo finalidade pública, ou seja, trabalha para a comunidade sem ter uma remuneração por isso.

A expressão ONG (Organização Não Governamental), segundo Landim (1993) e Gohn (2000), foi criada pela Organização das Nações Unidas – ONU, na década de 1940, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade (BATISTA, 2012, p. 3488)

Seu financiamento é questionável em relação ao quão verdadeiramente distante elas se encontram do sistema lucrativo, ainda mais as ONGs reconhecidas nacional e internacionalmente, as quais possuem uma série de gastos desnecessários somente para manter suas operações, como mostra o filme *Quanto vale ou é por quilo*, de Sérgio Bianchi (2005).

Nas palavras de Montaña (2005, p. 156), “realmente pode-se dizer que os organismos financeiros também não perseguem fins lucrativos? Eles não financiam apenas aqueles projetos que lhe interessam”. Com isso, mesmo que o financiamento seja de entidades públicas ou privadas, eles devem fazer uma seleção dos projetos para os quais contribuir com dinheiro. Nesse sentido, por que um e não outro? Ora, porque é necessário apostar em projetos que melhorem ou aprimorem determinadas imagens de negócios e, se elas forem vistas como cooperadoras, sua imagem será aprimorada. Isso não significa que não existem pequenas ONGs que trabalham com doações de pequenas empresas ou indivíduos, mas a maioria delas tem financiamento com seus próprios interesses. Essa é a crítica principal do filme, em que se explora uma caricatura da criança pobre para obter mais doações – dinheiro que majoritariamente ficava na própria organização.

Embora o apogeu das ONGs tenha sido na década de 1990, vale ressaltar a importância que elas tinham nos movimentos sociais anteriores, durante os anos 1970 e 1980 – a participação das ONGs se dava ao lado dos movimentos sociais de enfrentamento ao sistema, aspecto que mudou nos anos 1990: “em geral, já em processo de divórcio com os movimentos sociais, passam a se relacionar com o Estado (e até muitos casos com as empresas) como parceiros” (MONTAÑO, 2005, p. 273). É precisamente nesse paradigma que elas se encontram atualmente.

É importante fazer a diferenciação entre as ONGs, como foi dito por Aline Batista no texto “O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular”.

Existem organizações voltadas ao conservadorismo e à manutenção do *status quo*, que integram os processos de regulação social, prestando serviços assistencialistas. Mas, por outro lado, também há aquelas que valorizam as lutas populares e os mecanismos de participação política de populações locais (BATISTA, 2012, p. 3488).

Contudo, as ONGs voltadas ao conservadorismo cumprem um papel assistencialista para o Estado, ou seja, auxiliam o Estado em suas lacunas, o que pode, de certa maneira, amortecer o descontentamento social. Dessa maneira, o Estado não se vê julgado por não cumprir suas funções, porque essas organizações o cobrem. A função delas é conter a insatisfação da população para que ela não se rebele contra o Estado, ou seja, elas tratam de problemáticas sociais para evitar um descontentamento social.

Chama a atenção para as chamadas associações livres, incentivadas ou criadas pelo conservadorismo liberal, ou seja, determinadas instituições livremente construídas por grupos formais, que são mais do que uma forma de ampliar os poderes populares dos oprimidos e explorados, pois são uma forma de conter as insatisfações destes e pulverizar a participação e lutas sociais, retirando, com isso, o caráter revolucionário e classista destas e transformando-as em atividades por interesses específicos de pequenos grupos (BATISTA, 2012, p. 3500).

Com isso, as ONGs têm como característica principal e/ou possuem dentro de seus objetivos a intenção de trabalhar junto às comunidades e fazer trabalhos que o Estado não faz.

É preciso entender que para o Estado delegar e/ou aceitar certas funções, é porque as considera também como um tipo de motor de transformação social. Por isso delega a essas organizações parte das responsabilidades pelas soluções das variadas expressões da “questão social”, como uma nova forma de contribuir com a transformação da realidade social (BATISTA, 2012, p. 3500). Quer dizer, existe uma confiança por parte do Estado.

Efetivamente, o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo um tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva determinados projetos e não outros (MONTAÑO, p. 87).

É preciso entender que a natureza delas é diferente. Existem as ONGs que atuam em parceria com o Estado para evitar um descontentamento social, mas também existem as que não buscam apenas complementar as responsabilidades sociais do Estado, mas sim agir a partir do descontentamento sem prestar auxílio ao Estado, como é a natureza das ONGs socioeducativas construídas a partir dos discursos freirianos. E é precisamente isso que se aborda nesta pesquisa – o discurso ideal é uma coisa, mas os fatos e a prática são outra.

“Nem todas as ONGs nascem com a intenção de contribuir com o desenvolvimento comunitário a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos do sistema capitalista, mas sim com o intuito de oporem-se às injustiças sociais decorrentes daquela conjuntura” (BATISTA, 2012, p. 3492). No contexto brasileiro, isso vem ligado diretamente ao processo de redemocratização, que veio acompanhado de uma nova estratégia de desenvolvimento capitalista: o neoliberalismo, como se observou na maioria das novas estratégias mundiais.

Essa perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina como parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e subdesenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo”. Trata-se do “Nacional Desenvolvimentismo” (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico (BATISTA, 2012, p. 3489).

Com isso, pretende-se imitar o modelo das sociedades desenvolvidas ou modernas, cuja característica principal é a aceleração da industrialização. Não se fala aqui especificamente de uma revolução industrial, mas sim do fato de que todos os aspectos sociais giram em torno do comércio, do livre mercado, característica principal do neoliberalismo. É isso que se espera dos países terceiro-mundistas, e, para tanto, é necessário aprender. Não é coincidência o fato de que na maioria dos países latino-americanos começaram a ter cada vez mais força os institutos e as escolas técnicas, cujo funcionamento se dá partir daquilo que o mercado precisa. Nesse sentido, e como denuncia a lógica freiriana, opera-se para a criação de homens-objetos para o mercado, deixando de lado o interesse de criar homens-sujeitos, com pensamento crítico, capazes de entender a sociedade.

Em vista disso, para o sistema capitalista era imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos denominados países subdesenvolvidos. No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado “Terceiro Mundo”. Para tanto, as agências de cooperação internacional, originárias de países dos Estados Unidos e de parte da Europa, [...] necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósitos. Não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, como parceiras de cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social (FERNANDES, 1994, p. 80).

Contudo, uma das consequências é o fato de que houve uma diminuição dos movimentos sociais proporcional ao crescimento de redes de organizações não governamentais voltadas para o trabalho, em parceria com as populações pobres ou fora do mercado formal de trabalho, como referencia Batista (2012, p. 3494) em relação aos textos de Petras (1999), Gohn (2000) e Montañó (2002). Essas organizações começaram a desenvolver parcerias com o Estado a partir de políticas públicas de ajuda, ou melhor, houve a transferência de responsabilidades ao terceiro setor, representado pelas ONGs.

“Assim, as ONGs se afirmam e se popularizam de maneira mais densa ‘a partir da década de 1980 e ganham importância mundial no decênio seguinte, sobretudo após a Eco-92’”

(MATOS, 2005, p. 23, citado por BATISTA, 2012, p. 3495), evento que contou com a realização do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (BATISTA, 2012, p. 3495)

Não se pode homogeneizar as ações de tais organizações, como se não existisse nenhuma que realizasse práticas compatíveis com um perfil progressista, a exemplo de determinadas ONGs que desde a sua origem seguem prestando assessoria aos movimentos sociais por meio da educação popular, pois essas, em especial, ainda que apresentem uma certa funcionalidade ao sistema capitalista (já que, como todas as organizações não-governamentais, assumem determinadas responsabilidades sociais do Estado), também promovem ações críticas e até mesmo opostas ao neoliberalismo. Daí o caráter contraditório. Elas não são simplesmente isso ou aquilo, isto é, não são “motores de transformação” ou a “face do neoliberalismo”: são a unidade dos opostos (BATISTA, 2012, p. 3496).

O que se pretende nesta pesquisa é problematizar as ações das ONGS em relação à população, para isso é de suma importância compreender a natureza das ONGs e as diferenças entre elas. Essas entidades tem objetivos e características diferentes entre como por exemplo as surgidas a partir dos movimentos sociais, as que prestam auxílio ao Estado e as que possuem características mais conservadoras em relação à visão freiriana da educação popular. Essa é a problemática central desta pesquisa: o questionamento sobre como pode haver uma visão freiriana no sentido de ter como objetivo principal entregar ferramentas para as crianças construïrem uma autonomia em seu desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, desenvolver práticas socioeducativas que se articulam a partir de um assistencialismo, distantes da pretensão apresentada.

4. O PROJETO SOCIOEDUCATIVO ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA

4.1 Contextualização da ONG Associação amor e vida

Neste capítulo busco historicizar os aspectos gerais da criação da ONG Amor e Vida, desvelando os objetivos missionários expressos em seus documentos fundacionais, bem como sua estrutura de funcionamento e o conjunto de ideias, convicções e princípios político-filosóficos que orientam sua atuação na sociedade no interior do Espírito Santo. É importante destacar aqui minha dificuldade sobre a postura crítica em relação à ONG, posto que atuei como voluntária nessa instituição, embora naquele momento não conseguisse observar questões que só depois se apresentaram de forma mais clara, a partir da presente pesquisa. A partir de uma melhor compreensão do contexto histórico social da instituição foi possível pensar a instituição dentro de um panorama político-econômico maior, que orienta a função das organizações não governamentais no Brasil. Para entender esse contexto foi preciso remontar à longa história dos discursos sobre o “abandono infantil” e das práticas disciplinares que objetivavam integrar os “menores” a partir de um processo de discriminação direcionado contra as famílias pobres, tema já discutido nos capítulos anteriores.

A Associação Amor e Vida é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, criada em 1995; a ONG se construiu ao longo dos anos, durante os quais várias pessoas desprendidas e anônimas dedicaram e dedicam muito tempo à instituição, como está expresso em seu slogan: “Amor e Vida aos anjos do nosso Pai Eterno”. Com prazo de duração indeterminado, conforme relatou o presidente da ONG nasceu da ideia de vizinhos do bairro onde fica a Unidade I, na cidade de Cariacica, Espírito Santo. Seus agentes eram ligados à igreja católica do bairro Santa Maria Goretti, que passaram a agir depois de observar que, na época, havia muitas crianças fora da escola, pedindo nas ruas e nas portas dos supermercados, excluídas e marginalizadas. Nesse contexto, um grupo de mulheres

participantes de um grupo de oração carismático da igreja católica alugaram um espaço numa casa onde começaram a receber as crianças fazendo biscoitinhos, bolos, pães para atraí-los (informação verbal)¹⁸

Segundo Gohn, uma característica dessas instituições assistencial, principalmente as de caráter religioso, é o sentido de pertencimento territorial ao público frequentador: “os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos” (GOHN, 2006, sp).

Percebe-se, assim, o aspecto filantrópico que orienta a construção das políticas públicas de Estado para gerir as mazelas sociais que afligem, especialmente, as populações de baixa renda. A lógica estatal foi orientada pelas teorias raciais, que encontraram solo fértil no país e motivaram tanto a divulgação de pensamentos eugenistas, a exemplo de Oliveira Viana, e a organização de grupos de extrema direita, como os integralistas, na primeira metade do século XX:

Legitimou-se a opressão em nome da grandeza da Nação e de uma pressuposta busca por uma pretensa evolução ou superioridade racial - civilizatória. O higienismo e a eugenia influenciaram as políticas públicas na área de saúde, de segurança pública, de controle do trabalho e da educação. O cidadão - trabalhador perfeito seria engrenado na Máquina de Produção, o indivíduo - *gen*, na vida da Nação. O ideário científico criado em torno da engenharia social e sua busca da nação e da (s) raça(s) perfeita(s) também se compôs com a noção de sociedade trabalhadora ideal. A ideologia racista-liberal burguesa tornou-se ainda mais importante na consolidação de um Estado Nacional com cidadania plena para poucos, no transcorrer das três primeiras décadas do século XX, do que no século anterior (AGUILLAR FILHO, 2011, p. 29).

Não obstante, essas práticas eugênicas sutilmente ganham novos contornos na sociedade contemporânea pelo deslocamento de responsabilidades do Estado para a esfera civil, criando uma falsa preocupação com o exercício da cidadania, que, na prática, poderia traduzida como uma coerção integradora do neoliberalismo, que suscita a manutenção da precariedade da vida, tão cara ao funcionamento do capitalismo mundial, com políticas assistencialistas extensivas a

¹⁸ Entrevista concedida por Bruno, Presidente da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (25min)

crianças e adolescentes de baixa renda, sem contudo, alterar os parâmetros desiguais de distribuição de renda. Carmem Sussel Mariano (2010) problematiza a formulação de políticas públicas para atendimento de crianças e adolescentes no Brasil, afirmando que:

[...] A implementação de políticas focalizadas em segmentos da população, tais como as políticas especiais para os pobres, e, no caso da infância e adolescência, focalizadas em problemas associados às “situações de risco”, privilegiam políticas sociais emergenciais, em detrimento de políticas extensivas a todas as crianças e adolescentes; [...] a maneira como focalizam os segmentos empobrecidos da população, por seu turno, acaba por fragmentar e estigmatizar os pobres, obnubilando a compreensão das desigualdades sociais; [...] as agendas políticas para infância e adolescência tem negligenciado, ou não dado a devida atenção, aos direitos da criança e do adolescente para além daqueles associados ao “risco” e ao “desvio” (MARIANO, 2010, p. 11).

Nesses termos é que me dedico a pensar a ONG Amor e Vida, primeiramente apresentando a sua estrutura e problematizando aspectos do seu funcionamento. Atualmente ela conta com duas sedes próprias: a Unidade I - Casa Jesus Menino, e a Unidade II - Centro Ambiental São João Batista, uma grande chácara no bairro São João Batista. Posteriormente os nomes foram redefinidos por funcionários, crianças e jovens que frequentam a ONG.

Dentro de sua missão expressada no seu estatuto dentro de seus objetivos está a ideia de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes, seus grupos familiares e comunidades em situação de vulnerabilidade do município de Cariacica, e, se possível, no entorno. Pauta-se no exercício da cidadania crítica, por meio de atividades socioeducativas prazerosas à infância, de forma a introjetar e desenvolver uma aprendizagem de vida para o mundo do trabalho.

A instituição é administrada por um grupo de diretores voluntários e sua manutenção se dá com o apoio de parcerias, doações, projetos e editais públicos, contando também com a iniciativa privada, municipal, estadual e federal, como é relatado pela assistente social do projeto:

São lançados editais, a ONG se inscreve, tem o fundo da infância, que é do Conselho Municipal da Criança e Adolescente do município, e tem emendas parlamentares e projeto diversos. São lançados os projetos e a instituição se inscreve; aí se contrata mão de obra, paga-se luz, telefone... Como, por

exemplo, o edital do VEPEMA¹⁹ – conseguimos pagar, por um ano, água, luz, telefone, gás e carne durante um ano (...). Normalmente ajudam a instituição de forma financeira; a instituição vive totalmente de doação, então existe... existe um carnê, que normalmente a pessoa paga um valor x por mês da sua vontade, têm as igrejas que ajudam, a comunidade local, alimentos né, Mesa Brasil, o VEPEMA com o reeducando (informação verbal)²⁰

Em relação às parcerias, fundamentais para o funcionamento do projeto, tanto do ponto de vista de recursos como alimentação e recreação, encontra-se a equipe “Anjos do GAB²¹”, que faz parte do projeto social AMIGAB, promovido pelo Grupo Água Branca, um grupo de voluntariado corporativo dessa empresa de transporte, que promove no projeto a festa do dia das crianças, assim como a atividade recreativa da colônia de férias e a festa de Natal, realizadas em um parque da cidade. Também há uma parceria com a organização de jovens AIESEC, administrada por estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFSC), responsável por levar voluntários estrangeiros para uma estadia de seis semanas no projeto. Os voluntários são divididos em dois grupos de trabalho, o primeiro tendo contato direto com as crianças, realizando oficinas, jogos, rodas de conversa; o segundo grupo está destinado a realizar tarefas de marketing para obter mais doações por meio da administração de sites de arrecadação, ficando responsáveis pela sala de informática da ONG.

Ademais, no tocante às parcerias de atendimento às necessidades básicas da ONG, encontra-se a Mesa Brasil SESC (programa de segurança alimentar), uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício, cujo papel em relação à ONG é o de fornecimento de alimentos. A dinâmica de sua atuação implica enviar alimentos (frutas e verduras) toda quarta-feira. Assim, é importante mencionar que os produtos a serem recebidos chegam de forma aleatória e descontinuada, portanto, há semanas em que os produtos são abundantes e outras em que são escassos. Os cardápios elaborados são organizados a partir da

¹⁹ Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas

²⁰ ²⁰ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

²¹ A sigla pertence a Grupo Água Branca.

parceria com a Cozinha Brasil, iniciativa do SESI que visa a construção de cardápios saudáveis e nutritivos, de modo a garantir a segurança alimentar dos assistidos da ONG.

Também há a colaboração do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDCAC), órgão controlador que se incumbem de cadastrar, recadastrar e registrar crianças de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho às entidades e programas governamentais e não governamentais de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, como é o caso da ONG Amor e Vida, cumprindo um papel de supervisão em relação às práticas socioeducativas que devem ser seguidas pelos assistidos pela referida instituição.

Há também uma parceria com as famílias das crianças, com as quais se desenvolvem ações ambientais na perspectiva de reciclagem de materiais. Como exemplo disso podemos citar ações de transformação de garrafas plásticas em vassouras para serem vendidas, ou da troca de óleo de soja usado por produtos de limpeza.

Dentro das atividades realizadas com ajuda dessas parcerias se encontram a Ação Global dos Supervoluntários (com dentistas, psicólogos, advogados etc); Aldeia Global - AIESEC (voluntários de todo o mundo que intercambiam com a comunidade aspectos culturais de seus países de origem); reuniões com as famílias; brechós; e a coleta semanal de alimentos no CEASA²², com apoio da Mesa Brasil.

Ao final do ano é feito um evento de encerramento, onde são expostos os trabalhos, para a comunidade, como forma assim, de a gente expor o que foi trabalhado com as crianças (...) e é uma forma também da gente prestar conta do trabalho que está sendo feito para as pessoas que são parceiros da instituição (informação verbal)²³

A ONG Amor e Vida atende mais de 100 crianças e adolescentes no total das duas unidades, com idade entre seis e quinze anos, divididos em dois turnos. No matutino, das 8:00h às 12:00h, e no vespertino, das 13:00 às 17:00h, horário alternativo ao da escola formal, na qual

²² Centrais Estaduais de Abastecimento.

²³ ²³ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

são oferecidas duas refeições no contraturno escolar: café de manhã, almoço e café da tarde, respectivamente. Realizando nesses horários aulas de capoeira, meio ambiente, culinária, e atividades com os intercambiantes de AIESEC. A seguir, algumas fotos ilustram essas atividades.

Fonte: Fotografias tomadas pela pesquisadora



Figura 3 – Aula capoeira/ quadra Unidade I.



Figura 4 – Aula Esporte/ quadra Unidade II.



Figura 5 – Recreação no parquinho, Unidade II.

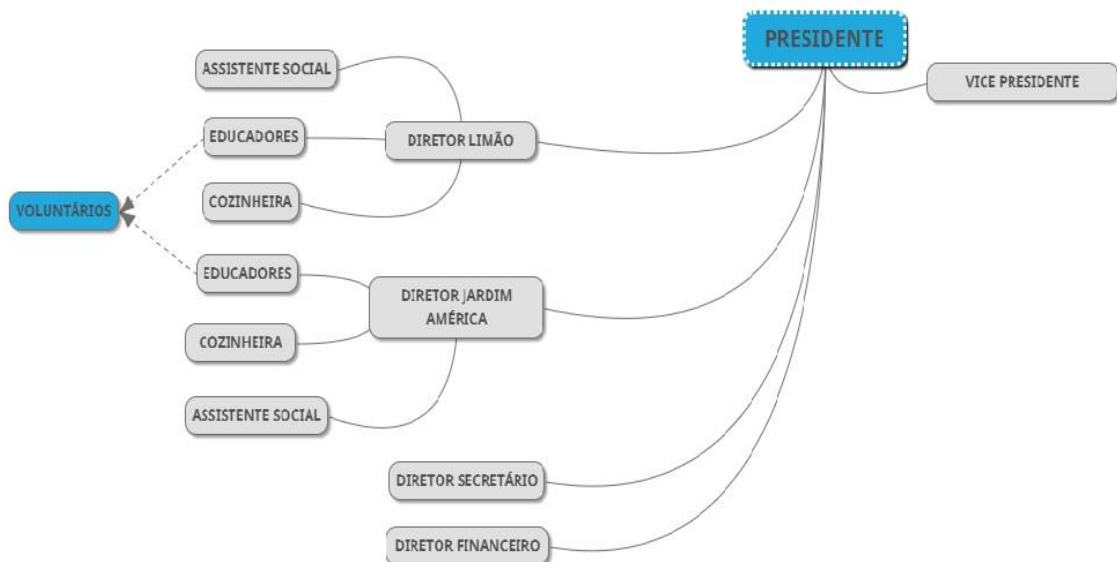


Figura 6 – Aula sobre meio ambiente.

Os funcionários são temporários, devido ao fato de serem contratados por projeto, e essa transitoriedade vem causando descontinuidade e possível perda de qualidade dos serviços – um aspecto desvantajoso e problemático para o fluxo natural do ensino, já que educadores desenvolvem determinadas atividades que duram apenas 3 ou 4 meses até o final do projeto.

Vale ressaltar que eles são divididos em voluntários e funcionários remunerados. Em relação a isso, para um maior entendimento será apresentado o organograma institucional a seguir: primeiramente, há a existência do corpo diretivo, formado pelo presidente da associação, que cumpre a função da administração geral da associação das duas unidades. Além disso, cabe a ele também convocar e presidir as reuniões da diretoria, representar a associação em qualquer aspecto legal, seguido pelo vice-presidente, que assume a função quando o presidente não pode participar de reuniões ou atividades. Assim, seu papel é a substituição do presidente ou de qualquer outro diretor numa ausência ou falta.

Figura 7- organograma do funcionamento da ONG Amor e Vida.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Na hierarquia subsequente estão as diretorias, as quais se dividem em secretariado, tesoureira e diretores executivos. Em relação ao secretariado, estes são encarregados de ver os aspectos legais de ambas as unidades e tudo o que for relacionado à documentação, estatutos institucionais, programação e supervisões da realização de encontros, palestras, seminários e qualquer evento. Também há o departamento de tesouraria, responsável pela visualização dos orçamentos, pagamentos dos funcionários e manutenção do dinheiro arrecadado com doações, bem como com os eventos realizados. Depois se apresentam os diretores executivos, representados por duas pessoas encarregadas de administrar a unidade sob sua

responsabilidade, respondendo por tudo o que acontece com os assistentes sociais, educadores e voluntários. Assim, são também designados a administrar todos os serviços da unidade, contratar e demitir empregados e assinar cheques em conjunto com o diretor financeiro relativos a despesas da respectiva unidade²⁴.

Essa organização de funcionamento e de recursos humanos da ONG isto parece atender a lógica neoliberal, constituída pelos elementos de precarização da realidade profissional, percebida, nesse caso específico, pelo fato de termos encontrado trabalhadores remunerados e voluntários alinhados à perspectiva assistencialista da participação cidadã, que exime o Estado de suas responsabilidades legais e como produtor de condições inadequadas de trabalho:

A precarização do trabalho está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho as quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores (PARENZA, 2008, p. 35).

Ainda acerca da formação do corpo diretivo, é importante saber que é composto pelos fundadores da ONG, em que há a manutenção dos respectivos integrantes, com certa rotatividade nos principais cargos. O secretário atual já foi tesoureiro, o presidente já foi diretor de uma das unidades etc. A não profissionalização remunerada, que é uma característica da ONG, dificulta a renovação de seus quadros.

Vale ressaltar que os únicos funcionários remunerados são os educadores, as cozinheiras e a assistente social, que são remunerados por meio de recursos de editais públicos. No entanto, trata-se de projetos de curta duração, que variam de 3 a 10 meses, tendo que se submeter ao processo novamente ao fim desse período. A assistente social explica:

Exemplo: tenho cinquenta mil reais; vou escrever um projeto para contratar mão de obra (...); a associação precisa muito de mão de obra, de educador, assistente social. Normalmente paga-se essa mão de obra, que são os salários,

²⁴ Ver anexo A.

que depende do edital. Tem edital que é só mão de obra e tem outros que é para pagar as contas também (informação verbal)²⁵

O presidente da associação, relata que o principal objetivo do projeto é oferecer uma educação baseada no amor às crianças, preferindo escolher educadores que tenham essa mentalidade e que sejam próximos ao projeto devido ao fato de que “o educador social normalmente recebe as crianças, faz a roda de conversa, né?, esse momento mais de resgate de autonomia” (informação verbal)²⁶

Portanto, a ONG é gerenciada como uma família, um grupo íntimo de pessoas que trabalham juntas há muitos anos. Por isso contratar profissionais da educação representaria, segundo os dirigentes, uma dificuldade em relação à proximidade pessoal com as crianças, mas também em relação à garantia de direitos trabalhistas, já que, devido ao contexto de instabilidade econômica da instituição, não poderá garantir uma permanência e constância laboral, pois a organização mantida e dependente de licitações públicas. Logo, não há certezas em relação ao tempo que leva até novamente ganhar um edital.

O corpo gerencial é composto por pessoas com mais de 60 anos, que passam a maior parte do tempo na ONG, por serem aposentadas e pensionistas. Nesse sentido, não há uma mudança significativa, uma vez que as decisões são tomadas por esse segmento, que, embora seja representado por aqueles que mais conhecem o projeto, mantém uma administração com princípios missionário-religiosos tradicionais há mais de vinte anos.

Outrossim, é preciso mencionar a atuação dos assistentes sociais, que têm a responsabilidade e a ação de interação direta com as famílias, dentre as quais podemos destacar: registro das crianças, elaboração das matrículas ano a ano e fiscalização das frequências. Cabe a esses profissionais estipular a quantidade de matrículas para cada unidade e organizar a fila de espera. A oferta é baseada nas condições de infraestrutura e na disponibilidade de recursos humanos e materiais para o bom desempenho do projeto. Em que pese a importância desses profissionais na referida ONG, nem sempre eles recebem de forma condizente com o exercício

²⁵ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

²⁶ ²⁶ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

de suas funções. Nesses termos, esses profissionais muitas vezes englobam a cadeia de trabalhadores “flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva” (ANTUNES, 2005, p. 14). Assim, tais profissionais se encontram frente ao seguinte dilema:

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social. Para Franco, Druck e Seligman-Silva (2010), profissionais impedidos de exercer sua ética profissional adoecem de fato. Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental e que, no caso do assistente social, precisa ser mais bem conhecido, impondo-se o imperativo da pesquisa sobre a condição assalariada do assistente social e os seus impactos na saúde dos assistentes sociais. Torna-se urgente, pois, a formulação de uma agenda de pesquisa que possa produzir conhecimentos sobre essas situações de sofrimento do assistente social, pois é daí que poderão resultar subsídios fundamentais para a continuidade das lutas e embasamento de novas reivindicações e direitos que particularizem as específicas condições de trabalho do assistente social no conjunto da classe trabalhadora (RAICHELIS, 2011, p. 434-435).

Em relação aos educadores, podemos afirmar que realizam o trabalho socioeducacional com as crianças e jovens, além dos cuidados com recreação e almoço. Eles são divididos entre voluntários e remunerados. A figura do voluntário é de suma importância para o projeto, principalmente nos momentos em que não há novos editais públicos para o seu financiamento. Nessa lógica, e como foi exposto anteriormente, os educadores que atuam no projeto são, em sua maioria, pessoas que possuem algum vínculo familiar com o corpo diretivo. Do ponto de vista profissional, o projeto não exige como requisito principal qualquer formação na área educacional. Nesse sentido, os educadores são escolhidos com base em um tipo de nepotismo contemporâneo – os educadores são pessoas conhecidas pelo corpo diretivo ou por algum funcionário, escolhidas por meio de recomendação, como por exemplo, a professora de capoeira, que não tem formação em Educação Física, embora seja mestre em capoeira. O mesmo acontece com o professor de dança e artes, um jovem de 18 anos de idade que não tem formação em teatro ou dança; no entanto, ele trabalha desde a infância em companhias de teatro.

O nepotismo exposto apresenta empecilhos para o melhor funcionamento do projeto, uma vez que dificilmente essas pessoas deixam de comparecer, devido à sua proximidade com

o corpo diretivo e as atividades da ONG. Ou seja, haveria um compromisso de afetividade. No entanto, sem a dimensão profissional adequada, eles não cumprem os requisitos para a dimensão pedagógica requerida para atuação educativa. Isso se reflete nas entrevistas realizadas com as crianças, que demonstram o descontentamento com certas atividades e determinados educadores.

Parte das atividades é realizada por familiares das próprias crianças assistidas pelo projeto, ou, em outros casos, com pessoas que atuam simplesmente por uma afinidade filantrópica com o serviço da ONG. Embora, a princípio o voluntariado possa parecer muito atrativo ao funcionamento da instituição, ele pode revelar também contradições que demonstram a precarização e a desproteção trabalhista evidentes nessas organizações. Isso fica exposto ao observarmos que, ao trabalharem de maneira voluntária, sem receber salário, muitas vezes não se sentem obrigados a cumprir as mesmas obrigações que tinham quando havia um contrato de trabalho, fragilizando assim o funcionamento da ONG. Como elenca Raichelis, a partir de Druck (2009),

- a) Das formas de mercantilização da força de trabalho - que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural, configurando formas precárias de inserção dos trabalhadores, explícitas ou disfarçadas, em todos os setores, atividades e regiões, produzindo desestabilização dos trabalhadores estáveis com perda de direitos e vínculos, por um lado, e uma condição "provisória" de precarização que se torna permanente, de outro.
- b) Do processo de construção das identidades individual e coletiva - a desvalorização e descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela situação de desemprego estrutural (RAICHELIS, 2011, p. 430).

Assim, entre os voluntários há uma divisão: uma parte é composta por pessoas que cumprem a função de educadores, que se caracterizam por serem vizinhos do projeto – muitos deles vinculados à igreja do bairro. A função deles é cooperar com a limpeza, a organização da chegada dos alimentos da Mesa Brasil, além de realizar atividades com as crianças. Nas ocasiões em que não há educadores suficientes, eles são chamados para atuar em salas de aula. Muitas vezes os voluntários são pessoas também estrangeiras, trazidas pela organização de estudantes AIESEC, que recruta jovens entre 18 e 30 anos para participar, por seis semanas, em ONGs de vários países. Sua principal atividade é a elaboração de oficinas recreativas relacionadas às tradições culturais de seus respectivos países, e também, palestras relacionadas

a diversos temas, dentre eles prevenção e meio ambiente. Dentro desse contexto, uma voluntária que conheci nos meses em que realizei a pesquisa, expõe a dimensão vocacional e missionária de sua participação no projeto:

Estou como voluntária na AIESEC por seis semanas. Minha vocação é o serviço. Desde que eu era uma criança fui voluntária nas escolas jesuítas, fui voluntária com crianças, atletas, e esportistas [...]. É meu sonho contribuir com as crianças para que elas floresçam para fazer um projeto com elas. Estou comovida com o que é o serviço [...] (2019)²⁷

Com esse exemplo pode-se observar que, na percepção dos voluntários estrangeiros, a utilização de mecanismos sociais e culturais de seu contexto cultural é fundamental para mudar a realidade na qual se inserem como voluntários, tendo como objetivo principal ser um tipo de “salva-vidas” para a realidade das crianças. Essas percepções são questionáveis em relação ao curto período de ação, pois, como foi mencionado, não excedem dois meses de estadia. Os adolescentes entrevistados apontam como aspectos problemáticos no interior da ONG a curta permanência e a alta rotatividade dos voluntários, o que gera uma descontinuidade das atividades, além de fissuras nas relações afetivas e na sociabilidade entre os assistidos e os voluntários. Esse é um dos aspectos mais problemáticos do funcionamento das ONGs em diversos contextos assistencialistas, em que a perspectiva salvacionista com ares colonizadores se traveste de atuação cidadã, quando na verdade trata-se de práticas disciplinadoras e higienização social. O depoimento da referida voluntária ilustra essa falsa impressão que tanto cidadãos estrangeiros quanto brasileiros têm do voluntariado como um dispositivo vocacional, missionário, capaz de salvar as vidas precarizadas dessas crianças pobres, sem maiores reflexões e debates sobre os determinantes socioeconômicos que as colocam nessas condições subalternas, em uma ontologia da precariedade dos corpos de determinados sujeitos sociais:

O “Ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, as normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. (BUTLER, 2015, p. 15).

²⁷ Tradução própria do espanhol para o português.

Essa precarização ontológica dos corpos à mercê de organizações, inclusive não governamentais, a partir da ideia de responsabilidade social²⁸, em que vidas também são entregues aos ditames da sociedade empresarial, é fruto da descentralização de políticas e recursos públicos, somada à distribuição de desigual de renda. E pode ser considerada resultante do processo de dimensão cidadã compartilhada na própria Constituição, conforme é exposto no organograma abaixo:

Configuração do terceiro setor no início do século XXI

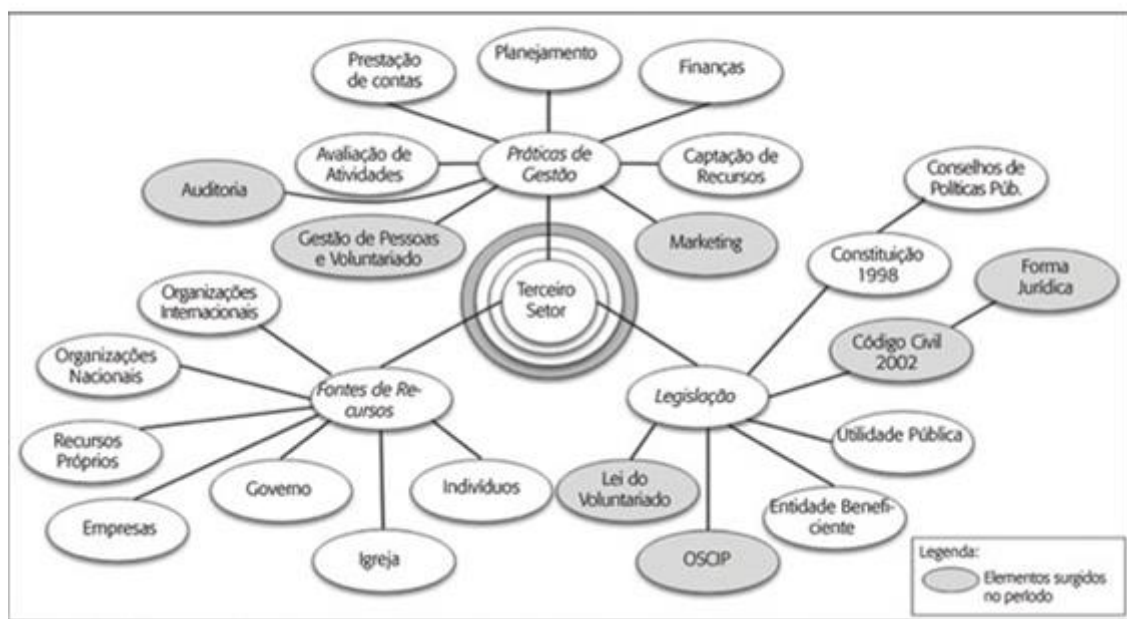


Figura 8- organização do terceiro setor a partir da década de 1990. Fonte: SILVA, 2010, p. 1319.

Ao observarmos os aspectos da configuração do terceiro setor, nota-se que diversos mecanismos de descentralização da política e transferências de recursos de setores estatais para organizações privadas leigas e religiosas foram gestados no período de transição democrática,

²⁸ “O conceito da Responsabilidade Social viria a se consolidar com a criação do Instituto Ethos, em 1999. Idealizado por empresários oriundos do setor privado, o instituto se tornou referência nacional e internacional como polo de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas notadamente os Indicadores Ethos de responsabilidade social – que auxiliam as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seus compromissos com o a cidadania empresarial (INSTITUTO ETHOS, 2007). O modo de atuação empresarial e a inserção da visão de mercado no terceiro setor também vieram a reforçar a tendência de modernização e profissionalização das organizações sem fins lucrativos como um todo” (SILVA, 2010, p. 1314).

especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, sobretudo com as concepções de parcerias depositadas nos documentos legais, como a Constituição de 1988. Segundo Carlos Eduardo Guerra Silva (2010),

Considerando que o financiador seja o governo, uma das possíveis leituras foi feita ao longo da análise histórica deste artigo e remonta à Reforma do Estado, iniciada com a constituição de 1988. Nesse período, reconheceu-se a existência de serviços públicos não exclusivos e considerou-se que as organizações da sociedade civil poderiam prestá-los. Ainda que a execução fosse repassada, os serviços deveriam continuar sendo fomentados pelo Estado e, para tanto, existem diversas modalidades “legítimas” para que as organizações tenham acesso aos recursos. A mais recente foi o Termo de Parceria, instituído pela Lei no 9.790/1999 (Lei das Oscips), cujo alicerce está no processo conduzido pelo Conselho da Comunidade Solidária e contou com uma ampla interlocução entre organizações do terceiro setor e representantes do governo (SILVA, 2010, p. 1321).

Assim, compreende-se que o entusiasmo presente na década de 1990 em relação às parcerias entre entidades públicas e privadas, principalmente na configuração do terceiro setor, revelou-se pouco profícua na redução da desigualdade social que separa os grupos em situação de precariedade dos grupos dominantes. Ademais, é preciso ressaltar que, em nossa análise, a atuação do terceiro setor manteve as relações assistenciais de dependência que oportunizam trabalhos precários acerca do atendimento parcial da cidadania das populações subalternizadas. Na prática, o pretense discurso de melhora na qualidade de serviços que promovesse a cidadania plena configurou-se como mecanismo neoliberal, numa dualidade de sentidos, posto que, por um lado, sucateou as estruturas sociais voltadas para o atendimento das demandas sociais, e, por outro, transferiu vastos recursos para grupos assistencialistas, sobretudo religiosos, como a ONG Amor e Vida.

4.2 Práticas socioeducativas abrem ou fecham as portas para as crianças?

Tocar em pontos relacionados às práticas metodológicas e educacionais é uma questão complexa quando se trata de sistemas socioeducativos que diferem da educação escolar formal, uma vez que os métodos de análise são distintos daqueles utilizados para se pensar a educação escolar. A educação oferecida pela ONG Amor e Vida enquadra-se nos moldes disciplinadores dos sistemas socioeducativos, uma vez que se busca nesses sistemas inculcar uma perspectiva

moralizadora naqueles ditos frágeis ou em situação de vulnerabilidade, que devem ser integrados à sociedade sob o espectro da salvaguarda das distinções e desigualdades sociais. O universo do sistema socioeducativo oblitera o sentido original da pedagogia social, em que o novo léxico não atua para a transformação do sujeito, mas para seu enquadramento, como adverte a pedagogia social, que volta a fazer o “social” do “socioeducativo” ser o adjetivo proeminente (GARCIA, 2005). Contudo, é outra a sua concepção de “social”: em vez de estruturas injustas a romper pela luta popular, o “social” aparece para a pedagogia social sob a forma da exclusão, “situação de risco” ou necessidade de cuidado. Os educandos são os excluídos (GROPPO; COUTINHO, 2013, p. 23).

Nesse mesmo sentido, ao perguntar ao assistente social quais são as metodologias usadas no projeto, ele aponta que a ONG age “potenciando o desenvolvimento de suas potencialidades (referindo-se às crianças), auxiliando seu desenvolvimento, onde a criança e adolescente é protagonista considerando sua realidade local e cultural” (informação verbal)²⁹. A ONG atua a partir da realidade das crianças, e é por isso que parte das metodologias utilizadas faz parte da cultura de indivíduos, ou da sua cultura, como Gohn aponta:

O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas (GOHN, 2006, sp).

Pode-se falar, portanto, que esse tipo de educação é de caráter humanístico, mas, se levarmos em conta as palavras de Gohn, os métodos nascem da problematização da vida cotidiana. Isso significa que é necessário conhecer as crianças, o que é também uma das convicções do presidente da ONG, sendo esta uma das razões para o recrutamento de educadores que tenham algum tipo de proximidade com elas, para poder agir com base em sua realidade. No entanto, entendendo que cada caso é diferente e que estes estão mudando ao longo

²⁹ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

do tempo, um trabalho contínuo teria que ser realizado para desenvolver melhores metodologias e adaptá-las a partir dos anos ou contextos, entendendo a natureza dinâmica do ato educativo. Pelo que pude observar na pesquisa, a falta de planejamento coletivo é o principal entrave para o bom funcionamento do projeto. Isso ocorre por vários motivos: pelas dificuldades financeiras enfrentadas, mas também pelas práticas cristalizadas de agentes que permanecem por um longo tempo no corpo diretivo e que nem sempre são abertos a mudanças.

O exposto acima faz sentido no contexto da ONG Amor e Vida por várias razões: ao não ter dinheiro para pagar a diária de mais um dia de trabalho aos oficinairos, e pelo fato de os voluntários não terem a obrigação de assistir às reuniões de planejamento realizadas todas as sextas-feiras, compostas apenas pelo presidente da ONG, pelo diretor da unidade e pela assistente social. Cabe refletir que se não há disposição para abrir as portas das reuniões, nas quais são tratados os planos metodológicos a serem efetuados, fica difícil pensar em uma ação coletiva. Portanto, se tudo for feito a portas fechadas, sem a participação de todos os envolvidos (educadores, voluntários, cozinheira, dentre outros), e sem nem mesmo levar em consideração a opinião dos afetados, que são as crianças e os adolescentes, certamente os resultados serão pouco frutíferos. Como se pretende realizar uma educação inclusiva com essas crianças? Como fazer o cardápio semanal sem a presença da cozinheira? Como avaliar *feedback* das oficinas sem os oficinairos? Como fazer o planejamento sem os educadores? Foi a partir dessas perguntas que estruturamos nossas entrevistas, que buscam compreender a opinião das crianças e jovens que foram e são assistidos pelo projeto. Objetivei inquirir sobre o que eles gostam ou mudariam do projeto, já que são partícipes e protagonistas dessa experiência. Um dos exemplos da falta de compartilhamento das questões pedagógicas com os sujeitos afetados pode ser observado nos depoimentos dos assistidos entrevistados.

Percepções dos assistidos

Na transcrição das entrevistas realizadas com adolescentes de ambas as sedes do projeto no qual os nomes foram trocados por pseudônimos, pude perceber que existem algumas semelhanças em suas respostas em relação às atividades de que mais gostam e de que menos gostam. Nesse sentido, menciona-se que não há relação direta entre as atividades desempenhadas e gostos, mas sim uma relação direta com o educador que dirige as aulas, bem como o impacto que os funcionários têm sobre a permanência ou não das crianças do projeto, como é o caso do Marcelo, que se retirou no início do ano de 2019:

Pesquisadora: Por que você deixou a ONG?

Marcelo: Porque eu estava com muito trabalho, dever em casa, e estava fazendo jiu-jitsu quando saía da associação. Então ficava muito ruim para mim, porque tinha que acordar muito cedo no outro dia para ir para escola.

Pesquisadora: Você assistia de forma voluntária?

Marcelo: Eu ia porque eu gostava de ir, mas depois de um tempo chegou novos educadores que eu não gostava, e eu parei de ir.

Pesquisadora: E por que você não gostava dos educadores?

Marcelo: Porque achava tudo o que eles tinham que fazer [sic]. Tipo, a gente fazia as coisas e eles falavam que depois disso a gente podia jogar bola. Aí a gente arrumava tudo certinho, arrumava a associação todinha e, no final, eles não davam recreação (...). Eu não gostei da nova diretora da associação (referindo-se à diretora da diretora da Unidade I), ela se achava como se fosse a dona da associação, ela queria mandar em tudo. Um monte de gente saiu também pelo mesmo motivo – todo mundo falava que ia sair por causa dela, e saíram.

Pesquisadora: Você mudaria alguma coisa?

Marcelo: Eu mudaria os educadores. Porque alguns educadores não vão de forma correta. Tipo, um dia eles passam uma coisa, outros dias eles passam outra, e, tipo, vamos supor: vamos fazer um brinquedo; aí a gente fazia o brinquedo o dia todinho da associação e quando a gente ia ver depois estava tudo lá no canto, estragado jogado para lixo, não teve nenhuma utilidade aqui no projeto (informação verbal)³⁰

Nesse contexto, observa-se a importância de os assistidos terem acesso a educadores preparados, pois estes podem atrair a atenção das crianças ou gerar distância. Percebeu-se, a partir das entrevistas, uma apatia em relação às aulas de capoeira em ambas as unidades, não porque não gostem dessa atividade, mas sim por causa da professora responsável, a qual é caracterizado pelo caráter autoritário e pela pedagogia através dos gritos, o que causa rejeição por parte das crianças – até que algumas delas decidissem não comparecer no dia de capoeira para não realizar essa atividade, conforme mencionado nas seguintes entrevistas:

Pesquisadora: Que atividades vocês menos gostam?

Pedro: As de capoeira. Não gosto muito da cara dela não, não faço as aulas dela.

Pesquisadora: Você acha que tivesse outro professor ou professora você gostaria das aulas?

³⁰ Entrevista concedida por Marcelo, ex participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (28 min)

Pedro: Sim, eu acho. Se tirasse ela e colocasse outro professor, eu gostaria mais, alguém simpático, porque ela é muito fechada, aí eu não gosto dela não (informação verbal)³¹

Na mesma linha responde Pablo

Pesquisadora: E quais são as atividades que você menos gosta?

Capoeira.

Pesquisadora: Por quê?

Porque a tia é muito gritona (informação verbal)³²

Há uma série de relatos associados ao relacionamento com os educadores e se isso afeta ou não os comentários ou opiniões deles. Exemplo disso é o testemunho de uma de nossas entrevistadas, que atualmente tem 16 anos e se definiu como lésbica após deixar a ONG, devido a questões de limite de idade e comentários da professora de capoeira. Quando questionada se ela sentiu algum tipo de preconceito ou ouviu comentários contra ela ou alguma criança, respondeu o seguinte:

Pesquisadora: Você sentiu algum preconceito?

Maria: Às vezes, mas não me deixava me afetar.

De parte de quem?

De algumas pessoas, também, tipo, das crianças. Mas, ao mesmo tempo, de pessoas. Tipo, a gente tinha que ficar se controlando do que falava; se a gente falava uma coisa diferente já olhavam com olhos diferentes, como se aquilo fosse errado, de parte de alguns professores, assim (...). A gente começou a falar dos relacionamentos das pessoas, de outros sujeitos, e ela [professora capoeira] perguntou se eu havia olhado fulano de tal, e eu peguei e falei que não, que eu nunca. Aí ela falou: “não é possível que você nunca tenha olhado, não tem cabimento”. Assim, como se aquilo que eu nunca tivesse feito fosse errado, é um defeito... Aí a mulher, lá, acho que ela não vem mais aqui [a outra mulher, não a educadora], começou a falar: “Ai, eu acho que ela já olhou, sim”. Tipo, como se eu tivesse contando mentira, como se não quisesse falar a verdade. Aí eu peguei e fiquei completamente chateada com aquilo. E depois ela pegou uma coisa relacionada com mulher e esse tipo de coisas, e ela falou

³¹ Entrevista concedida por Pedro, participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (22 min).

³² Entrevista concedida por Pablo, participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (40 min).

de um jeito como se não pode, é pecado, essas coisas, e aquilo foi muito chato. E depois eu fiquei muito chateada com ela. Passou um tempo e acabei saindo do projeto, porque os professores que eram legais não estavam mais aqui e ela acabou ficando, e não era legal isso (informação verbal)³³

O trecho acima demonstra o caráter panóptico e disciplinador das instituições socioeducativas, a exemplo da escola, que incide não somente sobre as mentes desses sujeitos, mas também sobre os corpos, que devem ser mantidos sob vigilância e escrutínio da normalização.

A escola produz e transmite valores e modelos de conduta que acabam normatizando a sexualidade heterossexual, tanto por meio dos conteúdos da educação formal, como através da interação cotidiana com colegas e educador@s. Na interação cotidiana, não é raro educador@s assistirem passivamente a atitudes de rejeição, menosprezo, chacota ou hostilidade às expressões de sexualidade que divergem da heterossexual. Nestas condições, ao não dialogar com @s estudantes sobre essas atitudes, reforça-se, sustenta-se e legitima-se o preconceito e o desrespeito à diversidade sexual. O silenciamento d@ educad@r acaba influenciando como uma permissão para que tais desrespeitos e atitudes preconceituosas continuem a ocorrer, levando aqueles que não se enquadram no modelo heteronormativo a se refugiar no segredo e no silêncio (MARIANO, 2016, p. 94).

Concordo com Mariano no que se refere à influência que os professores exercem sobre os corpos e mentes desses sujeitos assistidos pela ONG. Eles podem muitas vezes auxiliar no entendimento que essas crianças e jovens têm relação à construção de suas trajetórias corporais e de personalidade a partir do acolhimento e da escuta, ou por outro lado, podem reprimir seus instintos e desejos, buscando enquadrá-los nos esquemas heteronormativos hegemônicos.

Um exemplo do impacto que os educadores têm na vida das crianças: há uma professora, Florencia que atualmente atua como assistente social da Unidade II, mas cuja participação no projeto remonta há 13 anos, participando como cozinheira, educadora e voluntária em várias funções, o que criou um relacionamento muito além do de uma simples professora ou funcionária da ONG, pois, como mencionado acima, a Unidade II está localizada em uma fazenda ecológica que faz parte da comunidade. Agora, Florencia cumpre o papel de educadora

³³ Entrevista concedida por Maria, Ex-participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (40 min)

ou de cozinheira, mas, ao mesmo tempo, é vizinha, mãe do amigo (já que tem duas filhas no projeto) e pessoa confiável para a família. Então vale a pena analisar o poder que ela tem sobre as crianças da comunidade. Assim, ao perguntar às crianças o que elas mais gostam do projeto. Uma delas respondeu o seguinte:

Eu gosto da Florencia.
Você acha que é a mesma relação que você tem com os professores da escola?
 Não.
Por que não?
 Por causa que a Florencia é boa, entendeu?
Boa em que sentido?
 Ela ajuda qualquer um. Às vezes você está passando mal, por exemplo, o José estava passando mal e ela fez de tudo, ela foi até a casa dela para buscar o remédio, entendeu? Para dar ele... e aquele remédio fez bem para ele, e agora ele tá bem (informação verbal)³⁴

Outra criança respondeu o seguinte em relação à imagem de Florencia: “ela é muito importante. O dia que a gente ficou sabendo que ela ia sair, nossa, eu falei: ‘se ela sair eu também vou sair, porque não vai ter graça tirar a Florencia para colocar outra mulher sem graça’” (informação verbal)³⁵

O problema é quando o discurso de uma professora tão querida resulta fechado ou discriminador, o que aconteceu em um episódio no momento da recreação. As crianças tiveram a opção de ir à sala de jogos e procurar o brinquedo que mais gostariam de usar naquele momento. O conflito ocorreu quando um de nossos entrevistados, Nicolás o mesmo da citação anterior, decidiu se vestir como cabeleireiro, dizendo que aquele era o sonho de sua vida. Florencia lhe disse para escolher um jogo de homem e que ser cabeleireiro era um jogo de mulheres, que melhor seria jogar bola com o resto de seus amigos. O exposto acima é de grande importância quando a criança em questão faz uma avaliação especial para o professor, conforme mostrado na declaração original.

Portanto, a opinião dessa pessoa expressa mais do que um discurso puramente pedagógico, mas também uma opinião moralista de alguém por quem existe uma admiração

³⁴ Entrevista concedida por Nicolás, participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (32 min)

especial. Portanto, devido ao contexto, ela foge da relação meramente pedagógica para uma mais filial. Ou seja, para a maioria das crianças Florencia é uma pessoa muito importante devido à sua personalidade materna e prestativa.

É muito importante o convive com as crianças no dia a dia né que aprendem a se respeitar, respeitar a diferença o jeitinho da criança, se a criança é tímida, ir conquistando a criança, então eu não sou sua mãe né, mas sou sua amiga sou tudo, chamo a atenção quando precisa, digo não quando precisa dizer não e assim vai (informação verbal)³⁶

Nesse sentido, verifica-se que um comentário discriminatório de uma educadora levou uma jovem a abandonar o projeto; já os comentários de Florencia não vão afetar mais ainda as crianças, devido à proximidade e à confiança que elas têm. Mas é preciso mencionar que, após o evento do cabeleireiro, Nicolás não voltou a usar esse vestido, porque, para ele, agora isso é assunto de mulheres.

Nesse caso em particular surge a questão de se compreender por que uma professora continua na ONG se a maioria das crianças não gosta ou não participa de suas atividades, como é mencionado por a voluntária pela AIESEC. Violeta ressalta que era responsável por brincar com as crianças que não queriam realizar as atividades de capoeira, mostrando que a pedagogia adotada pela professora em questão não é inclusiva.

Eu vejo que é como se fosse só para algumas crianças, que são como os profissionais que dançam. Então há algumas que não acabam se integrando e, então, tento brincar com elas nesse tempo (informação verbal)³⁷³⁸

A resposta que podemos encontrar em relação à sua permanência reside no fato de ela ser uma professora que está no projeto há muitos anos, trabalhando como educadora com a carteira de trabalho assinada. Contudo, nos meses de lacunas salariais, em que não há editais públicos para custear as atividades, ela ainda assim continua indo como voluntária. Isso talvez permita a compreensão do porquê de sua continuidade – por haver um tipo de agradecimento

³⁶ Entrevista concedida por Florencia, Educadora Sede II da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (28 min)

³⁷ Tradução própria do espanhol ao português.

³⁸ Entrevista concedida por Violeta, voluntária por AIESEC participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (20 min)

do corpo diretivo a ela, além do fato de ter um educador seguro, que permaneça no contexto de instabilidade salarial.

Em relação à pergunta sobre o que eles mudariam na ONG, Pablo responde: “mudaria alguns professores, porque alguns professores daqui são muito ignorantes, falam muito alto para as crianças (informação verbal)”³⁹

Por sua parte, Maria agrega: “eu acho que colocaria mais professores assim (...). Era legal – tipo as aulas dos professores que vinham de outros países. Eles acabam ensinando coisas diferentes para a gente (informação verbal)”⁴⁰

Já Pedro enfatiza a pouca continuidade dos voluntários de AIESEC: “eu acho que todo ano vem intercambiastes novos; eles ficam dois meses, depois a gente fica meses sem eles (informação verbal)”⁴¹

Entre os aspectos a serem mudados, destaca-se a duração do tempo de permanência dos voluntários estrangeiros, que vem sendo reduzida, sendo que as atividades de que eles mais gostam são precisamente as realizadas pelos voluntários.

Com essas opiniões, pode-se analisar que o interesse dos assistidos está ligado a uma pedagogia da afetividade e nem sempre a conteúdos ou salas de aula específicas. A atenção deles é muito mais focada no tipo de educador, cuja simpatia faz com que eles gostem das aulas a partir da didática e da afetividade demonstrada pelos professores, como são, por exemplo, as atividades realizadas pelos voluntários da AIESEC. Mas também, no exemplo contrário, não gostam, por exemplo, da aula de capoeira, não por causa de uma rejeição a essa disciplina, mas à professora.

Em relação aos voluntários estrangeiros, essas atividades são mais valorizadas pelas crianças e jovens entrevistados, tanto pela diversidade dos temas abordados quanto pelo interesse que apresentam em relação a outras culturas. No entanto, existe uma contradição que afeta diretamente o trabalho dos voluntários em geral e, principalmente, os estrangeiros, que

³⁹ Entrevista concedida por Pablo, participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (40 min)

⁴⁰ Entrevista concedida por Maria, Ex-participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (40 min)

⁴¹ Entrevista concedida por Pedro, participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (22 min)

esbarra justamente na ausência de um planejamento adequado. Parece haver uma disparidade entre o trabalho dos funcionários do projeto e os voluntários. Não há trabalho em equipe, por exemplo, o que leva a uma falta de conhecimento por parte deles, pois não há nenhum tipo de treinamento ou explicação prévia ou durante sua participação. Ou seja, eles vão compreendendo o funcionamento da ONG a partir de sua experiência, o que atrasa seu desempenho, pois isso pode demorar semanas, o que Violeta expressa por sua experiência:

A verdade é tão difícil que eu nem consigo entender como as crianças são ensinadas aqui. Quer dizer, fiquei perguntando os horários, quem são os professores... Vejo que eles realizam atividades, mas não há integração entre nós, só nos integramos quando há tempo de descanso, ou uma festa, ou algo assim. Então eu não entendo muito como é a metodologia (informação verbal)⁴²⁴³

O problema que surge é que, como Violeta mencionou, não existe um trabalho em conjunto ou articulação da ONG com os voluntários da AIESEC, produzindo-se, assim, mal-entendidos, pois já existe primeiramente a diferença de idioma, de cultura, que se soma ao fato de não existir cursos de capacitação. Os acompanhamentos que deveriam ser feitos para os voluntários atrasam mais ainda a adaptação e o entendimento do projeto. Uma boa opção para resolver o problema seria, por exemplo, participar dos planejamentos semanais para entender o funcionamento da ONG.

Juntamente com as entrevistas conduzidas com crianças, destacam-se aquelas feitas com o corpo diretivo, mais especificamente com o presidente, o diretor das duas unidades e as assistentes sociais. O foco da entrevista foi inquiri-los sobre o momento em que se começa a discutir metodologias, entender o porquê da escolha de determinadas aulas e oficinas desenvolvidas. A resposta proferida por eles foi justificada sob o argumento de querer o melhor para as crianças, tanto quanto possível, em relação à falta de recursos disponíveis.

Em relação aos planejamentos mensais ou semanais, eles não existem do ponto de vista coletivo, pois as reuniões semanais de ambas as unidades são realizadas às sextas-feiras, das 9h às 12h, na Unidade I. O problema radica na pouca representatividade de pessoal, o que dificulta

⁴² Tradução própria do espanhol ao português.

⁴³ Entrevista concedida por Violeta, voluntária por AIESEC participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (20 min)

o cumprimento do planejamento. No contexto da ONG, as formas de trabalho precarizadas são um entrave para o bom funcionamento e planejamento da instituição, pois como se observa, a contratação de “oficineiros” é por aula realizada, já que a ONG não possui dinheiro para pagá-los mensalmente. Portanto, eles não frequentam as reuniões de planejamento. O mesmo acontece com os voluntários, os quais não são obrigados assistir a essas reuniões, e muito menos o pessoal de AIESEC, os quais nem sequer são convidados. Assim, os presentes nessas reuniões são o diretor da ONG, os assistentes sociais e o professor de plantão com carteira de trabalho assinada, já que seria parte de suas obrigações contratuais. Por não haver planejamentos semanais em conjunto com a ONG, estes são realizados por cada educador com base em seus interesses, conforme o afirmado por Danielle, encarregada da oficina de culinária. “Eu faço ou planejo antes de chegar ou no dia seguinte [referindo-se à última aula] eu já estou em casa planejando o que fazer” (informação verbal)⁴⁴

Continuando com o tema do planejamento (ou não) das aulas, observa-se uma manutenção das mesmas metodologias e atividades com o passar dos anos, o que tem relação direta com a conformação do corpo diretivo, que ainda é composto pelos fundadores há mais de vinte anos.

A precariedade do planejamento coletivo existente na ONG fica clara quando observamos que ele se limita a um quadro com as principais atividades a serem realizadas pela instituição, afixado nas paredes das unidades que visitei. Nesse contexto é que nos deparamos com o seguinte cronograma de atividades anuais, composto por três fotografias referentes às ações planejadas para serem realizadas de abril a dezembro⁴⁵. Embora a fotografia tenha sido tirada do quadro da unidade I em julho de 2019, mantém-se o mesmo calendário de atividades do ano de 2017, que continua sendo usado seguindo a mesma lógica, ou seja, sem grandes alterações.

Esta é dividida por três quadros: por período (mês a mês); atividades a serem realizadas, que frequentemente se referem a uma valorização ou fortalecimento de valores como amizade, solidariedade ou família; e o representativo de cada mês, como é o caso das festas juninas ou

⁴⁴ ⁴⁴ Entrevista concedida por Danielle, Encarregada da oficina de culinária da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (16 min)

⁴⁵ Durante o período de janeiro a março, é realizada a colônia de férias, onde as atividades realizadas são somente brincadeiras com as crianças só pelo horário da tarde em ambas unidades.

do dia das crianças. Finalmente encontram-se os objetivos, embora sejam apresentados de maneira confusa e, em muitos casos, sua descrição se mostre mais como atividades do que objetivos em si, já que não apresentam nenhum propósito específico.

O mesmo acontece com as atividades elencadas, as quais se apresentam de forma confusa e não estimulante, como é o caso do mês de novembro, em que se propõe uma atividade para estimular a solidariedade. Cabe questionar se isso é um objetivo ou uma atividade. Dessa maneira, esse tipo planejamento transparece uma confusão de conceitos e desinformação na realização das tabelas, de caráter pouco prático e atemporal, já que é complicado utilizar o mesmo planejamento de anos anteriores, deixando de fora a característica dinâmica que define o planejamento, tanto em relação ao ato educativo, ao bem-estar das crianças ou mesmo às atividades assistenciais.

Ao perguntar à assistente social se havia outros planejamentos mais detalhados em relação a temáticas mais educativas, respondeu ela: “Não, há temáticas que se repetem ano após ano, como dia das mães, festa junina, natal, dos pais etc.” Entendendo já a não realização das reuniões de planejamento em equipe, como mencionado, quis inquiri-la sobre os mecanismos a partir dos quais são feitas as atividades. Se não há planejamentos, responde-se que é, por exemplo, do dia a dia das crianças:

A planificação não é fixa. Por exemplo, se as crianças estão botando muito lixo, a gente observa também o entorno, né. Às vezes as crianças ganham algumas coisas aqui e no caminho jogaram o papel no chão. Aí a gente começa a fazer todo um trabalho com eles, de reciclagem, de cuidar o meio ambiente, e a partir do que está acontecendo nesse período, não é uma coisa fixa (informação verbal)⁴⁶

Portanto, entende-se que, como não existem diretrizes de planejamento para salas de aula ou atividades, estas são espontaneamente baseadas no contexto do dia ou da semana, o mesmo ocorrendo com as aulas de teatro, culinária e mídia, de responsabilidade do educador, sem a existência de um guia da instituição. Isso demonstra que tudo é marcado por certo grau

⁴⁶ ⁴⁶ Entrevista concedida por Rosa, Assistente Social da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (33 min)

de improviso, o que dificulta que a proposta socioeducativa da ONG atinja bons frutos. Esse caráter provisório do planejamento pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 1 - planejamento I:

PLANEJAMENTO 2017 (unidade 1)

PERÍODO	ATIVIDADE	OBJETIVO
Abril	"Projeto Lúdico de Leitura" Páscoa – Símb. da Páscoa. Celebração da páscoa.	Trabalhar o sentido real da Páscoa e seus Símbolos. Celebrar a Ressurreição de Cristo. Proporcionar aos educandos o hábito da leitura.
PERÍODO	ATIVIDADE	OBJETIVO
Maió	Dia da Família	Trabalhar o tema Família. Confeccionar lembrancinhas para o dia da Família Organizar os enfeites para o dia da Família. Promover um momento de descontração com o responsável.
Junho	Tema: "Festa Julina"	Preparação da Festa Ensaio Promover ensaios de quadrilha. Trabalhar o tema com os usuários Confeccionar enfeites para ornamentar os espaços.

Fonte: Associação Amor e Vida

Quadro 2 - planejamento II:

Julho	Tema "Relações Interpessoais"	Respeito para consigo mesmo e com o outro. Colônia de Férias. Promover a formação da Equipe.
PERÍODO	ATIVIDADE	OBJETIVO
Agosto	Tema: Dia dos Pais Nosso Folclore	Atividades relacionadas aos Pais (Família) Reunião de Pais Elaborar cartões e cartazes sobre o dia dos pais. Promover momento de descontração e alegria aos pais. Cultura Popular - Contos, lendas, danças e brincadeiras Reconhecer e Valorizar a importância cultural do folclore, considerando como patrimônio que deve ser preservado.
Setembro	Tema: Projeto Primavera Trabalhar auto-estima	Cuidado e conservação do meio ambiente. Confeção dos materiais para ornamentação. Festa da Primavera Promover a auto-estima através de oficinas que permitam ao educando possibilidade de voltar o olhar para si mesmo, se reconhecendo como indivíduo de valores.

Fonte: Associação Amor e Vida

Quadro 3 - planejamento III:

Outubro	Tema: "Semana das Crianças"	Gincana com os educandos. Artesanatos Passeio Desenvolver atividades recreativas que promovam a cooperação. Desenvolver habilidades manuais.
Novembro	Tema: Solidariedade /NATAL	Gentileza gera gentileza Confecção de artesanato Envolver os educandos no clima de natal. Realizar atividades que gerem a solidariedade e a gentileza.
Dezembro	Tema: NATAL Preparativos do Natal	Promover a solidariedade entre equipe e usuários Preparativos do Natal

Fonte: Associação Amor e Vida

4.3 Formação filosófico-religiosa: discursos dos educadores afetam ou não o desenvolvimento das crianças do projeto?

A Associação Amor e Vida é uma ONG abertamente católica, que, como já descrito anteriormente, deve-se à organização de vizinhos que tinham em comum a característica de serem atores ativos da Igreja Santa Maria Goretti, localizada no mesmo bairro, sendo a ligação com a igreja até hoje caracterizada principalmente por eventos de caridade ou comerciais, como festa de São João, sorteios ou feiras, com venda de pratos típicos para arrecadar dinheiro destinado à ONG. Por outro lado, é importante mencionar que a outra sede da associação, possui uma capela nas proximidades, que, embora seja usada esporadicamente para fazer missas para a comunidade, também é usada e alugada para eventos religiosos, como casamentos ou batismos.

É no contexto descrito que o ensino ofertado se baseia fundamentalmente na religião católica, exemplificado meramente no fato de que toda vez que uma remessa de comida é entregue, seja café da manhã, almoço ou café da tarde, as crianças e os adolescentes realizam um círculo de mãos dadas, agradecendo, além de fazerem algumas petições pessoais, e depois oram um Pai-nosso para agradecer pela comida entregue. Portanto, há uma educação baseada nos conhecimentos e na moral católica. Um aspecto a ressaltar é que, embora exista um vínculo

com a Igreja Católica, não há atos preparatórios, como catequeses para a primeira comunhão. Esse caráter religioso ligado às organizações não governamentais não é novo no Brasil. Os pesquisadores Carlos Alberto Steil e Isabel C. M. Carvalho, no texto *ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política* (2001), destacam que o atrelamento das ONGs ao poder estatal foi algo comum no contexto dos anos 1980, como um traço dos resquícios dos anos de chumbo, e que somente a partir dos anos 1990 essas organizações começam a ganhar mais autonomia, sem, contudo, no caso de muitas delas, abrir mão de seu ideológico-religioso.

Nesse movimento de diferenciação, no entanto, as ONGs mantêm alguma continuidade com as atividades e tarefas que lhes eram conferidas anteriormente a partir da missão das suas entidades guarda-chuvas. Assim, em relação à Igreja Católica, muitas ONGs vão surgir das pastorais específicas que se autonomizam e se organizam à margem da Igreja em torno de causas que nas duas décadas anteriores estavam sob a tutela desta instituição religiosa (STEIL E CARVALHO, 2001, p. 9).

Voltando à análise da missão da ONG, expõe-se ali um caráter assistencialista em relação às crianças, aludindo ao seu estado de vulnerabilidade social, segundo suas palavras. No entanto, compreende-se que, sendo uma organização não governamental, são os donos do projeto que assumem a linha socioeducacional, e, nesse caso, trata-se de uma linha abertamente católica, já que sua fundação se deu em um grupo de mulheres frequentadoras da igreja do bairro. Isso ajudou no processo inicial de implantação da ONG, no entanto, com o passar dos anos, o caráter religioso afastou outros sujeitos da comunidade, como se percebe em uma das entrevistas realizadas, em que se destaca que algumas crianças deixaram a unidade II por causa de sua concepção católica, já que há um crescente número de evangélicos no bairro, conforme a declaração a seguir mostra:

“A Julia, minha outra irmã, saiu do projeto; a causa é que ela virou crente (...) e sua igreja não permite vir (informação verbal)⁴⁷

Além desse conflito entre vertentes religiosas, é preciso destacar ainda as intenções educacionais de uma instituição religiosa que, quase sempre, direciona-se para atividades formativas de caráter moral e integrativo da fé cristã, desconsiderando o pluralismo em suas

⁴⁷ Entrevista concedida por Nicolás, participante da Associação. Entrevistador: Karla Katherine Arismendi Oliva, 2019, arquivo mp3 (32 min)

propostas. Luiz Antônio Cunha (2016), em seu texto *A entronização do ensino religioso na Base Nacional Curricular Comum*, indica que foi a partir da ascensão do Papa João Paulo II que as disputas no campo religioso aumentaram e levaram católicos e outras religiões a brigarem por espaços nas várias esferas da sociedade, dentre elas a educação. Foi certamente isso, segundo ele, que levou a Conferência Nacional dos Bispos a priorizar o Ensino Religioso nas escolas públicas. Obviamente essa introdução não se deu sem embates, mas, conclui ele, acabou se configurando numa entronização do ER na BNCC. Fazendo uma avaliação crítica do processo, afirma ele:

Ora, já não há mais condições para a religião, qualquer religião nem uma presumida base ética comum a todas elas, vir a ser critério de entendimento do ser humano e do mundo. Esse tipo de educação não é hoje possível nem desejável, por pelo menos duas razões:

1. A complexidade da sociedade moderna, na qual as instituições religiosas (ou quaisquer outras) não estão sozinhas na direção dos processos socializadores. São vários os processos educacionais que convergem e divergem: família, escola, instituição religiosa, comunicação de massa, grupos políticos, grupos de convivência, grupos desportivos, etc.;

2. A democracia exige que se abandone toda e qualquer pretensão de educação totalitária, sob que nome venha, mesmo disfarçada pelo termo integral, que assume muitos e diferentes significados, conforme o contexto em que é empregado. A escola, por mais que seja chamada a desempenhar crescentes papéis socializadores, não pode pretender assumir *toda* a atividade educacional. A busca de coordenação e consenso é o caminho da democracia também no campo educacional, que não descarta o dissenso.

Não tem cabimento a pretensão de que o ER venha a fundamentar e articular as diferentes dimensões da cultura, sociológica e antropológicamente entendida. Por exemplo, para o currículo escolar, numa escola laica, a cultura somente pode ser tratada em termos imanentes, não transcendentais. Uma boa pedagogia não deve, obviamente, constringer as concepções transcendentais que os alunos eventualmente recebem nas suas famílias e nas comunidades de culto. Mas, em determinados momentos, a colisão é inevitável (CUNHA, 2016, p. 277-278).

É conveniente se perguntar, então: qual a interferência da religião no interior de uma ONG? O que se apresenta no discurso de ajuda e assistência realçado na missão institucional é, na verdade, um caráter moral que se quer impor aos sujeitos assistidos e aos seus respectivos corpos. Nessa linha, o objetivo da ONG é atingir o maior número de crianças para que não caiam em comportamentos inadequados nem permaneçam nas ruas, a partir de uma ideia de corpos em situação de “risco social” que devem ser protegidos de si mesmos (moralmente, em uma visão autocêntrica) e, principalmente, das infrações contra a sociedade. A concepção católica da ONG esbarra naquilo já tratado por Cunha (2016), ou seja, não existe uma religião capaz de congregar todas as visões de mundo presentes na sociedade. Portanto, o que se vê é

uma “nova cruzada” religiosa em busca de corpos e mentes vulneráveis para a conversão. Entende-se que, a princípio, não era interesse dos responsáveis pela instituição excluir as outras religiões, muito menos solicitar algum tipo de adesão ao catolicismo. Entretanto, ao seguir uma linha ideológica, política ou religiosa, existe uma marginalização de outros sujeitos. Assim, é muito comum as famílias não inserirem seus filhos em instituições contrárias às suas concepções religiosas.

Isso pode ser visto como um pensamento fechado, mas é uma realidade, como no caso aqui analisado. Contextualizando geograficamente a situação anteriormente discutida, podemos citar o caso da Unidade II, em que a capela e a igreja localizadas dentro da fazenda da ONG são as únicas no bairro, ao passo que os templos evangélicos estão em cada rua, configurando assim uma divisão religiosa, que a associação tenta equilibrar a partir de seu espaço educativo. Logo, o que se percebe é que o avanço das religiões neopentecostais faz com que a escola e outros espaços educacionais se tornem lócus de disputas em torno de cosmovisões que se querem universais. Portanto, nesse espaço o caráter educativo na perspectiva de uma cidadania crítica é suplantado pelos objetivos religiosos moralistas expressos na missão da ONG.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em suma, após a realização da pesquisa, da compilação de entrevistas realizadas com funcionários e crianças assistidas pela ONG Amora a Vida e o trabalho de campo na forma de observação participante, no diálogo com os referenciais teóricos, são possíveis apresentar as seguintes considerações finais.

Na missão institucional existem inconsistências do ponto de vista das práticas educacionais e sociais, sobretudo acerca do cumprimento dos objetivos previstos no documento de missão da ONG. A que se destacar ainda a reduzida percepção que tem o corpo diretivo em relação às atividades e metodologias desenvolvidas que muitas vezes não atende plenamente as necessidades que tem as crianças assistidas pela ONG. Isso é percebido quando contrastamos a percepção das crianças diante das atividades oferecidas pela organização e seu corpo diretivo, pelo qual se observa a inexistência de diálogos entre ambos os entes.

Nesse sentido, pode-se apontar que as práticas sócias educativas realizadas e propostas não têm relação com o que é afirmado na missão da ONG, dessa forma percebe-se que o argumento central que “Amor a Vida” apresenta não se cumpre plenamente devido à falta de recurso, sendo esse o principal problema para o não cumprimento do projeto original, posto que não há outro mecanismo de ensino para o melhor exercício das atividades voltadas para as crianças. Em que pese essa observação, a ONG alega que suas ações estão limitadas as suas possibilidades financeiras, o que denota uma espécie de vitimização em relação à questão monetária. Embora seja um aspecto crucial para lidar com um estabelecimento, como investigado, cabe salientar que não há um uso real total das oportunidades das quais a ONG dispõe, muitas das quais não tem nenhum tipo de custo. A título de exemplo, o pouco interesse em integrar e dar atenção para os voluntários da AIESEC, que originalmente se dispõem a atuar efetivamente nas atividades promovidas pela “Amor a Vida”, mas na prática acabam limitados a atividades lúdicas e recreativas, quando na verdade a sua missão era de conduzir as aulas.

Outro aspecto a ser destacado, é o problema da constante rotatividade, como no caso dos voluntários encarregados de atuar no setor de marketing da ONG, cujo trabalho é prejudicado porque os mesmos permanecem, aproximadamente, apenas seis semanas sendo logo substituído por um novo grupo de jovens chega ao projeto, o que prejudica a captação de recursos.

Dessa forma, embora haja deficiências econômicas que não são aqui colocadas em dúvida, o que se percebe é que esses aspectos denotam um descompasso institucional, que carece de melhor planejamento, reduzidos a problemas econômicos. Portanto, acredito que se houvesse uma melhor organização administrativa ou gerencial poder-se-ia maximar o desempenho dos recursos humanos e financeiros para a efetiva realização das atividades, incluindo os voluntários de AIESEC, que do ponto de vista capitalista, configuram mão de obra precária do terceiro setor. A partir das incongruências supracitadas observa-se que a ONG demanda um conjunto com projetos de longa duração, já que é muito difícil criar um projeto exequível em apenas seis semanas, o que dificulta assim um bom resultado nesta curta duração.

A partir do descontentamento de parte das crianças assistidas pela ONG, é preciso salientar que as atividades deveriam ser planejadas levando em consideração a recepção de todos os participantes do projeto da entidade, inclusive das crianças. Por exemplo, em relação às aulas e atividades ministradas, tem que se investir em tempo e exigir outra maneira de atuação dos funcionários que leva em consideração as características e necessidades reais do público assistido. Isso pôde ser observado a partir do trabalho campo em que se percebeu que não havia uma lógica de verticalidade educacional, diferentemente do que é indicado pela missão corporativa, com isso quero dizer que, de acordo com as palavras do Presidente da ONG, a intenção é realizar uma educação com eles e não para eles, conforme preconizado nas palavras de Paulo Freire. Certamente isso se dá em função do contexto de "planejamentos" a portas fechadas, de planos não são executados em conjunto com as crianças, o que parece indicar que não há a intenção de incluí-los. Isso é posto, por exemplo, no desconhecimento do diretor da Unidade I, que quando questionado sobre quais são as práticas educativas que as crianças mais gostaram, ela respondeu: “eles gostam de tudo, mais ainda de jogar bola, mas gostam de todo aqui na ONG (SONIA, 2019, min 2:33).

Desta maneira, se tomassem em consideração as apreciações das crianças poderia se evitar, por exemplo, o problema apresentado com a professora de capoeira, com a qual há certos conflitos em relação a ela, principalmente, por conta de seu método de condução das aulas. Nas entrevistas, constatou-se alguns comentários preconceituosos em relação a referida professora.

Um caminho para solucionar tais entraves, com aquilo que é declarado na missão, nas conversas iniciadas com os funcionários e corpo diretivo da ONG, seria realizar atividades que buscasse esclarecer os preceitos básicos do projeto para melhor atender as crianças assistidas, mapeando, por exemplo, suas características, realidades e peculiaridades. Deste modo, a equipe de assistência social necessita produzir coletivamente um diagnóstico, algum tipo de

planejamento ou discussão de opiniões com crianças, para se ter uma noção de suas demandas. Uma vez que um dos objetivos da ONG é alcançar o maior número de crianças do bairro, para isso é de suma importância promover atividades formativas e atrativas que busquem pensar efetivamente no modo de agir, a partir de uma perspectiva freirana de se educar com eles e não para eles.

Apesar das questões levantadas durante a pesquisa, é importante dizer que a ONG é muito importante para o bairro, mais especificamente a Unidade II, uma vez que, é um espaço aberto à comunidade, contando com campo de futebol, quadra de parquinho de áreas verdes e voleibol. Nesse pequeno bairro todas as crianças se conhecem, bem como todos os educadores, assim a ONG é também um oportuno espaço de sociabilidade. A partir das entrevistas realizadas pude notar que as crianças assistidas valorizam a existência do projeto e consideram que é melhor frequentá-lo do que ficar em casa. A instituição representa para os moradores do bairro um apoio e uma confiança para os pais, por ali passam gerações inteiras, como é o caso de Pablo, onde a maioria de seus primos e tios também foram assistidos pelo projeto.

Dessa feita, nessa pesquisa pudemos concluir que, em que pese à proposta original e missionária religiosa da ONG que preconiza uma formação educacional cidadã, trata-se de medidas socioeducativas assistencialistas.

REFERENCIAS

AGUILAR FILHO, S. **Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. *In*: RISTOFF, Dilvo.; DIAS SOBRINHO, José. (Orgs.) **Avaliação democrática. Para uma universidade cidadã**. Florianópolis, SC: Insular, 2001. p. 27-33.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009

ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. *In*: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

APUD, Mainwaring. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989.

ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA. **Estatuto social Associação amor e Vida aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06/10/2010**. Cariacica, ES, 2010. Disponível em <https://associacaoamorevida-es.jimdofree.com/portugu%C3%AAs/transpar%C3%AAncia/>. Acesso em: 16 mar. 2018

ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA. **Quem somos no s**. Cariacica, ES, 2017. Disponível em <https://associacaoamorevida-es.jimdofree.com/portugu%C3%AAs/sobre-n%C3%B3s/>. Acesso em: 16 mar. 2019

AZEVEDO, Janete M. de Lins. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 3ª ed., 2004.

BAARS, Renata. **Levantamento sobre crianças em situações de risco no Brasil. Estudo Julho 2009**. Consultoria legislativa. Câmara dos Deputados. Biblioteca digital da Câmara. Brasília, DF, jul. 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16290376-Levantamento-sobre-criancas-em-situacoes-de-risco-no-brasil.html>,. Acesso em: 13 ago. 2019

BATISTA MACHADO, Aline Maria. **O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular**. *In*: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas “historia, sociedade e educação no Brasil”, Joao Pessoa, PB: 31/07 a 03/08 de 2012., p. 3486-3502. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf. Acesso em: 05/03/2019

BELLÉ ROCHA, Luciana; GUARÇONI, André. Educação não-formal e seu processo de avaliação. **Revista científica intelletto**, Venda Nova do Imigrante, ES, v. 2, n. 2, p. 54-63, 2017. Disponível em: <https://faveni.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2019/11/7-Educacao-nao-formal-V2N2-2017.pdf>. Acesso em: 05/09/2018

BOMFIM, Leny A (Trad.). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ: v. 19, n. 3, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23/07/2019

BOURDIEU, Pierre PASSERON, Jean-Claude. **La reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza**. México D.F: Distribuciones Fontamara S.A. 1996

BRAGA, Ana Carolina. **O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa Brasil Alfabizado no município de Araraquara/SP**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus Araraquara, 2014

BRASIL. Decreto 17.943-A do 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Código de menores**: dpl 5083 de 12 de janeiro de 1926. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro 12 out. 1927. Revogado pela lei 6697 do 10 de outubro de 1979 (novo código de menores).

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, D.O. de 16 julho de 1990, p. 13563

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. **Câmara Da Reforma Do Estado**. Brasília, D.F, 1995.

BRASIL. Ministério da administração federal e reforma do estado. Organizações sociais. Cadernos MARE da reforma do estado. v. 2. **Secretaria da reforma do estado, Ministério da Administração e Reforma do Estado**. Brasília, DF, 1998

BRASIL. Lei Nº 12.010 de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, D.O.U. do 04 agosto de 2009, p. 1

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Edição atualizada até março de 2017. **Secretaria de editoração e publicações, coordenação de edições técnicas**. Brasília, DF: 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990.

BUTLER, Judith. **A reivindicação da não violência. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015,

CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado** Brasília, D.F, 1995.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RGS, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995

COSTA, Ana Carolina. As políticas de proteção a infância e adolescência e a educação: reflexões a partir da década de 1920. **In Anales del 4o. Congresso Internacional de Pedagogia Social IV Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2012, São Paulo (SP, Brasil) [online]. 2012 [citado 30 Enero 2020]. Disponible en: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000100003&lng=es&nrm=iso> .

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, ano 10, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. A entronização do ensino religioso na base nacional curricular comum. **Educ. Soc.**, vol. 37, nº 134, Campinas, jan.-mar. 2016, pp.266-284.

DAMBROS Marlei. **Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações.** Florianópolis, S C: X ANPED Sul, 2014.

DO CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ: v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000303001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16/11/2019

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro, RJ: Relume- Dumará, 1994.

FERREIRA, Dulcinéia. Revisitando a história da educação popular no brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR** (On-line). Campinas, SP, n.40, p. 72-89, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como pratica da liberdade.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade** (6 ed). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do oprimido** (17 ed). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970** (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2008

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria**. In: FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (Vol. VII). Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. 2006.

GADELHA Sylvio, Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. Em DE RESENDE Haroldo (org) **Michel Foucault, O governo da infância**. Belo horizonte: Autentica Editora, 2015.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Guanabara, 1989.

GUIMARÃES, Juliana; SAMPAIO, Breno. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP: n. 1, v. 13, janeiro-março, p. 45-68, 2009.

GOHN, Maria da Gloria. **A Força da Periferia: a luta por creches em São Paulo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. Pol. Pub. Educ.**, Rio de Janeiro, RJ: vol. 14, n. 50. p. 27-38, 2006a

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. São Paulo, SP: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2006b. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 21 de abr. de 2019.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação Não Formal e Cultura Política** (5ª Ed). São Paulo, SP: Cortez Edições, 2011a.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Nove de Julho Revista Brasileira de Educação**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. v. 16 n. 47 maio-agosto, 2011b.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e educação** (8ª Ed.). São Paulo, SP: Cortes, 2012.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil** (8ª Ed). São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2013.

GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais** (5ª Ed.). São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais** (11ª Ed). São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2015.

GROPPO, L. A.; COUTINHO, S. C. A práxis da educação popular: considerações sobre sua história e seus desafios diante da consolidação do campo das práticas socioeducativas. **Revista de Educação Popular**, v. 12, n. 2, p. 20-33, 6 dez. 2013.

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira mão**, Florianópolis, SC, n. 75, p. 4-37, 2004.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: Da idade média à época contemporânea no ocidente** Porto Alegre: Artmed, 2004.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos Contextos**. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. V. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

KREUTZ, Lúcio. **Os movimentos de educação popular no Brasil, de 1961-64**. Dissertação (Mestrado em Educação) Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Filosofia da Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

LARA, Ricardo; DA SILVA, Mauri Antonio. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço social e sociedade**. São Paulo n. 122 Abril-junho p. 275-293, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200275&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 sep. 2019

LARRAÍN, Antonia; FREIRE, Paulina; OLIVOS, Trinidad. Habilidades de argumentación escrita: una propuesta de medición para estudiantes de quinto grado. **Psicoperspectivas. Individuo y sociedad**, vol. 13, n. 1, p. 94-107, 2014. Disponível em: <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/287/316>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LESBAUPIN, Ivo. **As CEBs e a transformação social**. In: CLODOVIS, Boff; *et al*, (org.) **As Comunidades de Base em questão**. São Paulo, SP: Paulus, p.47-74, 1997.

LORDE, Audre. Age, Race, Class and Sex: Women redefining difference. In: LORDE, Audre (comp.) **Sister Outsider: Essays and speeches**. Califórnia: Crossing Press, 1984. p. 114-123.

LOVATTO, Angelica. Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço históricobibliográfico preliminar. **Aurora**, ano v, n. 9, dez. 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/>. Acesso em: 05/07/2019

MAINBBARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989

MARIANO, C. L. S. Gênero e Sexualidade no cotidiano escolar. IN: SALGADO, R. G., MARIANO, C. L. S., LEMOS DE SOUZA, L. **Gênero, sexualidade, diversidade e educação**. Cuiabá: EdUFMT, 2016. p. 85-100

MARTÍNEZ Rubí; SOTO Ernesto, **El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina**. Revista Política y Cultura, 2012, núm. 37, pp. 35-64

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. **Cadernos mare da reforma do estado**. Brasília, DF, 1998.

MOORE, Henrietta. **Compreendendo sexo e gênero: biologia e cultura**. In: INGOLD, Tim (ed.) **Enciclopédia de antropologia**. Londres: Routledge, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269229/mod_resource/content/0/henrietta%20moore%20compreendendo%20sexo%20e%20g%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 12 jun de 2019

OLIVEIRA, Jaqueline; BORGHI, Raquel; MIRANDA, Estela. Educação pública e privada no Brasil e na Argentina: Um olhar sobre a legislação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 170-184, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/oliveira-borghi-miranda.pdf>. Acesso em: 15/07/2019

OLIVEIRA, LMA. Vulnerabilidade social e situações de risco. FECHA Disponível em: <http://www.mp.rn.gov.br/portal/inicio/pessoa-com-deficiencia/pessoacom-deficiencia-material-de-apoio/2037-vulnerabilidade-social-e-situacoes-de>.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e Pedagógicas**. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2007, vol.14, n.1, pp.135-158

PARENZA, C. T.; SANDI, D. Trajetórias no mercado de trabalho e qualificação dos trabalhadores: um panorama da Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 2003 a 2006. In: SIMIONATO, M. F. (Org.). **Percursos investigativos em trabalho, educação e formação profissional**. Novo Hamburgo: Centro Universitário FEEVALE, 2009. (publicação on-line).

PEIRANO, Mariza. **Novos caminhos da antropologia. Debates epistemológicos em antropologia**. In: VII JORNADAS DE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL, Buenos Aires, Argentina: 27-29 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/diversos/novos_caminhos_da_antropologia_buenosaires_2013.pdf. Acesso em: 12 de jun de 2019

PERANI Cláudio. Comunidades eclesiais de base: alguns questionamentos. **Cadernos do CEAS** n.º 56, jul-ago, p. 1-15, 1978.

PULEO, Alicia. **Dialéctica de la sexualidad**. Madrid, España: Cátedra, 1992

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2011, n.107 [cited 2020-03-06], pp.420-437.

RANCIÈRE Jacques. **O desentendimento política e filosofia**. São Paulo, SP: Editora 34, 1996

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo, SP: Editora 34, 2005.

ROSEMBERG, F. Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso In: **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano** São Paulo, IV(1), 1994.

SÁNCHEZ HURTADO, Yalile. Vigotski, Piaget y Freud: a propósito de la socialización. **Enunciación**, Bogotá. Colombia: v. 6, n. 1, p. 29-34, 2001. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/enunc/article/view/2440/3383>. Acesso em: 15 dic 2018

SANTOS DIAS, Camila. **Educação não formal e emancipação humana sob olhar da psicologia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Campinas, SP: Programa de Pós- Graduação em Psicologia, PUC-Campinas, Campinas, 2007.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. *In*: LAMAS, Marta (Comp.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: PUEG, 1996. Disponível em: <http://www.bivipias.unal.edu.co/bitstream/10720/646/1/261-Scott,%20Joan%20W.pdf> Acesso em 15 jun 2019.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2010, vol.44, n.6

SILVEIRA, Ricardo. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Revista mediações**, Londrina, PR, v. 5, n. 1, 2000. p 79-95.

SIMKIN, Hugo; BECERRA, Gastón. El proceso de socialización. Apuntes para su exploración en el campo psicosocial. **Ciencia, Docencia y Tecnología**, Concepción del Uruguay, Argentina: v. 24, n. 47, p. 119-142, nov. 2013. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/318394855/El-Proceso-de-Socializacion-Apuntes-Para-Su-Exploracion-en-El-Campo-Psicosocial-Simkin-Hugo-Becerra-Gaston>. Acesso em: 12 jul 2019

STEDILE Pablo. **A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964** (2ª ed.) São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2012

STEIL, CARLOS ALBERTO; CARVALHO, ISABEL C. M. ONGs: itinerários políticos e identitários. En publicacion: Cultura y Neoliberalismo. Grimson, Alejandro. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Julio 2007. ISBN: 978-987-1183-69-2.

TEIXEIRA, Faustino. Teologia da Libertação: eixos e desafios. *In*: TORRES, Fernando; TEIXEIRA, Faustino; EDLA, Eggert; PLÍNIO DE ARRUDA, Sampaio (orgs.) **Teologia da Libertação e educação popular a caminho**. São Leopoldo, RS: CEBI, 2006. p.27-65.

YANAGUITA Adriana, **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990**. *In*: 25 SIMPOSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; 2 CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, São Paulo, SP: 26-30 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0004.pdf>. Acesso em 05/07/2019

YANAGUITA, Adriana. **Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental**. Dissertação (Doutorado em Educação) Marília, SP: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus Marília, 2013.

ANEXO A – Estatuto social Associação Amor e Vida

Estatuto Social da Associação Amor e Vida aprovado pela Assembleia
Geral Extraordinária realizada em 06/10/2010



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, DURAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º. A Associação Amor e Vida é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, a qual regerá pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art.2º. A Associação Amor e Vida com sede na Rua Plauí, nº 24 em Jardim América, Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, CNPJ n. 00.966.294/0001-00, e poderá instalar unidades em qualquer parte do território nacional, mediante de liberação da Assembleia Geral, sendo assim, temos a Unidade II, inaugurada em novembro de 1995: Casa São João Batista a qual foi transferida do endereço na Praça Marechal Deodoro, n. 2, Cariacica Sede, para Rua Três, s/n, Bairro Limão em Cariacica, ES, CNPJ n. 00.966.294/0002-91.

Art.3º. A Associação Amor e Vida têm por finalidade contribuir para qualidade de vida de crianças e adolescentes, seus grupos familiares e comunidade pautada no exercício da cidadania em situação de vulnerabilidade por meios de atividades de arte e educação, esportes, meio ambiente, nutrição e geração de renda no município de Cariacica.

Parágrafo Único. Para a consecução dos seus objetivos, a Associação Amor e Vida desenvolveram ações de cunho sócio - cultural vinculados,

AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- I. Promoção da dignidade humana e inclusão social;
- II. Responsabilidade social e compromisso com a ética, cidadania e valores universais;
- III. Desenvolvimento da cultura de paz;
- IV. Pluralismo cultural e respeito às diferenças;
- V. Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável,


Dr. Simone Cristina Toledo Pinheiro
OAB-ES 12.830


Blumstein


D. Pinheiro


J.

- VI. Desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.



DAS AÇÕES:

- I- Desenvolvimento de programas sócio educacionais, a partir de crianças e adolescentes e seus grupos familiares;
- II- Oficinas de formação, capacitação e cursos profissionalizantes;
- III- Promover a articulação de dos diversos atores sociais: ONGS, poder público e empresas privadas, visando parcerias e para um trabalho organizado em Rede;
- IV- Oportunizar de desenvolvimento sócio, cultural e econômico das comunidades, com vistas a auto sustentabilidade, a partir de programas de geração de renda com a venda de produtos de fabricação caseira, reciclagem e artesanato.
- V- Promover o desenvolvimento do sujeito ecológico, tendo a preservação do meio ambiente e a reciclagem como base para sustentabilidade.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS

Art.4º. O quadro social será composto de pessoas físicas que mediante doações ou contribuições, inclusive sobre forma de trabalho não remunerado, propiciem a concretização dos objetivos da Associação, nas seguintes categorias de Associados:

I-FUNDADORES, os que concorreram para a organização e fundação da Associação e assinaram a ata de fundação,

II-EFETIVOS, em número ilimitado, todos os associados que nesta data se acham em gozo de seus direitos e aqueles que vierem a ser admitidos nesta categoria, após período de 12 (doze) meses ininterruptamente na categoria de sócio contribuinte;

III-CONTRIBUINTES, cujo número é limitado, os que assim admitidos, prestem contribuição periódica e de qualquer natureza às obras da Associação;

IV-BENEMÉRITOS, aqueles que prestarem serviço ou contribuição de valor excepcional à Associação, assim reconhecidos pela Assembléia Geral.

Dr. Simone Cristina Rocha Pinheiro
OAB-ES 12.830



Art.5º. Os Associados não respondem nem solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações da Associação, como não participam de forma alguma do patrimônio social.

Art.6º. A todos os Associados assiste o direito de participar das Assembléias Gerais, assistindo tão somente aos Associados o direito de votar e ser votado, cabendo a cada membro somente um voto, vedada a delegação para tanto. Assiste a todas as categorias do quadro social o direito de participar de todas as promoções e eventos patrocinados pela Associação.

Art.7º. Os novos Associados serão admitidos mediante indicação por carta de um Associado já efetivo da Associação, devendo a indicação ser aprovada em Assembléia Geral por maioria dos votos dos presentes.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art.8º. A ASSEMBLÉIA GERAL é órgão soberano e de última instância e reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente da Associação:

- I. ORDINARIAMENTE, no primeiro trimestre de cada ano, para tomar conhecimento do relatório da administração referente ao ano civil anterior deliberar sobre o balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis correspondentes ao mesmo período, bem como de liberar sobre quaisquer outras questões de interesse da entidade.
- II. EXTRAORDINARIAMENTE, sempre que convocada, para:
 - a) Deliberar sobre a criação ou extinção de unidades, a vista de propostas fundamentada da Diretoria;
 - b) Decidir sobre as demais proposições que lhe sejam submetidos pela Diretoria ou Associados;
 - c) Admitir ou destituir qualquer Associado da Associação ou da Diretoria;
 - d) Alterar ou reformar este Estatuto social (art.12º);
 - e) Deliberar sobre a extinção da Associação, sua forma de liquidação e eleição do liquidante (art.25);
 - f) Atribuir títulos de Associado, mediante proposta de qualquer outro já Associado, ouvida a Diretoria;



Handwritten signatures and initials, including the name 'Alfari' written vertically.

- g) Ratificar ou não as decisões da diretoria relativas a operação de aquisição, alienação e oneração de bens móveis e imóveis, empréstimo ou financiamento, que envolvam quantia superior a 40 (quarenta) salários mínimos (Art.14).

Art.9º. A Assembléia Geral será convocada mediante EDITAL afixado na sede social e demais unidade da Associação, com antecedência de pelo menos 10(dez) dias.

Parágrafo Único. Do edital constarão, obrigatoriamente, a "ordem do dia", local, dia e hora da reunião, não podendo a Assembléia deliberar sobre matérias estranhas à "ordem do dia".

Art.10. A Assembléia Geral será instalada pelo Diretor presidente da Associação, cabendo ao Plenário indicar o secretário da Mesa e, se for o caso, os Escrutinadores, respondendo a Mesa pela direção e ordem dos trabalhos.

Parágrafo Único - Além do voto individual, terá o Presidente da Assembléia o voto da qualidade, na ocorrência de empate.

Art.11. A Assembléia Geral, salvo nas hipóteses da alteração estatutária e dissolução, instalar-se à: em **Primeira convocação**, com a presença de mais de 50 (cinquenta por cento) dos membros e, em **Segunda convocação**, meia hora depois, com qualquer número, desde que, do EDITAL, conste tal circunstância.

Parágrafo Único. As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos, salvo nas exceções previstas neste Estatuto.

Art.12. A Assembléia Geral convocada para alterar o Estatuto Social somente se instalará com presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de sócios com direito a voto, devendo a convocação detalhar a proposta de alteração a ser apreciada.

Parágrafo Único. Não se realizando a Assembléia por falta de "quorum", outra poderá ser convocada para apreciação da mesma matéria, com antecedência mínima de 05(cinco) dias, a qual poderá se instalar com presença de menos de 50%(cinquenta por cento) dos associados com direito a voto, sendo, porém exigida para as deliberações, a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes com direito a voto.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art.13. A DIRETORIA será constituída de: DIRETOR PRESIDENTE, DIRETOR VICE - PRESIDENTE, DIRETOR FINANCEIRO, DIRETOR SECRETÁRIO


Dr. Sílvio de Toledo Pinheiro
CAB-MS 12.850

Intimado






Apai


Com


e DIRETORES EXECUTIVOS, sendo estes últimos em número de 01(um) para cada unidade da Associação em funcionamento. Todos deverão ser associados da Associação, sendo que a gestão da Diretoria será de 02(dois) anos permitida a reeleição.

Parágrafo Único. O Diretor Presidente, o Diretor Vice Presidente e os Diretores Executivos serão eleitos pela Assembléia Geral. O Diretor Financeiro e o Diretor Secretário serão escolhidos pelo Presidente e Vice-Presidente.

Art.14. Compete à DIRETORIA:

- I. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações das Assembléias Gerais;
- II. Requerer ao Diretor presidente a convocação da Assembléia geral;
- III. Administrar a Associação e seu patrimônio pelo modo mais conveniente à sua prosperidade e fins, praticando todos os atos para tanto necessários;
- IV. Elaborar o Relatório Anual circunstanciado da administração acompanhado do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis a serem apresentados à Assembléia Geral;
- V. Decidir sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, contratação de empréstimos ou financiamento sempre que envolver quantia superior a 40(quarenta) salários mínimos a decisão será adotada "ad referendum da assembléia Geral".

Art.15. Além de outras atribuições conferidas pela Assembléia Geral e observadas as condições estabelecidas neste Estatuto, compete especificamente:

I. Ao DIRETOR PRESIDENTE:

- a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- b) Representar ativa e passivamente a associação inclusive em Juízo, bem como, em conjunto com o Diretor Financeiro, assinar cheques relativos às despesas gerais da Associação.
- c) Apresentar à Assembléia Geral as propostas formuladas pela Diretoria;
- d) Em conjunto com o Diretor Secretário, assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento dos livros societários e de exigências legais ;
- e) Coordenar a execução das atividades dos demais Diretores;
- f) Praticar todos os demais atos da gestão.

II Ao DIRETOR VICE - PRESIDENTE:

- a) Substituir o diretor Presidente em suas ausências faltas ou impedimentos;
- b) Substituir qualquer outro Diretor, na hipótese de ausência, falta ou impedimento do mesmo.

I. Ao DIRETOR – FINANCEIRO:


 O Síndico Crisótopo Tomé Pinheiro
 CAB-ES 12.830







- a) Manter atualizada a escritura dos livros contábeis, atentando para que seja feita com regularidade e clareza;
- b) Apresentar à Diretoria, mensalmente, balancete com as receitas e despesas realizadas, comparativamente com as orçadas;
- c) Apresentar anualmente à Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis;
- d) Zelar pela conservação do Patrimônio Imobiliário;
- e) Assinar cheques em conjunto com o Diretor Presidente e/ou Diretores Executivos, na forma deste Estatuto.

IV. Ao DIRETOR SECRETÁRIO:

- a) Proceder todos os registros nos livros societários;
- b) Manter atualizados os quadros de Associados;
- c) Organizar as atribuições do quadro de empregados;
- d) Programar e supervisionar a realização de encontros, palestras, seminários e outros eventos de natureza social;
- e) Promover o estreito relacionamento entre a Associação e seus Associados, assim como com entidades congêneres;

V. Aos DIRETORES EXECUTIVOS, no âmbito a respectiva Unidade a que se vinculam:

- a) Administrar todos os serviços da Unidade;
- b) Contratar e Demitir empregados;
- c) Elaborar relatórios e balancetes mensais das atividades das Unidades endereçando-os à Diretoria;
- d) Assinar cheques, em conjunto com o Diretor Financeiro, relativos a despesas da respectiva Unidade.

Art.16. A Diretoria reunir-se-á, com a presença de mais da metade de seus membros:

- I. ORDINARIAMENTE, uma vez a cada três meses;
- II. EXTRAORDINARIAMENTE, sempre que convocada pelo Diretor Presidente, ou a pedido de qualquer de seus Diretores. Suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade em caso de empate, e serão registradas no livro de atas de Reuniões da Diretoria.

Parágrafo Único. Das decisões da Diretoria caberá recurso à Assembléia Geral, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência das mesmas.

Art.17. Os membros da Diretoria não contraem obrigação pessoal, individual ou solidária, nos contratos e operações que realizarem em nome da Associação, Ressalvada sua responsabilidade pelos excessos, que no exercício do mandato praticar.

Dr. Sérgio Cristóvão de Pinheiro
OAB-ES 12.830

Attestado



CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Art.18. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembléia Geral, com mandato coincidente com o do Conselho Diretor, é composto de 03 (três) membros efetivos e 01 (um) suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos devera ser Contador.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal designarão, entre os efetivos, o Presidente e o Secretário.

Art.19. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar contratos e demais documentos, Livros de escrituração, balanços e balancetes da Associação Amor e Vida;
- II - manifestar-se sobre alienação de bens e Entidades, de valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos;
- III - opinar sobre programas e planos de trabalho, quando solicitada;
- IV - convocar reuniões do Conselho Diretor para formulação de denúncias de irregularidades da administração;
- V - requerer ao Conselho Diretor a Convocação da Assembléia Geral, fundamentando o pedido;
- VI - avaliar a regularidade dos atos praticados pelos administradores da Entidade e cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- VII - analisar a prestação de contas anual, elaborando o competente parecer, do qual deverão constar informação complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Diretor;
- VIII - emitir pareceres e elaborar relatórios acerca da administração da Entidade, sempre que solicitada ou entender oportuno.

Art. 20. - Ao Presidente do Conselho Fiscal compete:

- I - convocar a Presidência as reuniões do Órgão;
- II - representar o Órgão perante o Conselho Diretor.

Art.21. Ao Secretário do Conselho Fiscal compete:


 Dr. Simone Cruz - Contador
 OAB-SP 12.830



I - substituir o Presidente nas suas ausências, faltas e impedimentos;

II - secretariar as reuniões do Colegiado;

III - manter sob sua guarda os Livros e documentos do Órgão.

Art.22. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocada.



CAPÍTULO VI

CONSELHO COMUNITÁRIO

Art.23. O Conselho Comunitário, órgão consultivo, de instalação facultativa, com no mínimo, 05 (cinco) membros, será constituído de representantes de entidades públicas e privado que compartilham as mesmas finalidades ou o mesmo público alvo da Associação Amor e Vida e de pais de alunos, os quais serão designados pelo conselho Diretor, com mandato sempre coincidente com o deste.

Art. 24. Compete ao Conselho Comunitário:

- I- apresentar sugestões de trabalho;
- II- auxiliar na implantação de programas e projetos;
- III- articular o envolvimento comunitário com os programas da Associação;

Art. 25. O Conselho Comunitário elegerá entre seus membros um Presidente e um Secretário.

Art.26. Compete ao Presidente do Conselho Comunitário:

- I- convocar e presidir reuniões do Colegiado;
- II- participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Diretor.

Art.27. Compete ao Secretário do Conselho Comunitário:

- I- secretariar as reuniões do Colegiado;
- II- expedir e manter a guarda de documentos;
- III- substituir o Presidente do Órgão nas suas faltas, ausências e impedimentos.

Art.28. este Conselho reunir-se-á sempre que convocado, adotando, no que couberem as normas de funcionamento do Conselho diretor.

CAPÍTULO VII



Art.35. A liquidação será estabelecida pela Assembléia que deliberar pela dissolução, a qual elegerá o liquidante.

Art.36. A dissolução da Associação será deliberada em duas Assembléias realizadas com o interstício de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias, devendo a proposta de a dissolução ser aprovada em ambas as assembléias e sendo obrigatória e presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros com direito a voto, em uma das assembléias e 50% (cinquenta por cento) na outra.

Parágrafo Único. A proposta da dissolução, em qualquer das assembléias, somente será tida como aprovada se obtiver 2/3 (dois terços) de votos dos presentes.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.37. Todos os cargos previstos neste Estatuto, não serão remunerados a qualquer título.

Art.38. No prazo de 02 (dois) anos, a Diretoria apresentará à Assembléia Geral as propostas de alterações do presente Estatuto, que julgar convenientes, hipótese em que o quorum previsto no art.12 será reduzido para a metade do número de Associados com direito a voto mais um, em primeira convocação, e para 40% (quarenta por cento) do número de Associados com direito a voto em segunda convocação, devendo nesta, ser aprovada a proposta que obtiver 2/3 (dois terços) de voto dos presentes.

Cariacica - ES, 13 de outubro de 2010.


Dr. Sérgio Antônio Mendes Pereira
OAB-ES 12.678



ANEXO B – Termos de fomento Associação Amor e Vida

EXECUTIVO		DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO	
Vitória (ES), Segunda-feira, 30 de Dezembro de 2019.			
33			
<p>Gestor Titular: Servidora Marcia Carvalho Vieira - matrícula nº 3853349.</p> <p>Gestor Suplente: Servidor André Francisco Ribeiro - matrícula nº 3345750, Vitória, 27 de dezembro de 2019.</p> <p>Bruno Lamas Silva Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Protocolo 551578</p>	<p>47.901.08.244.0191.2239 Elemento de Despesa: 3.3.50.43. Fonte: 101</p> <p>Gestor Titular: Servidora Gabriela Gomes Leal Félix - matrícula nº 2498960.</p> <p>Gestor Suplente: Servidora Carliza Pereira Pinto - matrícula nº 3371387, Vitória, 27 de dezembro de 2019.</p> <p>Bruno Lamas Silva Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Protocolo 551694</p>	<p>47.901.08.244.0191.2239 Elemento de Despesa: 3.3.50.43. Fonte: 101</p> <p>Gestor Titular: Servidora Márcia Carvalho Vieira - matrícula nº 3853349.</p> <p>Gestor Suplente: Servidora Carliza Pereira Pinto - matrícula nº 3371387, Vitória, 27 de dezembro de 2019.</p> <p>Bruno Lamas Silva Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Protocolo 551702</p>	<p>subsequente ao da publicação até 30/11/2020.</p> <p>Dotação Orçamentária: 47.901.08.244.0191.2239 Elemento de Despesa: 3.3.50.43. Fonte: 101</p> <p>Gestor Titular: Servidora Márcia Carvalho Vieira - matrícula nº 3853349.</p> <p>Gestor Suplente: Servidora Teresa Leny Papazanaki Ferreira - matrícula nº 2812290, Vitória, 27 de dezembro de 2019.</p> <p>Bruno Lamas Silva Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Protocolo 551807</p>
<p>Resumo do Termo de Fomento Nº 037/2019 Processo nº.: 84865091 Registro SIGEFES: 190230 Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. Organização da Sociedade Civil: Instituto Gênesis Objeto: Cooperação técnica e financeira para aquisição de equipamentos para subsidiar os desenvolvimentos das ações da OSC. Valor: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) de responsabilidade da Administração Pública e R\$ 10.030,60 (dez mil e trinta reais e sessenta centavos) de aporte de recursos próprios da OSC. Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2020. Dotação Orçamentária:</p>	<p>Resumo do Termo de Fomento Nº 018/2019 Processo nº.: 85310050 Registro SIGEFES: 190179 Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. Organização da Sociedade Civil: Associação Amor e Vida Objeto: Cooperação técnica e financeira para aquisição de equipamentos para subsidiar os desenvolvimentos das ações da OSC. Valor: R\$ 99.526,24 (noventa e nove mil, quinhentos e vinte seis reais e vinte e quatro centavos). Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2020. Dotação Orçamentária:</p>	<p>Resumo do Termo de Fomento Nº 049/2019 Processo nº.: 85458384 Registro SIGEFES: 190204 Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. Organização da Sociedade Civil: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Marataizes. Objeto: Cooperação técnica e financeira para aquisição de equipamentos para subsidiar os desenvolvimentos das ações da OSC. Valor: R\$ 24.985,60 (vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais, sessenta centavos) de responsabilidade da Administração Pública. Vigência: a partir do primeiro dia</p>	<p>Resumo do 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento n.º 9091/2018 Processo nº: 81553498 Adm. Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. OSC: Associação das Voluntárias Pró Santa Casa de Misericórdia de Castelo. Objeto: Prorrogação de prazo de vigência para 31 de março de 2020.</p> <p>Vitória, 27 de dezembro de 2019. Bruno Lamas Silva Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Protocolo 551880</p>



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Cariacica (ES), sexta-feira, 02 de agosto de 2019.

5

O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

Cariacica-ES, 31 de julho de 2019.

**RODRIGO MAGNAGO DE HOLLANDA
CAVALCANTE**
Secretário Municipal de Gestão

DIVERSOS

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO

Processo nº. 1577/2018
Acordo de Cooperação Técnica: 009/2018
Administração Pública Municipal: Prefeitura Municipal de Cariacica
Organização da Sociedade Civil: Associação dos Servidores Ativos e Inativos do Poder Judiciário e dos Servidores Ativos dos Demais Órgãos Públicos Federais, Estaduais E Municipais no Estado do Espírito Santo.
Objeto: Prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica nº. 009/2018, firmado em 27/08/2018. O prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica, fica prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 27/08/2019.
Data de assinatura: 26/07/2019
Secretaria Municipal de Gestão

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO

Processo nº. 26.980/2018
Contrato nº. 039/2018
Contratante: PMC
Contratada: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração do preâmbulo contratual e prorrogação do prazo de vigência ao Contrato nº. 039/2018. Fica alterada a Secretaria Ordenadora de Despesa, passando a competência à Secretaria Municipal de Serviços, considerando a alteração na Gestão Municipal, conforme determina o DECRETO Nº 20, DE 31 DE JANEIRO DE 2019, ANEXO I TÍTULO II, publicado no Diário Oficial do Município de Cariacica, 01 de fevereiro de 2019 e a PORTARIA /GP/Nº 082, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019, publicado no Diário Oficial do Município de Cariacica em 19 de fevereiro de 2019.
O prazo de vigência do contrato fica prorrogado pelo prazo de 03 (três) meses a contar de 03/07/2019.
Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Dotação Orçamentária:
02.31.01.00 - 04.122.0002.2.0290 -
3.3.90.39.00 - 1.001.0000
Data de assinatura: 03/07/2019
Secretaria Municipal de Serviços

EXTRATO DO CONTRATO

Processo nº. 44.997/2018
Contrato nº. 105/2019

Contratante: PMC
CONTRATADA: GBR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA.
Objeto: Prestação de serviços manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos odontológicos.
Valor: R\$ 378.999,84 (trezentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços.
Data de Assinatura: 30/07/2019
Dotação Orçamentária: 04.01.01.00 -
10.301.0030.2.0286 -
3.3.90.39.00 - 1.212.0003
Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO

Processo nº. 16.528/2018
Contrato nº. 106/2019
Contratante: PMC
CONTRATADA: LORENZI LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.
Objeto: prestação de serviços de locação de vans.
Valor: R\$ 627.000,00 (seiscentos e vinte e sete mil reais).
O prazo de execução do objeto será de 12 meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços pela contratada.
Data de Assinatura: 24/07/2019
Dotação Orçamentária: 04.01.01.00 -
10.302.0030.2.0285 - 3.3.90.39.00-1.212.0006
Secretaria Municipal de Saúde

**RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº.
011/2019**

Processo nº. 15.784/2019
Administração Pública Municipal: Prefeitura Municipal de Cariacica
Entidade: Associação Amor E Vida.
Objeto: Desenvolvimento de esforços mútuos para realização do Projeto "ARTE E VIDA II".
Vigência: De 05/08/2019 até 04/03/2020.
Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Dotação orçamentária: 04.06.01.00 -
08.244.0008.2.0052 - 3.3.50.43.00 -
1.001.9000
Data de assinatura: 25/07/2019
Secretaria Municipal de Assistência Social

**RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO
DE FOMENTO Nº. 026/2018**

Processo nº. 33.867/2018
Administração Pública Municipal: PMC
Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA.
Objeto: Acréscimo de prazo ao termo de fomento nº 026/2018, firmado em 13/12/2018. O prazo de vigência fica prorrogado pelo prazo de 01/08/2019 até 20/10/2019.

EXPEDIENTE:

Coordenadora de Confecção, Registro e Expedição de Atos Oficiais: Maria de Lourdes M. Coelho
Av. Mário Gurgel, Nº 2.902 - Bairro Alto Lage, CARIACICA-ES.
CEP: 29.161-900 - End. Eletrônico: atosoficiais@cariacica.es.gov.br
Tel: (27) 3364-5807

VERIFICAR - LELO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Cariacica (ES), segunda-feira, 17 de junho de 2019.

6

Processo nº. 7.190/2019.
Objeto: Aquisição de 10 Microcomputadores Ultracompactos com Monitor de 21,5 polegadas.
Contratante: Prefeitura Municipal de Cariacica.
Contratada: Suprervice informática Ltda - EPP.
Valor Total: R\$ 38.196,00 (Trinta e Oito Mil, Cento e Noventa e Seis Reais).
Dotação Orçamentária: 02.11.01.00 - 04.122.0002.2.0004 - 4.4.90.52.00 - 1.001.0000 - 699.
Cariacica-ES, 14/06/2019.
ANTÔNIO CARLOS CESQUIM DINIZ
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca

RESOLUÇÃO Nº 010/2019 - COMASC

Aprova o Plano de Trabalho apresentado pela Instituição "Associação Amor e Vida", para celebração do Termo de Fomento entre a Entidade e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Cariacica (SEMAS), por meio de Emenda Parlamentar Municipal.
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARIACICA - COMASC, no uso das competências que lhe confere a Lei Municipal nº 5.199 de 19 de fevereiro de 2014 e em conformidade com as deliberações da 113ª reunião ordinária, realizada no dia 29 de maio de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o plano de trabalho apresentado pela Instituição "Associação Amor e Vida", para celebração do Termo de fomento entre a Entidade e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Cariacica (SEMAS), por meio de Emenda Parlamentar Municipal, referente à Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Objeto do Projeto: Aplicação de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar municipal de nº 063/2018 para execução serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para até 60 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos completos no horário complementar ao ensino formal, na casa Jesus Menino em Jardim América. Período de execução: 05/08/2019 a 04/03/2020.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Cariacica - ES, 05 de junho de 2019.
Andressa Biancardi Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Cariacica - COMASC

RESOLUÇÃO Nº 011/2019 - COMASC

Aprova o Plano de Trabalho apresentado pela Instituição "Associação Amor e Vida", para celebração do Termo de Fomento entre a Entidade e a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), referente a Emenda Parlamentar.
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARIACICA - COMASC, no uso das

competências que lhe confere a Lei Municipal nº 5.199 de 19 de fevereiro de 2014 e em conformidade com as deliberações da 113ª reunião ordinária, realizada no dia 29 de maio de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o plano de trabalho apresentado pela Instituição "Associação Amor e Vida", para celebração de Termo de Fomento entre a Entidade e a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), referente à Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Objeto do Projeto: Cooperação técnica e financeira para replicação de despesas de custos para melhoria do atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos até 100 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos completos em situação de vulnerabilidade social e econômica nas duas unidades de trabalho. Período de execução: 09/2019 a 05/2020.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Cariacica - ES, 05 de junho de 2019.
Andressa Biancardi Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Cariacica - COMASC

***EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 017-2017**

Processo PMC Nº 1058/2017.
Firmado entre o Município de Vitória e o Município de Cariacica-ES.
OBJETO: Termo de rescisão do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 017/2017, referente à Cessão do servidor Erlido Denada, matrícula nº 168165, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, a partir do dia 03/02/2019.

Vitória-ES, 12 de fevereiro de 2019.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal de Cariacica

***Republicado por ter sido publicado com incorreção!**

DECISÃO/SINDICÂNCIA

Processo Administrativo nº 11.094/2015.
Considerando a manifestação da Comissão de Sindicância para apuração dos fatos apontados no Processo Administrativo nº 11.094/2015, eu, Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente, homologo o relatório final da Comissão e decido:

1º - Acoher o relatório final da Comissão de Sindicância, que a dedaram finalizada não havendo mais questionamentos a sanar reafirmando que seja feito o arquivamento deste caderno processual.

EXPEDIENTE:

Coordenadora de Confecção, Registro e Expedição de Atos Oficiais, Maria de Lourdes M. Coelho
Av. Mano Gurgel, Nº 2.502 - Bairro Alto Lago, CARIACICA-ES;
CEP: 29.151-900 - End. Eletrônico: atosoficiais@cariacica.es.gov.br
Tel: (27) 3354-5807.

Associação Amor e Vida



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Cariacica (ES), quarta-feira, 13 de junho de 2018.

EDITAL III - 2018 - RESULTADO FINAL

A Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Cariacica - SEMCULT/PMC, de acordo com o que estabelece a Lei nº. 5.477/2015, o Decreto nº 197/15 e o Edital III - 2018, divulga o resultado final dos projetos selecionados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Edital III - 2018 da Lei Municipal de Incentivo Financeiro à Cultura João Bananeira. Os proponentes cujos projetos não foram selecionados poderão obter vista dos pareceres lavrados pela Comissão de Avaliação e Seleção, nos termos do item 49 do Edital III - 2018 da Lei Municipal de Incentivo Financeiro à Cultura João Bananeira.

Cariacica/ES, 12 de junho de 2018.

Erildo Denadai
Secretário Municipal de Cultura

CATEGORIA CULTURAL	PROCESSO ADM.	PROponente	TÍTULO DO PROJETO	VALOR APROVADO
Artes Cênicas	14518/2018	Maurício Santos Silva	Vivências - uma vida marcada pelo amor	R\$ 20.582,20
Artes Cênicas	14699/2018	Franclimara da Silva	Chart Show	R\$ 22.664,80
Artes Cênicas	13851/2018	José Fernando Paula Coutinho	A Magia na Escola	R\$ 12.620,00
Arte Contemporânea	14584/2018	Stefan Marques de Souza	Cores que acolhem	R\$ 22.882,50
Arte Contemporânea	14528/2018	Mayara Silva Alves Ferreira	Graffitiarte - Oficina de Graffiti	R\$ 19.544,90
Arte Contemporânea	14314/2018	Maria Zaiem Ramiro	Personalidades da Cultura Cariaciquense*	R\$ 22.740,00
Artes Visuais	14737/2018	Vegno de Souza	Cores da Cultura, a Arte na Cidade	R\$ 22.000,00
Artes Visuais	14524/2018	Cláudia Valéria Oliveira Santos de Oliveira	Street Photo: Olhares fotográficos sobre o cotidiano de Cariacica	R\$ 22.415,00
Artes Plásticas	14447/2018	Luitz Rafael Alves Nunes	Vida entorno da Mouraria	R\$ 16.452,76
Cultura Popular	14758/2018	Alcemi Pereira Cardoso	Congo nas escolas	R\$ 21.600,00
Cultura Popular	14615/2018	Associação Amor e Vida	Capoeira, a Arte de Transformar vícios dentro da comunidade	R\$ 18.000,00
Cultura Popular	14633/2018	Eisandro da Silva	Capoeira e Cultura Popular em Cariacica: Intervenções nas comunidades com altos índices de vulnerabilidade e risco social	R\$ 22.420,00
Cultura Popular	14680/2018	Jocinei Alcântara Chaves	A arte da Capoeira - De palma da Mão à ponta do pé. II Edição	R\$ 22.004,80
Cultura Popular	14628/2018	Ana Lúcia Queiroz das Santos	Diamantes da Lama - Inclusão Social através da Capoeira	R\$ 9.395,75
Literatura	13574/2018	Thamiris Guidoni de Souza	Vidas após o cárcere: histórias recordadas	R\$ 11.375,00
Literatura	14348/2018	Ciríola Pretti Azevedo	Reedição do Livro Cariacica em Versos	R\$ 12.932,00

EXPEDIENTE:

Assessoria de Confissão: Ren. a Estad. de Alos Oficiais - Maria de Lourdes M. Coelho da Silva.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

3

Cariacica (ES), segunda-feira, 26 de novembro de 2018.

narrados no processo n.º 29.471/2018, situado neste Município e dá outras providências.

Art. 2º Designar os integrantes da Comissão de Sindicância indicada no artigo 1º, composta por 03 (três) servidores da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica, sendo eles:

I - Presidente: Tereza Diniz Da Silva Almeida, estatutária, matrícula 35080.7.

II - Membro: Zita Maria Trarbach Walkers, estatutária, matrícula 95694.7.

III - Membro: Bárbara Bonelli de Sousa, estatutária, matrícula 117707.1.

Art. 3º A sindicância deverá realizar-se integralmente no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme trata o Art. 204 da Lei Complementar 29/2010.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Cariacica - ES, 22 de novembro de 2018.

JOSÉ ROBERTO MARTINS AGUIAR

Secretário Municipal de Educação

LICITAÇÕES

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO REFERENTE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS
N.º 017/2018.**

Processo n.º 19.975/2018
O Município de Cariacica, torna público para o amplo conhecimento, que a Sra Secretária Municipal de Assistência Social, HOMOLOGOU a TOMADA DE PREÇOS n.º 017/2018, referente a contratação de empresa especializada para construção de unidade de acolhimento institucional, localizada no bairro Morada de Santa Fé, município de Cariacica/ES, que teve como vencedora a empresa P.S SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA ME com valor global de R\$ 518.000,00 (quinhentos e dezoito mil reais).

Cariacica-ES, 22/11/2018

Solismara de Oliveira T. Delarmelina

Secretária Municipal de Assistência Social

DIVERSOS

RESUMO DE CONTRATO

Processo n.º 27.985/2018

Contrato n.º 184/2018

CONTRATANTE: PMC

CONTRATADA: ROCCO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA,

Objeto: Execução de obras de drenagem e pavimentação da Rua Almirante Tamandaré no Bairro Ceçaroca, Rua 103 e Rua 139 no Bairro Nova Rosa da Penha, Rua Terezinha Silva Simões no Bairro Oriente, Rua das Bacanas no Bairro Aparecida, no município de Cariacica/ES.

Valor Total: R\$ 1.648.090,18 (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil, noventa reais e dezoito centavos).

Vigência: 270 (duzentos e setenta) dias a contar da data da assinatura.

Data de assinatura: 23/11/2018

Dotação Orçamentária:

02.05.01.00 -

15.451.0010.1.1069 -

4.4.90.51.00 -

1.501.1046

Secretaria Municipal de Infraestrutura

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO

PROCESSO N.º 30.314/2018

TERMO DE FOMENTO N.º 018/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

Objeto: Desenvolvimento de esforços mútuos para realização do Projeto "Adolescente Cidadão"

Vigência: 01/11/2018 à 31/10/2019.

Recurso Financeiro: R\$ 49.853,73 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos).

Data de assinatura: 25/10/2018

Dotação Orçamentária: 04.06.03.00 -

08.243.0009.2.2056 - 3.3.50.43.00 -

1.399.0005

Secretaria Municipal de Assistência Social

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO

PROCESSO N.º 29.523/2018

TERMO DE FOMENTO N.º 019/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

ASSOCIAÇÃO MENSAGEIROS DA BOA NOVA

Objeto: Projeto "Arca da Aliança - Fortalecendo Vínculos"

Vigência: 03/12/2018 à 02/12/2019

Recurso Financeiro: R\$ 52.228,32 (cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos)

Data de assinatura: 22/10/2018

Dotação Orçamentária: 04.06.03.00 -

08.243.0009.2.2056 - 3.3.50.43.00 -

1.399.0005

Secretaria Municipal de Assistência Social

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO

PROCESSO N.º 34.037/2018

TERMO DE FOMENTO N.º 020/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA

Objeto: Desenvolvimento de esforços mútuos para realização do Projeto "CIDADANIA E VIDA".

Vigência: Entre 20/11/2018 e 19/07/2019.

Recurso Financeiro: R\$ 99.912,00 (noventa e nove mil, novecentos e doze reais).

Data de assinatura: 19/11/2018

Dotação Orçamentária: 04.06.00.00 -

08.244.0008.2.2052 - 3.3.50.43.00 -

1.301.0000

Secretaria Municipal de Assistência Social

EXCOPIA

DEP. HULBER SALDANO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Cariacica/ES, quinta-feira, 17 de novembro de 2016.

3

MONTANA ENGENHARIA LTDA-ME, por não atender o subitem 1.1 do ANEXO IV, ACE CONSTRUTORA LTDA-ME, por não atender os subitens 1.1 do ANEXO IV e 7.3.1 item "a", do edital, JB LOZER EIRELI por não atender os subitens 1.1 do ANEXO IV e 4.1 do edital. A ata de julgamento, assim como o processo licitatório, encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação. Cariacica/ES, 16/11/2016.

Eliza Coelho de Oliveira Valvasori
Presidente da CPI

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2016**

Proc. Nº 6.465/2016
O Município de Cariacica torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a aquisição de veículo utilitário.
Recolimento das Propostas dia 30/11/2016 a partir das 08h00min até às 12h00min.
Início de Sessão de Disputa: 30/11/2016 - às 14h00min. O Edital completo estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br onde ocorrerá a sessão de disputa e no site www.cariacica.es.gov.br. Esclarecimentos: 3354-5815. E-mail: pregao@cariacica.es.gov.br
Cariacica-ES, 16/11/2016.

Melisses Brenda C. Sant'Ana
Pregoeira Municipal

DIVERSOS

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº. 9.904/2016

PE nº. 058/2016

Objeto: aquisição de materiais médico-hospitalares (pacote teste desfofo com indicador biológico).

ARP: 155/2016

Compromissário: AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA.

Vigência: 12 (doze) meses, não prorrogáveis, a partir da data da publicação.

Valor Total do lote 02: R\$ 185.250,00 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais)

Data Assinatura: 07/11/2016

Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL - GERÊNCIA DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA

Pelo presente, ficam os contribuintes abaixo discriminados, cientes desta notificação para comparecimento a esta Prefeitura, na Gerência de Arrecadação e Cobrança, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, para regularização de pendências existentes: ZANETE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, CPF/CNPJ: 04.832.979/0001-15, AUTO DE INFRAÇÃO Nº302/2016, PROCESSOS Nºs: 24728/2016; GOLDEN SEA SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA - EPP, CPF/CNPJ: 14.790.245/0001-74, AUTO DE INFRAÇÃO Nº 403/2016, PROCESSO Nº: 30274/2016; VITOR HUGO DA COSTA COSMO - ME, CPF/CNPJ: 17.155.256/0001-70, AUTO DE INFRAÇÃO Nº

445/2014, PROCESSOS Nºs: 17676/2016; 9858/2014 e 6453/2014; ABEL L CAUS - ME, CNPJ: 31.786.395/0001-23 AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 379/2015; PROCESSOS Nºs: 16052/2015; 16644/2015 e 7718/2016; NEUSA ESQUENELATO - TRANSPORTADORA - ME, CPF/CNPJ: 19.711.268/0001-60, AUTO DE INFRAÇÃO Nº 227/2016, PROCESSO Nº: 20049/2016.

ASLLAN HOFFY SOUZA RIZZO
Gerente de Arrecadação e Cobrança

RESOLUÇÃO Nº 020/2016 - COMDCAC

Divulga resultado da seleção de projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica - COMDCAC que estão aptos a receberem financiamento através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FMIA caso haja aporte específico para os mesmos até 31 de dezembro de 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARIACICA - COMDCAC, no uso das atribuições e competências que lhe confere a lei municipal nº. 5.395 de 02 de julho de 2015 e em conformidade com as deliberações da 109ª reunião ordinária realizada dia 16 de novembro de 2016.

RESOLVE

Art. 1º - Divulgar resultado da seleção de projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica - COMDCAC que estão aptos a receberem financiamento através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FMIA caso haja aporte específico para os mesmos até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O COMDCAC aprovou os seguintes projetos:

Instituição	Projeto	Valor
Associação Amar e Viver	"Fluxo com Arte"	R\$93.352,21
Associação Mensageiros da Boa Nova	"Arca de Noé - Bem Estar"	R\$81.430,17
Fundação Fé e Alegria	"Escola Cidadã"	R\$58.931,49
Obra Social Gabriel Delarini	"Cultura também é saúde: para uma qualidade de vida melhor"	R\$78.236,50
Casa dos Menores de Campinas - Montanha da Esperança	"DIGITALSICKS"	R\$42.139,31

Art. 3º - Os projetos aprovados poderão participar de seleções de projetos promovidos por empresas ou outros destinadores, que realizem destinação ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FMIA até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cariacica - ES, 16 de Novembro de 2016.

Carlos Alberto de Assunção

Vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica - COMDCAC

EXPEDIENTE:

Coordenadora de Confecção, Reg. e Exped. de Atos Oficiais - Maria de Lourdes M. Coelho da Silva
Assistente Técnico - Thiago Hudson R. de Andrade
Rodovia BR 202, Nº 3.700 - KM 3.0 - Alto Lage, CARIACICA-ES.
CEP: 29.151-570 - End. Eletrônico: atosoficiais@cariacica.es.gov.br
Tel: (27) 3354-0807

ANEXO C – Declaração de registro Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente De Cariacica



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CARIACICA - COMDCAC
Lei Municipal nº 5.396 de 02 de julho de 2015

Declaração de Registro

Declaramos que a *Associação Amor e Vida – Unidade II – Centro Ambiental São João Batista*, inscrita no C.N.P.J nº 00966294/0002-91, sediada à Rua Três s/nº, Bairro Limão, Cariacica – ES, encontra-se devidamente registrada neste Conselho sob o nº. **005.1/2017**, deferido na 116ª reunião ordinária do dia 16 de Agosto de 2017.

Esta declaração tem validade de 16 de agosto de 2017 a 16 de agosto de 2019.

Cariacica – ES, 24 de agosto de 2017.

Krigêlica Vaz Siller de Paula

Presidente do Conselho Municipal de dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica-
COMDCAC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CARIACICA - COMDCAC
Lei Municipal nº 5.396 de 02 de julho de 2015

Declaração de Registro

Declaramos que a *Associação Amor e Vida – Unidade I – Casa Jesus Menino*, inscrita no C.N.P.J nº 00966294/0001-00, sediada à Rua Piauí nº 24 – Jardim América, Cariacica – ES, encontra-se devidamente registrada neste Conselho sob o nº. **005/2017**, deferido na 116ª reunião ordinária do dia 16 de Agosto de 2017.

Esta declaração tem validade de 16 de agosto de 2017 a 16 de agosto de 2019.

Cariacica – ES, 24 de agosto de 2017.

Krigêlica Vaz Siller de Paula

Presidente do Conselho Municipal de dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica-
COMDCAC

ANEXO D – Termo de consentimento livre e esclarecido.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS EM ONGS E PROJETOS SOCIAIS**. Nesta pesquisa pretendemos **COMPREENDER AS DINÂMICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS METODOLÓGICAS NÃO FORMAIS EM ONGS E PROJETOS SOCIAIS, ASSIM COMO TAMBÉM EXAMINAR AS DINÂMICAS E / OU VALORES QUE OS JOVENS E CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A ONG DESTACAM COMO FUNDAMENTAIS E ANALISAR A EFICÁCIA DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS, A PARTIR DA MISSÃO – VISÃO DA ONG ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA**.

Como é uma pesquisa que trabalha com pessoas pode ter riscos eventuais, os quais podem ser uma estigmatização das crianças e jovens que assistem ao centro ou atribuir padrões e generalizações a partir das entrevistas feitas. Pelo qual, para minimizar os riscos se foram as entrevistas com a maior seriedade, empatia e respeito possível, considerando aspetos como o linguaje corporal para assim detectar algum tipo de incomodidade parar as entrevistas. Os benefícios da pesquisa são, promover o diálogo de quais são as práticas metodológicas com melhor eficácia em projetos sociais assim como também conhecer as percepções que tem as crianças e jovens das práticas metodológicas que tem o projeto social “Amor e Vida”.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você **faremos uma entrevista semiestruturada, onde se foram algumas perguntas relacionadas a sua participação na associação amor e vida**.

Para participar desta pesquisa, você deverá autorizar e assinar o termo de consentimento. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa

ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cariacica, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: KARLA KATHERINE ARISMENDI OLIVA
UFMT CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
FACULDADE/DEPARTAMENTO/INSTITUTO: EDUCAÇÃO
FONE: 27997948329
E-MAIL: ARISMENDIKARLA@GMAIL.COM

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFMT- CUR
AVENIDA DOS ESTUDANTES, N° 5055, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA – CÂMPUS
UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS – BLOCO ADMINISTRATIVO, CEP: 78735-901,
RONDONÓPOLIS
FONE: (66) 3410-4153
E-MAIL: CEPCUR@UFMT.BR

ANEXO E – Termo de assentimento livre e esclarecido.**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS EM ONGS E PROJETOS SOCIAIS**. Nesta pesquisa pretendemos **COMPREENDER AS DINÂMICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS METODOLÓGICAS NÃO FORMAIS EM ONGS E PROJETOS SOCIAIS, ASSIM COMO TAMBÉM EXAMINAR AS DINÂMICAS E / OU VALORES QUE OS JOVENS E CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A ONG DESTACAM COMO FUNDAMENTAIS E ANALISAR A EFICÁCIA DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS, A PARTIR DA MISSÃO – VISÃO DA ONG ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA**.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você **faremos uma entrevista semiestruturada, onde se faram algumas perguntas relacionadas a sua participação na associação amor e vida, como por exemplo quais são suas atividades favoritas no projeto, que você acha importante no projeto, quais são os aspetos importantes para você no projeto etc**.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.

Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo,

atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: KARLA KATHERINE ARISMENDI OLIVA
UFMT CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
FACULDADE/DEPARTAMENTO/INSTITUTO: EDUCAÇÃO
FONE: 27997948329
E-MAIL: ARISMENDIKARLA@GMAIL.COM

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFMT- CUR
AVENIDA DOS ESTUDANTES, N° 5055, BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA – CÂMPUS
UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS – BLOCO ADMINISTRATIVO, CEP: 78735-901,
RONDONÓPOLIS
FONE: (66) 3410-4153
E-MAIL: CEPCUR@UFMT.BR

Assinatura do responsável pela criança

Assinatura do (a) menor

Assinatura do (a) pesquisador (a)

ANEXO F – Roteiro entrevistas

***PRATICAS ASSISTENCIALISTAS PARA CRIANÇAS E JOVENS NA ASSOCIAÇÃO
AMOR E VIDA: ABREM OU FECHAM AS PORTAS?***

ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO**Ambiente:**

Ong associação amor e vida

Tipo de fontes:

Alunos, docentes, corpo diretivo, voluntários e pessoal geral que façam parte da ONG

Período: 1/7/2019 até 15/8/2019

Indicações de perguntas gerais:

- O que representa para você participar da associação? Como você se sente?

Indicações de perguntas específicas aos funcionários da ong:

- Qual é a relação mais importante a seu parecer que tem a Ong com as crianças e jovens?
- Você acha que o trabalho que se faz pode ter (ou tem) transcendência na vida dos jovens?
- Você mudaria alguma coisa (jeito de trabalho, organização, etc)

Indicações de perguntas específicas ao corpo docente e diretivo:

- Como acontece a organização das aulas?
- Como surgem as ideias e como são tomadas as decisões do que se vai trabalhar nas aulas/oficinas?
- Como você se sente participando do grupo responsável pela condução dos aspetos educativos da ong?
- Planejamento (plano semanal, bimestral, mensal, quinzenal?) quem participa? Como é feito? Com que objetivos? Dificuldades?
- Execução do planejamento: métodos empregados; Tem trabalho em grupo? De que tipo? Há recursos didáticos? Quais? Há manejo de classe? Dificuldades?
- Avaliação dos resultados alcançados: (como é feito?) Através de quais procedimentos?
- Papel da escola na comunidade (a comunidade participa da associação?);
- Características: econômicas (quem a mantém, quem a frequenta)
- Características sociais (suas relações com a comunidade, com outras instituições) e entre a direção, professores, alunos (há reuniões? De que tipo?)
- Há uma professora responsável pelo trabalho com os pais? Assistente social?
- Possui alunos com necessidades especiais?
- A escola atende à demanda? (tem fila de espera?);
- Relações com a igreja, a associação de moradores, amigos da escola, moradores do bairro.
- Merenda: quem fornece? Como é oferecida a merenda?

Indicações de perguntas para os jovens e crianças que frequentam a ong:

- Você assiste de forma voluntaria para a associação
- Quais são as atividades que você mais gosta e quais as que menos gosta
- Você mudaria alguma coisa da associação, quais?
- Você recomendaria a associação a outras crianças

O que olhar observar.

- Gestos e emoções expressadas durante as conversar entrevistas
- Relacionamentos entre os membros da ong na relação funcionários crianças